

CADERNOS DO

terceiro mundo

139

O DRAMA DOS CURDOS



PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIII • MAIO 1991 • Cr\$ 600,00

RIO MARIA

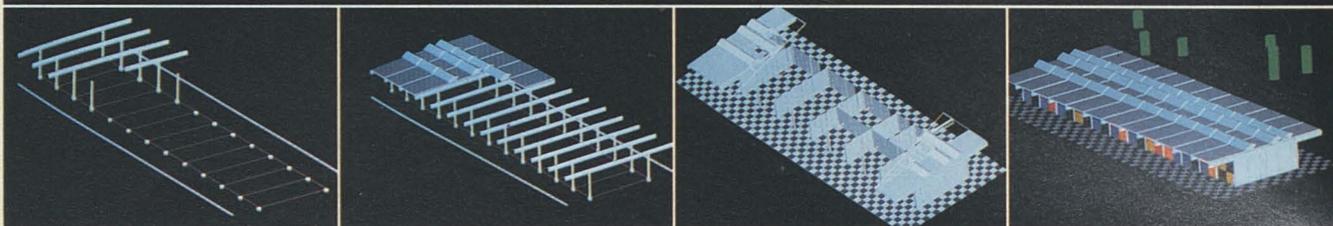
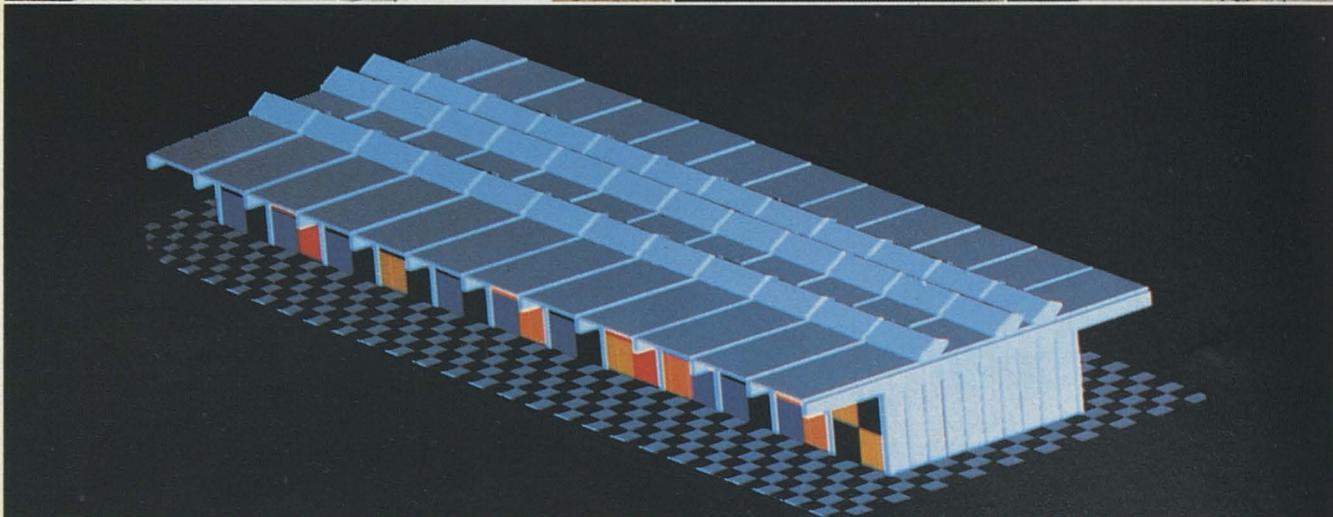
A GUERRA NO CAMPO

PRIVATIZAÇÕES
O leilão das empresas

Boa Vista, Manaus, Cr\$ 780,00

Riocop, uma empresa sem concorrentes.

E sem concorrência.



A Riocop é um exemplo concreto de empresa estatal bem administrada. Criada há pouco mais de 5 anos, para coordenar a construção em massa de escolas (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, hoje ocupa um lugar de destaque no setor de construção civil.

A base desse sucesso é o pioneirismo no trabalho com pré-moldados de argamassa

armada. Uma tecnologia que permite a construção, em tempo recorde, de escolas, centros de saúde, pontes, passarelas e uma série de outras obras em benefício da população. Tudo isso com um custo muito mais baixo em relação aos praticados pelas construtoras que lidam com o método convencional de concreto armado.

Grande parte desses projetos

têm sido executados junto a diversas prefeituras, autarquias e órgãos públicos de vários estados, em função, principalmente, da condição de estatal da Riocop. Isso permite a contratação de serviços sem licitações públicas.

A eliminação dos entraves burocráticos, aliada à qualidade do trabalho desenvolvido pela Riocop, tem permitido a essas

instituições o cumprimento de suas obrigações junto a suas comunidades.

Agora, sua administração também pode usufruir dessas vantagens e apresentar, em pouco tempo, benefícios de alto nível à sua população.

Contrate, sem concorrência, os serviços de quem é líder na tecnologia de argamassa armada no País.

RIOCOP

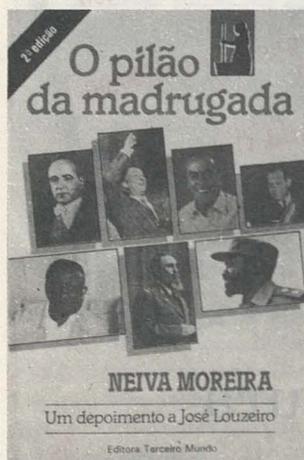
COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E PRÉ-MOLDADOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Tel.: (021) 395-4550 - FAX: (021) 395-3965

CADERNO POSTAL

Peça por cupom
ou disque
(021) 252-7440



O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro) – 2ª Edição

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos

mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

464 p.
José Louzeiro
E-208 Cr\$2.300,00



ALBÂNIA

O mosteiro Vermelho
Edouard Bailby

Trancada dentro das suas fronteiras, adversária declarada das orientações ideológicas do Partido Comunista soviético, depois da morte de Stálin em 1953, a Albânia não tem uma situação comparável ao resto do Leste europeu.

Em consequência da abertura democrática e de eleições muito disputadas, depois de 45 anos de autoritarismo e rigidez doutrinária.

Ainda hoje, no entanto, se conhece pouco desse pequeno país montanhoso e de economia quase pastoril, que viveu decênios sob um duro regime stalinista.

No seu livro "Albânia – mosteiro vermelho", o jornalista francês Edouard Bailby, autor de vários trabalhos de repercussão mundial, nos apresenta uma reportagem atraente, dinâmica e objetiva sobre o país e as singularidades da vida dos albaneses.

80 p.
E-224 Cr\$ 1.100,00

CUBA: IMPRESSÕES DE UM TURISTA

Dilma Bittencourt

O livro leva-nos à ilha de Fidel sem se perder em teses sociológicas. Com riquezas de detalhes e rara sensibilidade, a autora faz descrição fiel dos acontecimentos, sempre com a preocupação de abordar aspectos sociais da vida do povo cubano.

Leitura importante para a compreensão da luta de um país do Terceiro Mundo para erradicar a fome, a miséria, a violência urbana e rural, o lenocínio, o desemprego, o tráfico de tóxicos e o analfabetismo. O livro é uma homenagem ao povo cubano que mostrou ao mundo a possibilidade de se estabelecer uma sociedade mais humana e mais justa. 95 pág.

E-228 Cr\$ 1.800,00



CANUDOS: A Guerra Social Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.
E-170 Cr\$ 2.500,00

CHE - PARRA Latino América Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase mo-



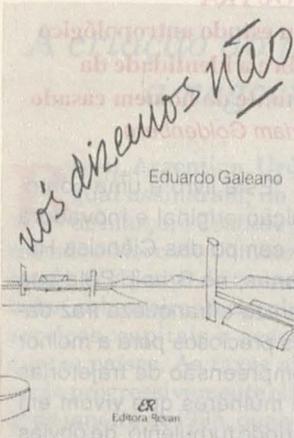
ribunda esperança.

Uma catarsis psico-histórico-musical-revolucionária. E de novo a vontade de recolocar na vitrola os discos de Parra, e de novo a vontade de repor na parede o poster de Che." Sérgio Ricardo – 100 p.

E-223 Cr\$ 1.300,00

NÓS DIZEMOS NÃO

Eduardo Galeano



A esquerda acabou? E a história, também acabou? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece, nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? As ideologias acabaram? Quem ensina impunidade aos jovens latino-americanos? Pode existir dignidade na miséria? O que está acontecendo com o mundo?

Essas – e muitas outras – perguntas povoam as preocupações deste nosso intenso cotidiano. A história atropela o calendário e muita gente corre o risco de perder rumo. Sonhos e esperanças parecem prestes a serem triturados num turbilhão de novidades nem sempre claras. E é nestes momentos de assombro e dúvidas que escritores como Eduardo Galeano tornam-se vozes fundamentais. Nos textos reunidos neste livro o autor mostra-se um analista de olhar certo, acendendo chamas e apagando equívocos.

88p.

E-226 Cr\$ 1.580,00

ECOLOGIA: alternativa para o futuro

Walter e Dorothy Schwarz

Como é possível nos libertarmos da agressão que nos ameaça com a guerra nuclear? do industrialismo que impõe a noção do cada vez mais e do cada vez maior – e assim esgota os recursos do mundo e destrói o meio ambiente?

Como é possível nos libertarmos da dependência em relação a patrões, serviços de saúde, autoridades em educação, governos?

Como é possível abrir caminhos e chegar a uma economia que valorize mais a qualidade que a quantidade? a uma tecnologia adequada às pessoas, e não



imposta por governos e empresas multinacionais? Como ter vidas mais simples e mais ricas, que se harmonizem com a natureza e com o Terceiro Mundo? Como viver em comunidades que se encarreguem elas próprias da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura?

196 p.

E-227 Cr\$ 2.640,00

A BATALHA DOS TRILHOS

Bases Para Uma Política Nacional De Transporte

Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a



rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que ini-

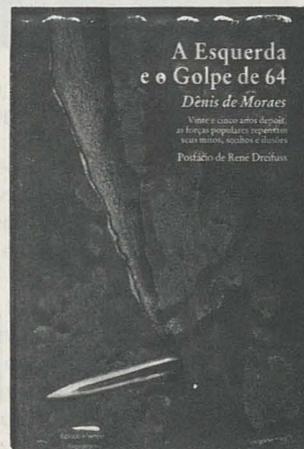
ciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$ 1.000,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com



revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Néson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$2.000,00

4 PANORAMA

8 CARTAS

10 AMÉRICA LATINA

- República Dominicana:**
Cenário renovado 10
- Haiti:** Um padre no olho do furacão 13
- América Central:** O espelho do abandono 15
- Refugiados: Futuro incerto no México 18

20 ÁFRICA

- África do Sul:** Apartheid estimula violência entre negros 20
- Mali:** Mudança de rumo 22

24 ORIENTE MÉDIO

- Iraque:** O drama curdo 24
- Arábia Saudita:** Unanimidade forçada 26
- Uma ordem democrática 28

29 COMUNICAÇÃO

- O quarto poder 29

31 ECONOMIA

- Mercosul:** A união faz a força 31
- Sul-Sul:** Uma relação crucial nos anos 90 32
- Japão:** A cultura sagrada do arroz 35

36 GEOPOLÍTICA

- Uma nova era colonial 36

39 MINORIAS

- Guatemala:** Quem defende os índios? 39

41 SUPLEMENTO BRASIL

42 MATÉRIA DE CAPA

- A guerra no campo 42

46 ESPECIAL

- Privatização e desenvolvimento 46
- Vendas renderão pouco 47
- A transparência necessária 49
- Negociar Petrobrás é impatriótico 50
- O petróleo é nosso 52
- Quem é o chantagista? 54

55 CULTURA

- A volta por cima 55

56 PANORAMA NACIONAL

60 OPINIÃO

- O "vison" da ministra 60



O êxodo dos curdos no Iraque chama a atenção do mundo para o drama dessa etnia de 20 milhões de pessoas, que luta em cinco países por maior autonomia cultural, política e religiosa



O anúncio da retirada da cena política de dois dos mais tradicionais políticos da República Dominicana, Juan Bosch, abre uma nova etapa nesse país caribenho



Refinarias, como a de Duque de Caxias, atestam o alto padrão das estatais brasileiras dedicadas às funções de infra-estrutura econômica, responsáveis, em grande parte, pelo impulso industrializante do país

Leia e Assine

O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.



PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL Cr\$ 3.240,00 ANUAL Cr\$ 6.480,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

Pago. por: () Ch. Nominal () V. Postal – Ag. Lapa
() Reemb. Postal () CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD Nº

Data: / / _____

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL Cr\$ 3.240,00 ANUAL Cr\$ 6.480,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

PRESENTE

Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122, Grupos 105 / 106 Glória – 20241 Rio de Janeiro – RJ
 Telefone: (021) 252-7440 – Telex (021)33054 CTMB-BR

Mudanças em casa

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

Os nossos leitores encontrarão, já nesta edição, algumas modificações na nossa revista. Começamos pela introdução de uma cor nas páginas internas, melhorando o visual das matérias, cuja diagramação começa, também, a ser reformada.

Temos recebido constantes apelos dos leitores para que ampliemos o espaço dedicado aos temas nacionais. O argumento fundamental é que com o quase total desaparecimento das publicações progressistas ficam as pessoas à mercê de um tipo de jornalismo quase padronizado, que mais desinforma que informa e, em suas análises, confunde e desorienta.

Decidimos aceitar essa sugestão e vamos introduzir essa inovação já a partir da próxima edição, sem sacrificar a informação internacional, que é um dos objetivos centrais da revista. O espaço dedicado à cultura, medicina, comportamento, etc. será igualmente ampliado.

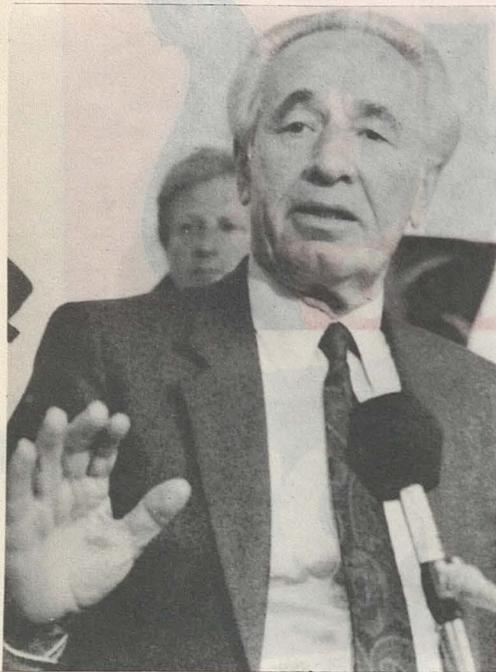
A reforma gráfica chegará também ao logotipo, no qual terá maior destaque a palavra "Cadernos". Não se trata de uma mudança de orientação, nem do abandono da nossa linha histórica de defesa dos direitos, interesses e aspirações do Terceiro Mundo. É apenas um recurso gráfico para completar a renovação da revista, além de ajudar na sua comercialização.

Simultaneamente, com as mudanças no visual e a ênfase na cobertura nacional, estamos lançando uma campanha em todo o país para ampliar o número de leitores da revista. Temos tido êxito na difusão de **Cadernos**, que já circula em cerca de 2.000 municípios de todo o Brasil, é texto recomendado em cursos básicos e universitários e referência no trabalho de numerosas categorias sociais. Nessa nova etapa, contamos com o apoio, sempre presente, dos leitores.

Temos consciência de que para uma publicação como a nossa, independente, intérprete de aspirações populares e empenhada em transmitir informações e análises justas do que ocorre no Brasil e no mundo, chegar a mais de três lustros é um fato marcante. Nossa equipe, no Brasil e no exterior, aspira a preparar-se para desempenhar um papel ainda mais amplo, na batalha cotidiana da informação, num tempo em que os fatos se tornam mais complexos e controversos, prestando-se a todo tipo de pressões, de propaganda e confusões dirigidas.

Neiva Moreira
Diretor

ISRAEL Peres apóia diálogo com OLP



Shimon Peres: hora de diálogo

A água pode ser o elemento chave nas negociações de paz no Oriente Médio. É o que acredita o líder do Partido Trabalhista de Israel – atualmente na oposição –, Shimon Peres, deputado no Knesset (Parlamento), defensor da necessidade de se negociar com os palestinos o futuro dos territórios ocupados. Em recente visita ao Brasil, após ter estado na Argentina a convite do presidente Carlos Menem, o ex-primeiro-ministro israelense (1984) manifestou em diversas ocasiões que num mundo que muda rapidamente, os conflitos pendentes de solução no Oriente Médio têm que se adaptar às novas circunstâncias e abandonar a lógica da guerra para entrar na rota da paz.

“Na guerra não há alternativa senão a vitória. Na paz, não há alternativa senão o entendimento”, disse Peres. A paz seria, no entanto, não somente uma imposição dos novos tempos, mas de um problema bem mais profundo: a histórica falta de água na região, “muito mais grave para nós do que o problema da terra”, na opinião do dirigente trabalhista israelense. Três rios abastecem de água 14 países da região e “eles são muito mais bentos do que caudalosos, sobretudo o rio Jordão”.

A população no Oriente Médio cresceu muito, enquanto as fontes de abastecimento de água continuam as mesmas. “Temos, então, duas alternativas: ou apelar à guerra para assegurar o controle das fontes de água, ou apelar para a ciência, procurando utilizar as tecnologias mais modernas para transformar em água potável o mar. Eu prefiro apelar para a ciência”, afirmou Shimon Peres.

Segundo esse raciocínio, o entendimento entre os povos da região abastecida pelos rios é uma imposição da geografia. Nesse sentido, o diálogo com os palestinos – mais claramente, com a OLP – é um pré-requisito para se pensar numa paz duradoura. “E quem dialoga, negocia; e quem negocia tem que ceder. Eles (os palestinos) vão ter que fazer concessões e nós, israelenses, também”, assinalou.

Quais seriam essas concessões, de parte de Israel? “Concessões territoriais, é claro”, admite Peres. De fato, para ele “é necessário devolver aqueles territórios nos quais a maioria da população é claramente palestina, como a Faixa de Gaza”.

Nesse ponto o dirigente trabalhista concorda com a iniciativa norte-americana para o Oriente Médio, que prevê a “troca de territórios por paz”, rejeitada pelo governo de linha dura do primeiro-ministro Yitzhak Shamir.

Quanto à proclamação de um Estado palestino independente, Peres admite que é um desdobramento natural dessas eventuais negociações, porém assinala que o ideal futuro seria “uma confederação palestino-jordaniana”.

SENEGAL

O advogado Habibi Thiam foi indicado pelo presidente Abdou Diouf para formar o novo governo do Senegal, que incluirá os mais importantes partidos de oposição. Thiam já havia ocupado o cargo de primeiro-ministro entre 1981 e 1983. Entre os novos ministros do gabinete, de 26 membros, está o principal dirigente da oposição senegalesa e secretário-geral do Partido Democrático Senegalês, Abdoulaye Wade.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Com a presença dos chefes de estado de Portugal, Cabo Verde, Guiné e Moçambique, além de delegações de alto nível da França, Angola e Gabão, tomou posse no início de abril o novo presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Lisboa Trovoada, em substituição a Manuel Pinto da Costa.

ÍNDIA / PAQUISTÃO

Com o objetivo de afastar o risco de um conflito armado, a Índia e o Paquistão assinaram, no início de abril, um acordo de segurança que autoriza o sobrevôo e pouso de seus aviões militares indiscriminadamente em ambos os territórios. Os dois países já entraram em guerra três vezes (1948, 1965 e 1971) devido à disputa em torno da província indiana de Cachemira (foto), onde a maioria da população é muçulmana.



Cachemira: pomo da discórdia

A GUATEMALA / EL SALVADOR A paz em debate

Os acordos assinados em fins de abril, no México, entre os governos de El Salvador e Guatemala e os movimentos guerrilheiros que agem nos respectivos países, parecem indicar o começo de uma nova etapa na vida dessas duas nações centro-americanas.

Em 28 de abril, depois de 24 dias de negociações, representantes do governo de Alfredo Cristiani, de El Salvador, e do grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) selaram o compromisso de começar o processo de pacificação nesse pequeno país centro-americano, onde a guerra civil provocou 75 mil mortos em 11 anos. O acordo, porém, não fixou data para a entrada em vigor do cessar-fogo.

governo, que tomou posse em janeiro passado, iniciaram conversações com a União Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG), que reúne o Exército Guerrilheiro dos Pobres, a Organização do Povo em Armas e as Forças Armadas Rebeldes. Segundo cálculos de organismos humanitários, o conflito nesse país já deixou um saldo de mais de 100 mil mortos.

O encontro contou com a participação de um representante da ONU na qualidade de observador e serviu para discutir uma questão fundamental, colocada pelas organizações guerrilheiras: a redução das forças armadas, integradas por 43 mil homens, e seu controle pelo poder civil. A diminuição da Patrulha Civil de Autodefesa é outra das reivindicações da UNRG que foi discutida na reunião.

O presidente Jorge Serrano, que chegou ao governo da Guatemala prometendo negociar um plano de paz, rejeita a possibilidade de reduzir o tamanho das



México: negociações entre o governo e os movimentos guerrilheiros de El Salvador (esq.) e da Guatemala

“Ninguém ganhou a guerra”, declarou Joaquín Villalobos, comandante da FMLN, para quem essa premissa foi a chave da negociação. Um programa de reformas legislativas, eleitorais e no funcionamento das forças armadas, que passarão a ser controladas pelo presidente da República, são seus aspectos mais significativos.

O acordo de paz, que contou com a participação de um mediador da Organização das Nações Unidas, estabelece também que o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, designará os três integrantes de uma Comissão Verdade, encarregada de investigar a violência da década passada.

Shafick Handal, comandante da FMLN que participou das negociações, assinalou que o acordo do México marca o começo de uma mudança estrutural no seu país, mas advertiu que resta ainda muito por fazer. “Tivemos que deixar para mais adiante o debate sobre as forças armadas e a questão dos grupos paramilitares e de segurança”, afirmou.

No caso da Guatemala, representantes do novo

forças armadas, mas deixou aberto o caminho para realizar cortes na Patrulha Civil de Autodefesa. A questão é de vital importância, porque a Guatemala, desde o início dos anos 50 até a eleição de Vinício Cerezo, em 1986, esteve sempre governada por militares. Em 170 anos de vida independente, a presença militar foi permanente na direção política dessa nação centro-americana. Justamente uma das críticas que se fazem a Cerezo foi o seu fracasso em colocar o exército sob controle civil durante os cinco anos que durou o seu mandato. Os guerrilheiros exigem também respeito aos direitos humanos e castigo aos responsáveis de crimes de lesa-humanidade cometidos no país.

O conflito foi aguçado pela disparidade na distribuição da riqueza existente na Guatemala, onde cerca de 2% da população controlam dois-terços de toda a agricultura, a principal fonte de renda. Os indígenas, que constituem 75% da população, são na sua maioria analfabetos e os índices de pobreza estão entre os mais elevados da América Central.

DROGAS Cresce produção de heroína



Paquistão: plantadores de ópio se queixam que o governo está destruindo suas colheitas por pressão dos EUA

A produção de heroína deverá triplicar no Paquistão este ano, segundo cálculos de especialistas europeus na área de narcóticos. As estimativas, baseadas na última colheita de papoula, em novembro passado, prevêem que a produção da droga naquele país pulará de 165 toneladas, em 1990, para 600 toneladas, este ano.

A heroína é produzida a partir da morfina, que por sua vez é uma substância extraída do ópio. Este último é encontrado em alguns tipos de papoulas, planta da qual um dos maiores produtores é o Paquistão.

O crescimento da produção de ópio representa um duro revés para o governo

paquistanês, que vem impulsionando um programa, com a contribuição dos Estados Unidos, para erradicar o cultivo da papoula. Em março, Washington avaliará se o Paquistão está cumprindo ou não os requisitos para continuar recebendo a sua ajuda, no valor de 3,2 bilhões de dólares por um período de cinco anos.

Em 1978, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), dos Estados Unidos, começou um programa de dez anos para erradicar o cultivo de ópio na região de Gaddon-Amazai, então a principal fonte de produção de drogas no país. O programa incluía a substituição de cultivos, construção de estradas, canais de irrigação e escolas, e projetos de eletrificação. Mas os especialistas europeus assinalam que o programa só fez com que a produção se deslocasse para outras áreas do país.

Esse relatório coincidiu com outro informe, divulgado recentemente pelo Instituto de Estudos sobre Farmaco-dependência, da Grã-Bretanha, que afirma existirem nesse país pelo menos 100 mil viciados em heroína.

Segundo esse estudo, a droga mais utilizada no Reino Unido é a maconha, com um milhão de fumantes, e em segundo lugar, estão as anfetaminas, também conhecidas como *speed*.

O grande número de viciados em heroína desfaz a idéia de que a cocaína ocupava o terceiro lugar na relação de drogas mais usadas pelos britânicos.

ANGOLA

Está para ser assinado um acordo de paz entre o governo de Angola e o grupo rebelde Unita, que pretende pôr fim a 16 anos de guerra civil. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, concordou com a proposta feita por Portugal, cujos pontos principais são a fixação de um cessar-fogo a partir de junho e a realização de eleições multipartidárias até novembro de 1992.

BANGLADESH

Khaleda Zia, líder do Partido Nacional, foi eleita primeira-ministra do Bangladesh nas eleições parlamentares de março passado. Khaleda é viúva do general Ziaur Rahman, ditador que governou o país até 1981, quando foi assassinado. Dentro de dois meses, o país deverá realizar eleições para escolher o novo presidente, cargo ocupado até fins do ano passado pelo general Mohammed Ershad, que foi obrigado a renunciar devido à pressão popular.

NAMÍBIA

A Namíbia comemorou no dia 21 de março o primeiro aniversário da sua independência.

Último reduto colonial na África, o país ficou ocupado pelos sul-africanos durante décadas. Obteve sua independência em 1990, graças à ação da Swapo, liderada por Sam Nujoma, e aos esforços diplomáticos das Nações Unidas.

TOGO

A descoberta dos cadáveres de 22 opositores do presidente Gnassingbé Eyadema, em Lomé, capital do Togo, provocou em fins de abril o protesto de milhares de pessoas e levou o governo a prometer a legalização dos grupos de oposição. Em meados de março, a capital passou quase uma semana sacudida por uma onda de manifestações em prol da democracia.

PORTO RICO

O governador de Porto Rico, Rafael Hernández Cólón, assinou uma lei declarando o espanhol o único idioma oficial da ilha, em vez do inglês, instituído em 1902. Em 1898, a ilha foi ocupada pelas tropas norte-americanas e desde 1961 Porto Rico é um "Estado Livre Associado" dos EUA, estatuto que poderá ser revisto no plebiscito previsto para 1992.

BENIN

Nas primeiras eleições presidenciais em 20 anos, o ex-ministro da Economia Nicéphore Soglo foi escolhido em fins de março primeiro-ministro do Benin (ex-Daomé), derrotando o general Mathieu Kérékou. Soglo obteve 67,7% dos votos contra 32,4% dados a Kérékou, que estava no poder desde o golpe de estado liderado por ele em outubro de 1972.

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Iraque

Escrevo ainda no curso da Guerra do Golfo e estou realmente chocada com a indiferença, com a insensibilidade mundial ante a carnificina que acontece no Iraque. É inacreditável o mundo inteiro se unir contra um pequeno país, isso só pode ser um tremendo pesadelo. Eles estão sendo cruelmente castigados por não terem obedecido, quando o "Senhor do Mundo" ordenou que eles se retirassem do Kuwait. É muito cinismo culpar Saddam Hussein de tudo o que acontece. Os aliados não podem culpar ninguém, pois eles estão cheios de culpa, cheios de crimes contra a humanidade. Estou muito apreensiva com o que pode ainda acontecer. Os aliados estão massacrando a população civil.

Sinceramente, não compreendo como todos podem ser tão cegos, pois os aliados não defendem interesses de ninguém, a não ser os próprios. Eles não só estão defendendo os próprios interesses, como estão demonstrando, belicosamente, quem manda no mundo.

Ora, já que os aliados são tão "bonzinhos", já que estão nessa somente para "ajudar" o povo kuaitiano, então deveriam também ajudar o povo palestino a recuperar suas terras. Eles dizem que o problema palestino não tem nada a ver com o problema do Kuwait, mas tem tudo a ver.

Se Saddam Hussein está certo ou está errado, isto não é motivo para o que está acontecendo. Aqueles povos sempre viveram em guerra, então eles próprios é que têm de resolver seus problemas. Lastimo profundamente todo o sofrimento do povo iraquiano, ao qual envio minha solidariedade.

Alba Liberato

Manaus - Amazonas

Ainda Iraque

Não poderia me esquivar de parabenizar esta revista pelos críticos e esclarecedores artigos de Beatriz Bissio (terceiro mundo, edições 134 e 135), sobre a covarde e injusta guerra praticada no Golfo Pérsico, provocada pela tirania do imperialismo mundial, acoplado aos Estados Unidos, cuja liderança se impõe aos cúmplices aliados. E também pela ambiciosa e



despótica sede de poder de Saddam. Julgo ambos como responsáveis por mais este atentado à paz mundial e à soberania dos países árabes.

Bush, seguindo a política imperialista e invasora de Reagan, tem primado em manter seu poderio bélico e militar em regiões estratégicas, como áreas de guerrilhas em El Salvador e Guatemala, interferência na política interna da Nicarágua, Granada e Panamá, impondo sua dominação econômica e ideológica sobre estas nações, o que não justifica a invasão de Saddam Hussein ao Kuwait, uma vez que ambos transgridem, radicalmente, o direito internacional e a soberania nacional daqueles países invadidos, saqueados e dominados.

Saddam finalmente se rendeu, pondo fim à guerra. Resta à comunidade internacional estar vigilante e continuar pressionando estes

governos opressores do Oriente Médio, a darem espaço para que seus povos tenham o direito a decisões e participação no poder das nações árabes, e cesse a tirania religioso-ideológico-política, que é um forte atentado contra a liberdade de seus cidadãos.

Anós, latino-americanos, secularmente invadidos pelos ianques, cabe continuar a nossa rebeldia, pressão, luta e manifestações, através dos

movimentos políticos e populares.

Marcos G. Silva

Fátima - Bahia

Mais Iraque

Quero saudá-los com toda consideração e felicitá-los por toda informação que nos fazem chegar sobre a Guerra do Golfo. Quando, nesta zona do "quintal", as cadeias norte-americanas nos infestam com informação fraudulenta, tratando de justificar até a matança de anciãos, crianças e mulheres em ataques a objetivos civis - é terceiro mundo que nos permite obter um ponto de vista ajustado à realidade dos fatos.

Raul Machado

Montevideu - Uruguai

Informação

Quero dizer-lhes o quanto me tem sido útil essa revista, o quanto me emocionam al-

gumas matérias, que jamais eu veria ou leria em outros veículos de comunicação, que camuflam e omitem ou tomam tendências mais do que divulgam a notícia.

Apostura digna, clara de terceiro mundo deveria poder chegar a todas as escolas, pois tenho certeza que muito já teriam mudado as análises absurdas e programadas de muitos jovens.

Ivonisa Holanda

Fortaleza - Ceará

Análise

A revista terceiro mundo presta um serviço inestimável. É a melhor que temos no país. Nela encontramos notícias de todo o mundo e que não encontramos nas publicações comuns, que estão a serviço dos interesses do Primeiro Mundo.

Georgiana C. de Melo

João Pessoa - Paraíba

Energia

Tenho os números 1 e 2 da revista e sinto-me orgulhoso disso. Doze anos depois, em 1986, na província de Misiones, voltei a encontrar a revista e me pareceu uma vitória importantíssima, por seu significado para a formação das pessoas de meu país e do Terceiro Mundo (um Terceiro Mundo não alinhado, que depois desta Guerra do Golfo vai ficar totalmente alinhado em algumas áreas, como esta minha Argentina). Minha intenção ao escrever-lhes é tornar-me assinante da revista e obter informações sobre energias alternativas. Atualmente, tenho um sítio de dez hectares, em Misiones, e quero desenvolver um projeto de auto-abastecimento primário e produção alternativa.

Walter A. Griguoli

Estafeta Cainguas

Mbopicua - C.P. 3334

Misiones - Argentina

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 - Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil),

Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador), SIIIIATA

(Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de

agências dos Países Não-Alinhados. Mantém

também intercâmbio editorial com as revistas

Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador),

Novembro (Angola), Tempo (Moçambique),

Altercom (Het-México-Chile), Third World

Network (Malásia), Israel and Palestine Political

Report (Paris) e Against the Current (EUA).

Fotos: Agence France Press (AFP).

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto

Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal),

Cristina Canoura (Uruguai)

CORRESPONDENTES: Paulo Cannabrava

Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória)

REVISÃO: Cláudia Márcia Soares, Júlio Cesar da

Rocha. **DEPTO. DE ARTE:** Pedro Toste (editor).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Maria

Helena Falcão (diretora), Andrea M. da Costa

Santos, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira,

Juliana Iooty de Paiva Dias.

BANCO DE DADOS: Macário Costa

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: Mauro

Antonio Mendes

ONDE ENCONTRAR

Livraria Página Ltda

Rua das Marrecas 36 Loja A

Rio de Janeiro - RJ

A/C Sonia - Tel.: 240-8017

Livraria e Papelaria Saraiva

Rua Sete de Setembro 73

Rio de Janeiro - RJ - A/C Ivo

Livraria Francisco Lassue

Pç. Olavo Bilac, 28 S/Loja 201

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 222-6298 - A/C Francisco

Livraria Centro Cultural

Rua da Assembléia 10 - Subsolo 108

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 242-2140

Livraria Francisco Alves

Rua Sete de Setembro 177

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 224-4278 - A/C Geraldo

Livraria Unitécnica

Rua Senador Dantas 45-B SI 402/406

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 262-4698 - A/C Mathias

Livraria Antiquário Walter Filho

Rua Sete de Setembro 207

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Livraria Tecnológica Ltda

Av Almirante Barroso 65/502

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 220-1314 - A/C Maurício Pinheiro

Livraria Galáxia

Rua México 31 Loja A

Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 240-0276

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

SUCURSAL DO RIO DA PRATA

Beatriz Bissio

Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192

Montevideu, Uruguai

Foto de Capa: Ripper/Imagens da Terra
Capa (Layoff): Carlos Gomes

INTERCÂMBIO

• José Luiz Bernades

Rua Brauna 25 fundos

Cumbica

07180 Guarulho - SP

• Humberto Chavez Zegarra

Rua Lisboa 61

12215 São José dos Campos - SP

• Rogério Rossi

Caixa Postal 4280

82500 Curitiba - PR

• José de Carvalho André Sacala

Rua C Casa 41

Bairro Operário

Caixa Postal 14709

Luanda - Angola

• Sandro André

Rua Beatriz Ramalho 3617 - Candelária

59065 Natal - RN

• Antonio Expedito Ribeiro

Caixa Postal 6039 - Jurnas

66014 Belém - PA

• Ângela França de Brito

Rua Lima e Silva 273 fundo casa 03

Liberdade

40000 Salvador - BA

• Adriana Pizzato

Rua Costa Lima 584

91700 Porto Alegre - RS

• Igor B. Combat

Rua Martins Lage 73 Apto 103

Engenho Novo

20771 Rio de Janeiro - RJ

• Cleitor Konrad

Rua Esperança 63 - Centro

95780 Montenegro - RS

• Martha Bórtoli

C. Mayo Gutierrez 450

La Paz - Canelones

C.P. 90100 - Uruguai

SÓ PARA ASSINANTES

Renove sua Assinatura com até

20%

de desconto

Assinatura normal:

Cr\$ 6.480,00 - 1 ano

Cr\$ 11.500,00 - 2 anos

Escolha sua opção:

Renovação por 1 ano:

Cr\$ 6.120,00

Renovação por 2 anos:

Cr\$ 10.800,00

Pagamento por:

Cheque nominal, Vale

Postal, Reembolso Postal ou

Credicard.

Qualquer dúvida ligue

(021) 252-7440

Editora Terceiro Mundo

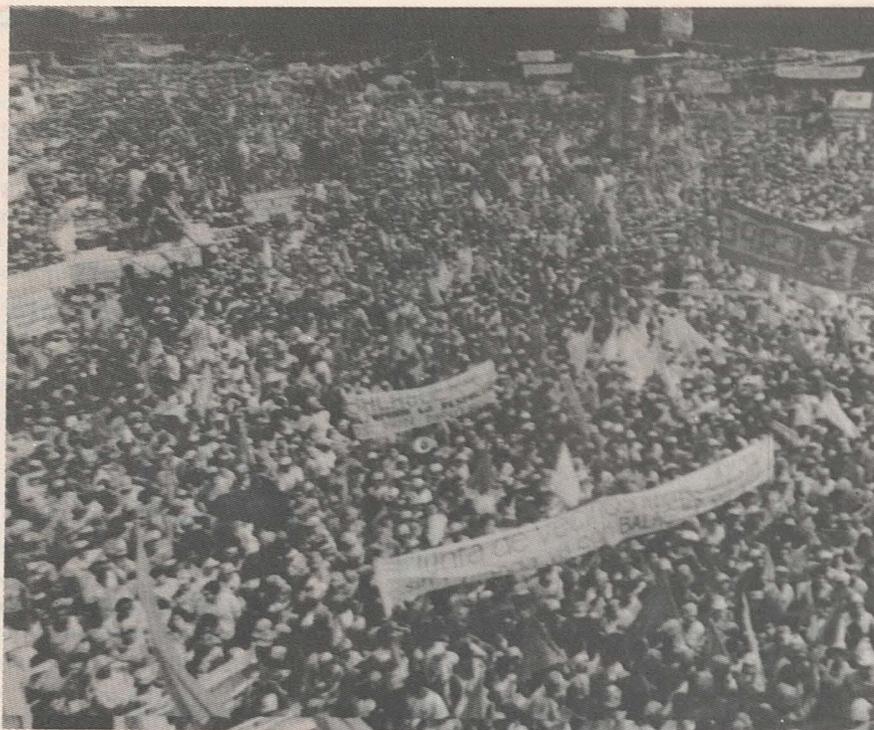
Rua da Glória 122 Grupo

105/106 - Glória

20241 Rio de Janeiro - RJ

Telex: (021)33054

CTMB-BR



Comício pró-Balaguer: sua eleição foi marcada por denúncias de irregularidades

Cenário renovado

Juan Bosh, fundador dos partidos mais importantes da esquerda dominicana, e Joaquín Balaguer, seis vezes presidente da República, se retiram definitivamente da vida pública

Marcelo Montenegro

Nas últimas semanas, houve importantes mudanças na República Dominicana, pequeno país situado no Caribe. Líderes históricos, como o professor Juan Bosh e o atual presidente da República, Joaquín Balaguer¹, anunciaram que estão se retirando do cenário político. Na esfera do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), o mais antigo do país, com 50 anos de fundação, houve uma reunificação que pode ter importantes consequências institucionais.

Estes fatos, de certa forma inesperados, foram analisados para **terceiro mundo** pelo presidente do PRD, Francisco Peña Gómez, ex-prefeito de Santo Domingo e veterano dirigente da Internacional Socialista (IS) na América Latina. Quando conversamos com Peña Gómez, estava regressando a seu país de uma viagem à Austrália e Nova Ze-

lândia, onde participou de uma reunião da IS, na qual estiveram presentes partidos socialistas e trabalhistas da Ásia e do Pacífico.

A unificação do PRD – O antigo Partido Revolucionário Dominicano acaba de recuperar sua unidade, depois de um processo de fracionamento de vários anos que lhe custou a derrota nas últimas eleições presidenciais, do ano passado. Desse processo, o PRD saiu dividido em três vertentes: a facção liderada por Jacobo Majluta, aliado a militantes do Partido Revolucionário Independente (PRI); a Aliança Social-Democrata, de José Rafael Avinaber, e finalmente o velho tronco do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), presidido por Peña Gómez, ao qual foi dado o direito de utilizar o nome depois de uma longa batalha judicial e política².

Balaguer ganhou por pequena margem de votos nas eleições de maio de 1990, em grande parte devido a essa divisão do PRD. Seu partido, o Partido Reformista Social-Cristão (PRS), obteve cerca de 34% dos votos, em meio a críticas e denúncias de irregularidades. Graças aos votos de uma pequena agrupação de direita – aliada do PRS e dirigida pelo general Elias Wesin y Wesin, atual comandante em chefe das forças armadas – Balaguer obteve mais 1% dos votos. Com isso, chegou a 35% e ganhou seu sexto mandato como presidente da República Dominicana. “O general Wesin y Wesin foi o fiel da balança”, afirma Peña Gómez.

Por outro lado, o Partido da Libertação Dominicana (PLD), fundado e dirigido pelo professor Juan Bosh, obteve individualmente mais votos do que o PRS de Joaquín Balaguer. O PRD, que levou Peña Gómez como candidato, obteve 24%. A fração de Majluta conseguiu aproximadamente 7% dos sufrágios.

A vitória de Balaguer foi muito apertada, e nenhum grupo obteve maioria na Câmara dos Deputados. No Senado, o governo conseguiu uma precária maioria de um voto. “Mas agora, um dos senadores oficialistas se transformou em ‘dissidente’ e está empatada a votação em 15 a 15. Por isso, entre outras coisas, não se pôde eleger o Poder Judiciário. Porque há discrepâncias entre a oposição e o presidente Balaguer quanto à seleção dos juizes e não quisemos aprovar seus candidatos”, explica o

dirigente do PRD.

Depois das eleições, houve o regresso maciço ao Partido Revolucionário Dominicano (PRD) da maioria dos dissidentes que tinham acompanhado Jacobo Majluta. Voltaram altos dirigentes e ex-membros do Comitê Executivo (90%), quadros municipais (outros 90%), vereadores e um dos dois deputados que a facção de Majluta havia conseguido nas eleições de 1990. De maneira que o PRD e seus aliados têm agora um total de 33 deputados contra 41 do partido de Bosh e 42 do de Balaguer.

Para Peña Gómez, essa reunificação do PRD foi um fato "inesperado na política dominicana" e explicou que o partido perdeu as eleições praticamente por essa divisão. "Era o principal partido do país, mas a divisão fez com que muitos dominicanos perdessem a fé nele e votassem em Bosh. Pensavam que ele poderia ganhar mais facilmente Balaguer que o PRD".

As três renúncias de Balaguer – Outro fato surpreendente foi a renúncia de Balaguer à presidência do partido e o posterior anúncio de que não vai se apresentar de novo como candidato presidencial nas próximas eleições. Tudo indica uma retirada definitiva da vida pública, inclusive pela idade avançada do presidente. Quando acontecerem as próximas eleições, Joaquín Balaguer estará com 87 anos e terá governado a República Dominicana por seis vezes.

A terceira renúncia que Balaguer prometeu é a de deixar o governo depois do segundo ano de mandato. "O prazo ainda não acabou. Pode ser que cumpra ou não a sua promessa. Seus críticos insistem em que, como ama tanto o poder, o mais provável é que queira ficar os quatro anos. Dependerá de que não ocorram novas crises", disse Peña Gómez.

O outro líder que se retira da vida política é o professor Juan Bosh. Fundador do Partido Revolucionário Dominicano – ou pelo menos um dos seus principais fundadores no exílio, há 50 anos –, Bosh criou uma nova agrupação, o Partido da Libertação Dominicana (PLD), após uma grande disputa interna do PRD. Em 18 anos de atividade política à frente do novo partido, Bosh conseguiu transformá-lo em uma força política poderosa, igual ao PRD.

"Bosh esteve a ponto de ganhar as eleições. Tem esse mérito. Mas, ao meu ver, cometeu erros na condução política. Tinha todas as chances de ganhar. É um homem muito honesto, muito competente, nós o respeitamos muito. Mas devia ter feito uma aliança conosco, que somos seus discípulos e seus amigos. Bosh, porém, pensou que ganhava sozinho. E Balaguer lhe fez muitas trapaças. Bosh perdeu sua última oportunidade. Infligiram-lhe a quinta derrota consecutiva", disse Peña Gómez.

O velho líder do PLD anunciou em março sua renúncia aos cargos que ocupava no partido e seu afastamento definitivo da vida política. E o fez usando os mesmos argumentos que quando deixou o PRD: Bosh disse que deixava o Partido da Libertação Dominicana porque este havia se transformado num outro PRD, corroído pelas brigas de poder internas.

"Por seu grande idealismo, Bosh pensa que não devemos aspirar a disputar os cargos de poder. Mas nós, seres humanos, temos ambições", assinala Peña Gómez. "É uma pena, porque o professor Bosh já tem 82 anos. Nós gostaríamos de que sua saída acontecesse

de outra forma", afirmou o líder do PRD, que não descarta a possibilidade de uma aproximação, futuramente, do PRD e PLD.

Um quarto acontecimento de importância na República Dominicana é a convocação para a Convenção Nacional do PRD, em agosto, que indicará o seu candidato presidencial. Francisco Peña Gómez, atual presidente do partido, tem todas as possibilidades de ser designado candidato.

Apesar de ainda faltarem quase três anos para as eleições, o partido decidiu lançar já em 1991 sua campanha presidencial. Peña Gómez explica por quê: "Perdemos duas vezes o governo por culpa da divisão, que já analisamos. Desta vez queremos dar ao país a imagem de um partido forte, disciplinado e unido. Queremos fazer a campanha com tempo. Esse foi outro problema da eleição anterior: não houve tempo de fazer campanha. Além do mais, queremos aproveitar um momento em que tanto a situação nacional como a internacional é extremamente favorável para nós".

Afastamento internacional – Joaquín Balaguer é, na opinião de Peña Gómez, um homem antiquado, que



Joaquín Balaguer (esq.) e Juan Bosh: um confronto que chega ao fim

mantém o país distanciado das correntes internacionais. A República Dominicana só se relaciona com alguns países da Europa ocidental e América Latina. "Quase não temos relações com o Caribe. Isso é incrível, não há um só embaixador dominicano em um país do Caribe", assinala Peña Gómez.

No caso de Cuba, a situação é muito peculiar: o governo de Santo Domingo não mantém relações diplomáticas com Havana, mas, em compensação, possui fortes vínculos econômicos, culturais e esportivos, além de uma permanente conexão aérea, com dois vôos semanais. "Talvez seja um dos países latino-americanos que mais relações mantém com Cuba", disse o líder do PRD. Mas isso não ocorre no que se refere à África e à Ásia.

Com o mundo árabe a situação não muda muito: existem relações diplomáticas somente com o Egito. "Isso é ruim. É preciso mudar essa política externa. Tampouco existem vínculos com o campo socialista, ou o ex-campo socialista. Não há relações com a União Soviética. Apesar de fazer parte da Convenção de Lomé³, não temos um embaixador em Bruxelas, nem na CEE (Comunidade Econômica Européia). Tudo isto tem que mudar no nosso governo", afirmou Peña Gómez.

Por outro lado, a República Dominicana é o país que mais tem se



Peña Gómez: "O PRD perdeu muito com a divisão"

beneficiado da Iniciativa para a Bacia do Caribe. Obteve no ano passado entre 350 a 400 milhões de dólares provenientes da zona franca instalada em seu território a partir daquele programa. No entanto, devido aos problemas energéticos do país, à baixa taxa de câmbio e à instabilidade econômica geral, uma parte importante das *maquiladoras*⁴ começou a ir embora da ilha.

"Tememos, também, que o acordo comercial entre México e Estados Unidos nos prejudique, como à maioria dos países do Caribe. Porque o México é o país mais próximo dos Estados Unidos, com mão-de-obra barata, muita energia

e sem problemas de transporte (tem comunicação terrestre por ferrovia e estradas com os Estados Unidos). A meu ver, tudo isso vai provocar uma diminuição do ímpeto integracionista que se tem observado da economia do Caribe com a economia norte-americana", adverte Peña Gómez.

A Internacional Socialista

— Peña Gómez entende que se tem conseguido romper o eurocentrismo pernicioso da Internacional Socialista. "Regressei de uma viagem à Austrália e Nova Zelândia, onde aconteceu uma grande reunião da IS com a participação de todos os partidos trabalhistas, social-democratas e socialistas da Ásia e Pacífico. Lá também estavam os socialistas da Índia, Tailândia, Camboja, Nova Zelândia, Austrália, Japão, Coreia do Sul, URSS, de todo o Leste europeu".

"A Internacional Socialista se expandiu muito: tem mais de 100 partidos. Todo o Terceiro Mundo está dentro. Ficou acertado naquela reunião se fazer um encontro a cada ano em um país asiático, para analisar os grandes problemas nessa região do mundo, como o criado pelo apartheid na África do Sul, a situação no Oriente Médio, as dificuldades econômicas da Ásia e Pacífico. Também participarão representantes socialistas dos chamados 'tigres asiáticos'", resume o dirigente dominicano.

Ao mesmo tempo, se realizam reuniões periódicas dos grandes partidos da América Latina e da Europa, nas quais se analisa a integração (incluindo a iniciativa Bush), o estado atual do Pacto Andino, o Caricom, a Bacia do Prata e o Mercado Comum Centro-americano.

A caminho do deserto

Peña Gómez resume assim sua plataforma eleitoral:

"Um novo governo da República Dominicana teria que ocupar-se, fundamentalmente, de estimular a produção agropecuária. Em segundo lugar, da saúde. Terceiro, da educação. Quarto, de reordenar o sistema financeiro que se encontra numa grave crise.

"Um último assunto que temos que nos preocupar, pois é de transcendental importância: a ecologia, a preservação ambiental. A República Dominicana está numa ilha que está se desertificando. O Haiti tem menos de 5% de mata. A República Dominicana cerca de 12%. Os rios estão secando e desaparecendo. Quando fui prefeito da capital (1982-1986), me preocupei em semear todas as áreas verdes da cidade. Depois, ninguém plantou uma árvore, nem na capital nem no interior. O país corre o risco de cair em uma crise de escassez de água no futuro, pela desertificação acelerada. E este problema, muito sério, vai exigir do governo a preocupação com o meio ambiente. Acho que essas deverão ser as bandeiras fundamentais do novo governo".

¹Juan Bosch foi eleito presidente em 1963, após uma revolta popular contra a ditadura que desde a época de Rafael Leónidas Trujillo (1930-1961) dominava a República Dominicana. Foi deposto sete meses depois e o poder voltou às mãos das mesmas forças políticas derrotadas pelas massas. Porém, uma nova rebelião constitucionalista é deflagrada em 1965, dando aos Estados Unidos o pretexto para intervir com os seus 35 mil *marines* e tornar a colocar no poder os trujillistas num governo encabeçado por Joaquín Balaguer.

²Foi uma decisão da Junta Central Eleitoral que entrou em vigor nos mês de março de 1990, a poucas semanas das eleições realizadas em 16 de maio daquele ano.

³A República Dominicana e o Haiti são os únicos países latino-americanos que, além das nações do Caribe, pertencem à Convenção de Lomé.

⁴*Maquiladoras*: fábricas que se destinam exclusivamente a montar peças de produtos que, em muitos casos, são depois exportados.



Posse de Jean-Bertrand Aristide (a dir., gal. Herard Abraham)

Um padre no olho do furacão

Ao assumir o poder, o sacerdote católico Jean-Bertrand Aristide enfrenta o desafio de governar um país marcado pela miséria, a corrupção e a violência política

Claudia Guimarães

A posse do padre católico Jean-Bertrand Aristide como presidente, no dia 7 de fevereiro passado, abriu uma nova página não só na história do Haiti, como da própria América Latina. Após quase 30 anos de ditadura, pela primeira vez os haitianos puderam se pronunciar livremente sobre o destino do seu país.

Mas, apesar do enorme apoio popular que recebeu nas urnas (67% dos votos válidos), o padre salesiano terá grande dificuldade para pôr em prática

o programa de governo das forças que o levaram ao poder, reunidas na Frente Nacional pela Mudança Democrática (FNCD).

Aristide está recebendo um país com gravíssimos problemas econômicos e sociais. Segundo um relatório da Unctad (Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), várias regiões do Haiti são atingidas periodicamente pela fome e, fora das áreas urbanas, a falta de infra-estrutura é total. Além disso, assinala o informe, não há possibilidade de estocagem de produtos agrícolas, nem

telecomunicações, nem eletricidade no interior.

O campo, aliás, é uma das áreas mais explosivas para o novo governo. País predominantemente agrícola (três quartos da população vivem na zona rural), no Haiti existe uma forte pressão demográfica sobre a terra, apesar do êxodo em direção à capital, Port-au-Prince, e ao exterior¹. Além disso, a utilização do carvão como principal fonte de energia está deixando graves consequências, como o alto grau de desmatamento, a erosão dos solos e o assoreamento dos rios.

No plano social, os obstáculos que enfrentará Aristide não serão menores. Os serviços de saúde estão concentrados nas cidades, são inadequados e não dispõem de pessoal técnico suficiente, em parte devido à imigração de médicos (existem mais médicos haitianos nos Estados Unidos do que na própria ilha). O país tem, proporcionalmente, uma das mais altas taxas de Aids do mundo; o índice de analfabetismo beira os 70%; a expectativa de vida é de apenas 53 anos e a desnutrição atinge 75% das crianças.

A reativação da economia será, portanto, o maior desafio do presidente recém-eleito. De rico produtor de café e açúcar, o Haiti se transformou nas últimas décadas no único país latino-americano que figura entre os 25 mais pobres do mundo. Sua renda per capita é de 350 dólares ao ano, a taxa de importações é 50% maior que a de exportações e o desemprego afeta 60% da população.

“Justiça, participação e transparência” – Com uma trajetória de permanente defesa das causas populares, o padre Jean-Bertrand Aristide, de 37 anos, conquistou a admiração dos haitianos mais pobres e ao mesmo tempo a inimizade dos setores mais reacionários da sociedade. Suas denúncias das atrocidades cometidas pelos *tonton-macoutes* colocaram sua vida em risco muitas vezes (já sofreu oito atentados, num dos quais se salvou por milagre quando oficiava uma missa).

Defensor da Teologia da Libertação, Aristide – também chamado carinhosamente pela população de “Titid” – foi expulso da ordem dos salesianos em dezembro de 1988, sob a alegação de que estava incitando à violência e à luta de classes. “Dizem que estou pregando a violência – respondeu então –, quando



na verdade há uma violência institucionalizada, diante da qual damos uma resposta de não-violência ativa”.

As contundentes críticas do padre salesiano ao papel dos Estados Unidos no Haiti tornaram-no uma *persona non grata* para Washington, que durante a campanha presidencial apoiou o candidato Marc Bazin, ex-funcionário do Banco Mundial. “No caso do Haiti, todos os militares que se sucederam desde a queda de Duvalier dão a im-

pressão de terem se auto-imposto, mas na verdade o fizeram sob a bênção, tácita ou invisível, mas real, dos Estados Unidos”, afirmou Aristide certa vez.

Durante a campanha da Frente Nacional para a Mudança Democrática (FNCD), Jean-Bertrand Aristide resumiu seu programa de governo em três palavras “justiça, participação e transparência”. Com isso, o padre salesiano soube expressar as principais reivindicações de uma população submetida durante quase 30 anos ao terror, tortura e assassinatos indiscriminados, realizados pela temida polícia secreta dos Duvalier, os *tonton-macoutes* (“bichos-papões”, na língua local, o crioulo).

O novo presidente goza, portanto, do apoio da maioria da população, como nenhum governante jamais teve no país. A reação espontânea dos haitianos em 7 de janeiro deixou isso bem claro. Tão logo se soube que na madrugada daquele dia um grupo de neodualvieristas havia tomado o Palácio Presidencial, as pessoas ocuparam as ruas e ergueram barricadas por toda

a capital. Os protestos deixaram mais de cem mortos e um prejuízo calculado em 50 a 60 milhões de dólares, com a destruição de escolas, igrejas e casas de líderes de diversos partidos políticos.

O principal alvo dos rebeldes – liderados por Roger Lafontant, ex-chefe dos *tonton-macoutes* e ministro do Interior durante a ditadura de Jean-Claude Duvalier – não era só substituir a presidenta interina, Ertha Pascal-Trouillot, mas acima de tudo impedir a posse de Jean-Bertrand Aristide, que se realizou exatamente um mês depois.

A rápida ação do exército demonstrou que as forças armadas, apesar de infiltradas por elementos neodualvieristas, estão apostando no governo de Aristide, pelo menos por enquanto. Internacionalmente, também não houve nenhuma manifestação de apoio aos rebeldes. Até os Estados Unidos e a França – tradicionais aliados do regime dos Duvalier – condenaram a ação.

Desafio político – Com o fracasso da tentativa de golpe de Lafontant, em parte devido à reação popular, o processo de transição para a democracia saiu fortalecido. Mas Aristide sabe que uma das prioridades do seu governo, a curto prazo, é organizar as forças que o elegeram. Por isso, pouco antes de tomar posse, ele fez um apelo no sentido de que elas se transformassem em um movimento, organicamente constituído.

Em síntese, para corresponder às expectativas de uma população que pela primeira vez em muito tempo vive sob um regime democrático, o padre Jean-Bertrand Aristide terá que atuar em diversas frentes. Deverá reativar a economia, elevando o padrão de vida dos haitianos; depurar o aparelho de Estado, corrompido durante o regime dos Duvalier; conseguir apoio político e financeiro externos, e manter a lealdade à Constituição de forças armadas com uma longa tradição ditatorial.

Nessas condições tão adversas, o êxito do novo presidente dependerá, em grande parte, da sua habilidade não só de manter o apoio da população e a unidade política da frente que o levou ao poder, como de ampliar sua base política, estabelecendo alianças com outras forças não-comprometidas com o regime duvalierista.

30 anos de terror

1957 – François Duvalier, o “Papa Doc”, é eleito presidente

1964 – Com o respaldo de Washington, “Papa Doc” instaurou uma pseudomonarquia, proclamando-se presidente vitalício

1971 – Morre “Papa Doc”, sendo sucedido por seu filho, Jean-Claude, o “Baby Doc”

1983 – “Baby Doc” se proclama presidente vitalício

1986 – Uma onda de protestos e paralisa-

ções em todo o país obriga “Baby Doc” a fugir do país em 7 de fevereiro, em um avião da força aérea norte-americana, assumindo o poder uma junta militar

1987 – Em 30 de março, a população aprova, através de um referendo, a nova Constituição. Em 29 de novembro se realizam eleições, anuladas depois de um massacre realizado por bandos de *tonton-macoutes* nos próprios postos de votação, que deixou 34 mortos e de-

zenas de feridos

1988 – O sociólogo Leslie Manigat é eleito presidente em janeiro (num pleito marcado pela abstenção e pelo boicote da oposição) e deposto seis meses depois pelo general Namphy, que por sua vez é derrubado em setembro pelo general Proper Avril, chefe da guarda presidencial

1990 – Avril renuncia em março. Ertha Pascal-Trouillot (juíza da Suprema Corte) é designada presidente provisória.

Em 16 de dezembro, se realizam eleições, das quais saiu vencedor o padre Jean-Bertrand Aristide

156 nos Estados Unidos vivem um milhão de haitianos, muitos deles ilegalmente.

O espelho do abandono

Após uma década de crise econômica, guerra e ajuste estrutural, as condições sociais dos países centro-americanos são as piores possíveis



El Salvador: a miséria e a guerra fazem parte do dia-a-dia das crianças

O ano de 1991 começou com dez milhões de centro-americanos – 40% da população – vivendo em condições de pobreza absoluta, impossibilitados de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação. A fome é uma realidade diária para 60% da população, 57% estão desempregados, 40% não têm recursos para pagar assistência médica, uma em cada 10 crianças morre antes de completar cinco anos de vida, e mais da metade das crianças em idade escolar não tem acesso à educação.

Durante uma década de violência e guerra, 160 mil centro-americanos morreram e dois milhões são hoje refugiados ou estão desabrigados dentro de seus próprios países. Outros milhões continuam a sofrer as consequências físicas e emocionais da violência.

Ao iniciar-se a década de 90, as oportunidades de desenvolvimento social na América Central são consideradas deploráveis, e as previsões de melhoria na qualidade de vida no próximo século são pessimistas.

Uma década de crise – A queda do padrão de vida na região decorre da deterioração geral da situação econômica da América Central. Em contraste com a “idade de ouro” dos anos 70, quando as economias centro-americanas se desenvolveram constantemente, a região enfrentou na última década crescentes déficits fiscais, aumento da dívida externa, queda nas exportações, entre outros problemas. Em consequência, o nível de miséria se tornou maior.

Entre 1980 e 1988, o Produto Interno Bruto (PIB) da América Central registrou um crescimento médio de 1% ao ano, em comparação com 1,7% para toda a América Latina e 3,9% no caso do conjunto dos países pobres e de renda média (categoria em que o Banco Mundial inclui a América Central). Segundo dados do Banco, em 1980 os países po-



Favela de Honduras: nesse barraco vivem 14 pessoas

bres e de renda média controlavam 23% da riqueza mundial, cifra que caiu para 18% em 1988.

A crise dos anos 80 começou com um declínio dos preços internacionais de importantes produtos de exportação centro-americanos, especialmente o café, e um aumento do custo das importações, principalmente de bens de capital, e dos insumos agrícolas. O

valor das exportações da América Central caiu continuamente durante a década de 80 (em 1987, esse valor era apenas 78% da cifra registrada em 1980).

Paralelamente, com o constante aumento do valor das importações, a região registrou um déficit comercial durante toda a década de 80, em contraste com o saldo comercial positivo do início da década de 70. E o fato é agravado pelas desvalorizações das respectivas moedas em relação ao dólar.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal, órgão das Nações Unidas), os centro-americanos vêm sofrendo dificuldades econômicas em muitos níveis diferentes. Em primeiro lugar, o salário médio

I – Indicadores sociais da região na década 1980–1990

	Preços ^a	Pobreza ^b	Extrema pobreza	Salários Reais ^c	Desenvolvimento Urbano	Calorias por pessoa ^d	Mortalidade infantil ^e
Guatemala							
Início da década	9	63	32		2	2	82
Fim da década	15	84	72	-1,4	7	2	59
El Salvador							
Início da década	12	68	51		–	2	88
Fim da década	21	85	66	-5,6	–	2	59
Honduras							
Início da década	9	68	57		8	2	90
Fim da década	11	85	–	-1,7	9	2	69
Nicarágua							
Início da década	23	62	–		–	2	93
Fim da década	1689	80	–	-6,7	–	3	62
Costa Rica							
Início da década	65	25	14		6	2	37
Fim da década	14	40	–	20	5	3	18
Panamá							
Início da década	–	54	24		10	2	32
Fim da década	–	–	24	-1	22	2	23

a/ Variação percentual de dezembro a dezembro. b/ Percentual da população. c/ Variação acumulada do nível anual do crescimento do salário real, 1980-87. d/ Disponibilidade diária de calorias, em milhares de unidades. e/ Para cada 1.000 crianças nascidas vivas, na faixa etária de menos de 5 anos.

Fonte: Central America Report, com base nos dados do Banco Mundial e da Cepal.

nos países centro-americanos, com exceção da Costa Rica, perdeu 29,3% do seu poder aquisitivo em 1980-87, situação que continua a se agravar até hoje.

Na Costa Rica, o salário real chegou a aumentar nos últimos anos, mas já entrou em sua trajetória de declínio.

Em 1987-89, a renda per capita centro-americana sofreu uma redução acumulada de 20%. Para a região como um todo, o PIB per capita sofreu uma queda média de 3,8%, sendo que o declínio médio acumulado foi de 14,8% em 1980-88. Em 1987, o desemprego urbano ia de 5,6% na Costa Rica até 25,1% na Nicarágua.

Medidas agravam a crise - Em junho de 1990, os presidentes centro-americanos endossaram o Plano de Ação Econômica para a América Central (Paeca), um acordo regional destinado a promover o comércio entre os países da região.

Logo após essa reunião de cúpula, o presidente George Bush anunciou sua "Iniciativa para as Américas", com o objetivo de criar uma zona de livre comércio em todo o hemisfério e reduzir as dívidas externas.

Enquanto isso, os governos centro-americanos começaram a implementar medidas de austeridade econômica a fim de satisfazer as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, dessa forma, ter acesso à ajuda externa. Muitos economistas vêem nessas medidas a causa da atual deterioração das condições de vida da população da região.

Os "ajustes estruturais" buscam a redução dos gastos governamentais, especialmente os subsídios aos serviços públicos, bem como a desvalorização das moedas locais em relação ao dólar e o aumento dos pagamentos da dívida externa. Este último item ganhou prioridade na lista de despesas, ao passo que os gastos com saúde, educação e habitação diminuíram (os pagamentos da dívida aumentaram em 320% na Costa Rica de 1987 até o presente).

As despesas militares continuam a merecer significativas parcelas da receita pública. A América Central investe hoje, por ano, seis mil dólares por cada soldado, em comparação

II - Crescimento da produção global da região, 1980-88

	Crescimento do PIB ^a	PIB per capita (em 1.000 dólares/Crescimento por ano)	
		1988	1980
Países ricos	3,5	10,7	8,1
Países pobres e de renda média	3,9	0,7	0,8
América Latina	1,7 ^b	2,1	2,1
América Central	1,0 ^b	0,8	1,2

a/Percentual de crescimento médio anual. b/Segundo a Cepal, o crescimento médio anual em 1980-89 para a América Latina e para a América Central foi de 1,3% e 0,8%, respectivamente.

Fonte: Central America Report, à base de dados do Banco Mundial.

com apenas 78 dólares e 21 dólares, respectivamente, por pessoa na área da educação e saúde. A Nicarágua dedica 16% do seu Produto Interno Bruto (PIB) a despesas militares, seguida de Honduras com 5,9% e El Salvador com 3,7%.

Enquanto os governos cortavam os gastos públicos e incentivavam o crescimento no setor de exportações, a inflação corroía ainda mais o salário real em toda a região. Em 1990, a Nica-

rágua registrava uma taxa de inflação acumulada de 3.000%. Prevê-se que as taxas inflacionárias da Costa Rica e Honduras ultrapassem os 50%, ao passo que na Guatemala já está a caminho dos 100%. A única exceção é El Salvador, com uma inflação de apenas 11%.

A culpa da inflação, segundo a maioria dos economistas, cabe aos programas de ajuste estrutural, especialmente aos cortes nos gastos sociais e à privatização de instituições estatais. Contribuem para agravar a situação a desvalorização da moeda e o crescente aumento dos preços dos alimentos, afetados pela concentração de esforços na produção para exportação e não para o consumo local.

O recente aumento dos preços do petróleo em decorrência da guerra do Golfo teve o efeito imediato de aumentar os custos dos combustíveis e, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), deverá provocar uma queda de pelo menos 3% no PIB de todos os países centro-americanos¹. Em toda a América Central tem havido manifestações públicas contra a política econômica dos governos nos últimos meses.

*Central America Report, da Guatemala



A guerra já fez 160 mil vítimas na América Central

¹Esse declínio do PIB provavelmente levará a novas reduções do salário real, na medida em que os governos cortem ainda mais os seus orçamentos e os custos das importações continuem a subir.

Futuro incerto no México

Dentro de pouco mais de dois anos, esgotam-se as verbas da ajuda internacional destinadas aos que fugiram à brutal repressão militar na Guatemala na década de 80 e cruzaram a fronteira do México

Joel Simon*

Em um mundo cada vez mais impaciente com o problema dos refugiados, cerca de 45 mil guatemaltecos acampados no México há uma década enfrentam um futuro incerto. Em 31 de dezembro de 1992, quando terminará a ajuda internacional destinada aos campos onde vivem, eles terão de optar entre retornar à Guatemala ou se tornarem cidadãos mexicanos.

Elias Montajo, que deixou o seu país no início da década de 80, fugindo à brutal guerra civil que se travava no interior, faz um balanço da situação: "No momento, do jeito como estão as

coisas na Guatemala, não é possível voltar", diz ele, referindo-se ao recrutamento da violência política. "Por outro lado, nossa vida aqui não é boa".

Diz Montajo que só retornará à Guatemala se houver uma repatriação maciça e organizada, possibilidade que se torna cada vez mais remota. De fato, diz Lucas Lima, membro de uma comis-

são que representou os refugiados nas recentes negociações com o governo guatemalteco, "para o México e para a Guatemala, o ideal seria que desaparecêssemos".

"Auto-suficiência" - À medida em que se esgotam as verbas da ajuda



A violência levou milhares de guatemaltecos a se refugiar no México (acima, Chiapas)

internacional em um clima mundial de incerteza econômica, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), que financia o programa mexicano de refugiados, vem procurando demonstrar que os guatemaltecos poderão em breve ganhar o seu próprio sustento. Acusado de perpetuar a dependência entre os

refugiados de todo o mundo, o Acnur optou por uma nova palavra de ordem: "auto-suficiência".

Para os ativistas dos campos de refugiados do México, porém, essa preocupação com uma suposta auto-suficiência não passa de uma manobra política destinada a permitir que todas as partes envolvidas simplesmente lavem as mãos e deixem os refugiados entregues à sua própria sorte.

No estado mexicano de Campeche, onde vivem cerca de 13 mil refugiados, a paisagem árida e seca é pontilhada de ruínas espanholas e maias e pereneamente sobrevoada pelos urubus. Quando, há dez anos, o governo mexicano deu início a um programa de distribuição de terras, poucos foram os mexicanos que aceitaram a oferta de um terreno em Campeche, de forma que a área foi destinada aos refugiados. Por ocasião de sua recente visita ao acampamento de Los Laureales, Christian Koch, porta-voz do Acnur, frisou que, embora as populações de refugiados raramente consigam prover o seu próprio sustento, "puderam atingir aqui a auto-suficiência".

Mas os residentes deste e de outros

acampamentos de Campeche e Quintana Roo acreditam que irão passar fome quando a ajuda internacional for interrompida. Em 1990, grande parte da colheita de milho de Los Laureales foi arrasada pela seca.

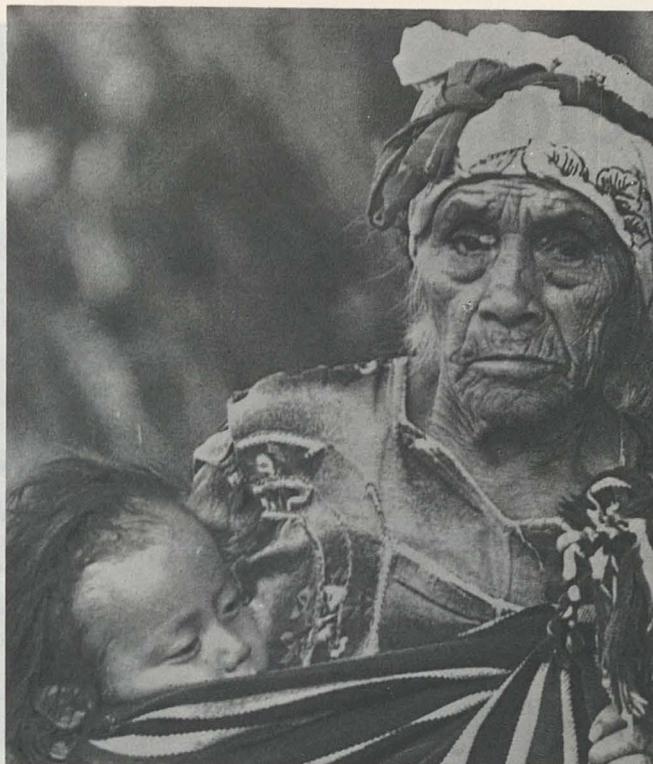
Por outro lado, Montajo, que planta milho em Santo Domingo Reste, lugarejo próximo ao acampamento, diz que a enchente causada por um sistema de irrigação deficiente destruiu cerca de 25% da colheita de milho do acampamento. Para ganhar algum dinheiro extra, Montajo trabalha como carpinteiro e cobra dos seus vizinhos cerca de três centavos de peso para verem televisão em um aparelho preto-e-branco,

ligado a uma bateria de carro.

Ainda assim, Montajo tem mais sorte do que a maioria dos refugiados guatemaltecos – cerca de 25 mil – que continuam vivendo em Chiapas, estado montanhoso situado na fronteira do México com a Guatemala e onde há grande escassez de terras férteis.

“Estamos trabalhando para tornar mais auto-suficientes os refugiados de Chiapas”, declarou Esteban Garza, diretor da Comar – a Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados, que administra o programa oficial de refugiados –, embora admitisse que estes continuam a receber rações de alimentos de emergência após dez anos de exílio. Para complementar essas rações, a maioria é obrigada a trabalhar como imigrantes em plantações de café da região.

Medo de voltar – Apesar das condições adversas em que vivem os refugiados guatemaltecos, os especialistas prevêem que 90% deles permanecerão no México após o prazo fatal de 1992. Até agora, somente mil refugiados retornaram à Guatemala em 1990, em comparação com os dois



Mais de cinco mil crianças guatemaltecas nasceram no México

mil que foram repatriados em 1988.

Tampouco a Guatemala estimula o retorno dos refugiados. O governo – que já redistribuiu a maior parte das terras que lhe pertenciam – consideram-nos um estorvo político. Recentemente, o ministro da Defesa da Guatemala denunciou que os acampamentos estavam sendo utilizados como bases para o movimento rebelde do país, que continua

em pé de guerra. A denúncia foi refutada pelo governo do México e por agências internacionais.

Por sua vez, a direita guatemalteca tem-se concentrado em uma campanha de intimidação, com o intuito de impedir que os refugiados voltem ao país, diz Lucas Lima. Em 1989, dois repatriados que vinham participando das negociações com o governo foram assassinados por esquadrões da morte. Pouco depois Myma Mack, antropóloga guatemalteca que trabalhava junto aos repatriados, foi brutalmente morta a golpes de faca em frente ao seu escritório, na Cidade da Guatemala.

Para o México, a instável população de refugiados vem, há muito tempo, causando problemas sociais e políticos, especialmente ao longo da fronteira, e as auto-

ridades acreditam que o país só tem duas opções: ou recorre à repatriação forçada, ou assimila-os à população mexicana. Uma vez que renunciem à cidadania guatemalteca, observa Lima, os refugiados deixarão de ser um problema internacional.

Embora as autoridades do Acnur afirmem que nenhum refugiado será forçado a aceitar a cidadania mexicana após 1992, a maioria dos que foram entrevistados nos acampamentos não vê outra alternativa. Quase todos ignoram que podem manter sua condição de refugiados após o prazo final de 1992.

De fato, dizem os refugiados, a possibilidade de regresso à Guatemala diminui a cada ano que passa. “Muitos dos nossos jovens estão esquecendo os nossos costumes e a nossa língua”, declarou Victor Estrada, porta-voz do acampamento de Los Laureales, a uma delegação das Nações Unidas, referindo-se aos dialetos maias falados pelos refugiados em sua pátria.

“Nossos filhos nasceram no México”, acrescenta ele. “A Guatemala é um país de ódio e violência. Quase todos sabemos que jamais poderemos voltar”.



Nos acampamentos, as crianças também participam do trabalho na lavoura

*Pacific News Service. Joel Simon, editor adjunto do PNS, passou uma semana em visita aos campos de refugiados de Chiapas, Campeche e Quintana Roo, no México.

Apartheid estimula violência entre negros

Os meios de comunicação omitem os verdadeiros motivos das lutas entre o CNA e o Inkhata e o envolvimento da polícia nesses confrontos

Adam Hochschild*

Nos últimos meses, as primeiras páginas dos jornais e as telas de Tv têm mostrado ao público norte-americano um novo tipo de imagem da África do Sul. Em vez de policiais brancos atirando contra manifestantes negros, há a terrível carnificina da chamada "violência de negros contra negros".

O que essas imagens trazem como mensagem subliminar é que, se um dia o apartheid terminar, será substituído

pela luta feroz entre tribos africanas dissidentes. Mas a imprensa geralmente deixa de divulgar dois fatos fundamentais. Primeiro, a maior parte do conflito entre os povos negros tem sua origem em divergências políticas, e não em diferenças étnicas ou tribais. Segundo, o conflito é propositalmente estimulado pelo governo da África do Sul.

Desde 1986, os combates entre negros já provocaram mais de cinco mil mortes, das quais cerca de 80% ocorreram na província de Natal, onde a luta



Os conflitos entre a população negra têm

já deixado outras 50 mil pessoas desabrigadas. O derramamento de sangue tem sido especialmente brutal nos arredores de Pietermaritzburgo, capital de Natal, onde vivem cerca de 500 mil negros. Em 1988, o número de vítimas fatais registrado nesta cidade por causa da violência política foi mais do que o dobro do total de vítimas em todo o Líbano.

Marionetes - Há alguns meses, visitei a cidade e vi os sinais da batalha por toda parte: o medo no rosto das pessoas, os adolescentes que perderam os pais, os pais que perderam os filhos, as casas superlotadas, onde famílias inteiras de refugiados vivem em um único aposento, os escombros enegrecidos de casas destruídas pelo fogo.

Contudo, a violência que se vê em Natal não é intertribal: quase todas as vítimas são zulus. De um lado, há as forças leais a Gatsha Buthelezi e seu partido político paramilitar, o Inkhata; do outro, as forças leais ao Congresso Nacional Africano (CNA) e seus aliados. O que a imprensa deixa de informar é até que ponto Buthelezi e o Inkhata são criações do governo sul-africano.

Buthelezi, descendente da realeza



Buthelezi, do Inkhata, e Mandela, do CNA: encontro não trouxe resultados concretos



origem, basicamente, em divergências políticas, e não tribais ou étnicas

zulu, goza do legítimo apoio dos zulus tradicionais do setor rural de Natal. Mas é ao governo branco da África do Sul que ele deve sua posição como ministro-chefe de Kwazulu, o mais importante "território" (bantustão) negro do país. Há alguns anos, o governo de Pretória o levou à chefia da subtribo Buthelezi, em detrimento de seu irmão mais velho, e de lá para cá já o promoveu várias vezes a posições mais elevadas.

Gatsha Buthelezi é o tipo de político africano com o qual os estrategistas do apartheid sempre sonharam: opõe-se às sanções da comunidade internacional, defende a livre empresa e mostra-se disposto a aceitar menos do que "um voto para cada pessoa". Gavin Relly, ex-diretor da Anglo-American Corporation, o maior império empresarial da África do Sul, disse certa vez que Buthelezi era "o único líder negro que diz exatamente aquilo que pensamos".

No decorrer das últimas décadas, quando qualquer sul-africano podia ir para a cadeia pelo simples fato de pertencer ao Congresso Nacional Africano, o governo incentivou Buthelezi a organizar o Inkhata. Enquanto os líderes do CNA eram detidos e torturados, suas reuniões eram proibidas e seus artigos

censurados, Buthelezi sempre teve permissão de pronunciar seus discursos em estádios lotados de partidários do Inkhata.

E o que é pior: há anos o Inkhata vem sendo autorizado a manter um campo de treinamento paramilitar, onde os recrutas andam de uniforme e são divididos em companhias, pelotões e esquadrões. Alguns membros do Inkhata chegaram a ser treinados em uma antiga base da Força de Defesa Sul-Africana, na Namíbia. Segundo o *UmAfrika*, jornal publicado em Natal, na língua zulu, mais de 100 membros do Inkhata viajaram a Israel em 1986, com a aprovação de Pretória, para treinamento militar. (Israel e a África do Sul negam a acusação.)

Contrapeso conservador – A estratégia deliberada de Pretória tem sido transformar o Inkhata no contrapeso conservador do Congresso Nacional Africano. Quando os dois grupos entraram em guerra declarada em meados da década de 80, as autoridades fizeram de tudo para estimular o Inkhata. Em janeiro de 1988, veículos da polícia e do exército escoltaram pelotões do Inkhata que desfechavam um ataque ao bairro Ashdown, de Pieter-

maritzburgo, região reconhecidamente favorável ao CNA. O ataque deixou um saldo de 11 mortos. O chefe da segurança de Pietermaritzburgo apareceu na Tv para explicar que a polícia estava procurando "devolver" o controle dos bairros aos seus líderes "tradicionais".

Outra providência do governo foi evitar que se negociasse alguma paz nessa guerra. Em quatro ocasiões diferentes, o ministro da Lei e da Ordem mandou prender ou cerceou a liberdade de líderes da Frente Democrática Unida (grupo legal, simpatizante do CNA quando este ainda se encontrava banido), pouco antes que eles se reunissem para negociar a paz com o Inkhata.

Nos últimos anos, o governo manteve mais de mil pessoas sob prisão preventiva nos arredores de Pietermaritzburgo, por prazos que variavam de alguns dias a vários anos. Quase todas eram simpatizantes do CNA ou da FDU; nenhuma delas ocupava um lugar de destaque no Inkhata. Entre os poucos membros desse grupo que chegaram a ser presos, havia um esquadrão de 43 "vigilantes" que, armados de facões, facas e cassetetes, pretendiam atacar a sede local de um sindicato pró-CNA. Esses "vigilantes" haviam cometido o erro de marcharem através do centro comercial dos brancos. Mas logo foram soltos e não houve registro de queixa contra eles.

A mão da polícia – O presidente da África do Sul, Frederick de Klerk, diz que gostaria de pôr fim a essa violência. Mas ou está mentindo ou então já não controla a sua polícia. No dia 23 de maio de 1990, observadores do Partido Democrático, a oposição parlamentar branca da África do Sul, declararam ter visto veículos da polícia transportando membros do Inkhata para um comício. Em agosto, outras testemunhas viram em Kagiso, outro bairro de Pietermaritzburgo, caminhões da polícia levando membros armados desse grupo. Além disso, verificou-se que os folhetos distribuídos pela Brigada Jovem do Inkhata, em julho passado, tinham sido impressos em uma gráfica de propriedade da Polícia de Segurança de Pietermaritzburgo.

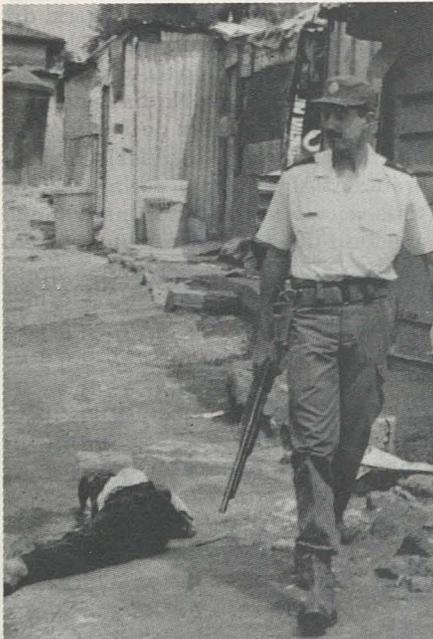
Os conflitos civis costumam ser as mais brutais de todas as guerras e, como tal, a luta entre o Inkhata e o CNA está chegando a um ponto trágico. Mesmo que a polícia sul-africana retirasse amanhã o apoio que oferece ao Inkhata,



Funeral de simpatizantes do CNA, em Soweto: manifestantes denunciam o apoio do governo ao Inkhata. No cartaz pode-se ler: "SAP (Polícia Sul-Africana) ama o Inkhata"

não seria fácil pôr termo à guerra. Buthelezi, cuja base de apoio nas pesquisas de opinião nacional vem diminuindo há alguns anos, perderia influência em um país que, apesar de tudo, ainda pode caminhar pacificamente para a democracia.

O CNA, por sua vez, sob a pressão de conflitos internos e de simpatizantes cada vez mais impacientes, corre o risco de se tornar impopular caso procure negociar com Buthelezi. Apesar disso, em 31 de março passado, o líder do CNA, Nelson Mandela, se reuniu durante cinco horas com o chefe do Inkhata. O encontro, na cidade de Durban, fazia parte da segunda rodada de negocia-



Mais de 5 mil pessoas morreram nos choques entre os grupos negros

ções visando a pôr fim à onda de violência entre os seguidores de ambos os grupos (mais de 1.200 pessoas morreram, desde agosto passado, em conflitos entre o CNA e o Inkhata).

Este é, justamente, um dos principais obstáculos à paz. A esta altura, os milhares de combatentes dos bairros, de ambos os lados do conflito, já têm suas contas a ajustar uns com os outros — e adquiriram o hábito de resolver suas diferenças a mão armada. Em qualquer lugar do mundo, este é um hábito que ninguém perde facilmente — muito menos em comunidades desesperadamente empobrecidas, onde 50% dos jovens estão desempregados. Sem justiça econômica, há pouca esperança de resolver os problemas da África do Sul, inclusive este tipo mais recente de violência.

Hoje, a "violência de negros contra negros" na África do Sul já ultrapassou os limites da província de Natal, pois vários grupos zulus leais a Buthelezi atacaram partidários do CNA de outros grupos étnicos negros nas comunidades superpovoadas ao sul de Joanesburgo.

Contudo, é bom não esquecer que os conflitos atuais não representam as lutas inter-raciais mais sangrentas da história da África do Sul. Estas ocorreram entre as duas "tribos" brancas do país — os descendentes dos ingleses e dos holandeses —, que se massacraram mutuamente, às dezenas de milhares, durante a Guerra dos Bôeres, no início desse século. E ninguém se lembrou de rotular esse conflito de "violência de brancos contra brancos".

*Adam Hochschild é correspondente do PNS e autor de um livro recém-publicado, *The mirror at midnight: a South African journey*

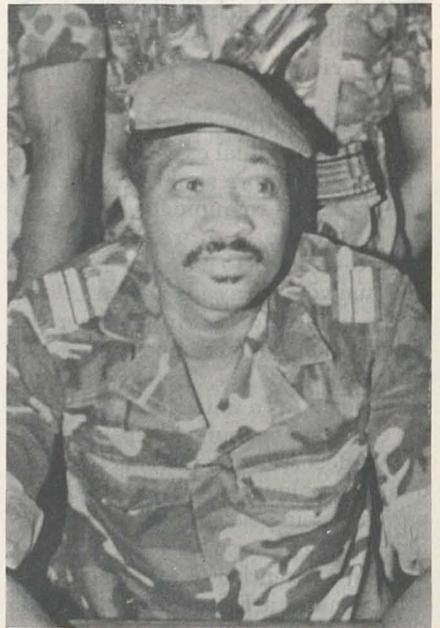
Mudança

O governo do Mali, um dos países mais pobres do mundo, foi deposto por militares que prometem democratizar o país

“Quem com ferro fere, com ferro será ferido”, diz o ditado popular. Foi o que aconteceu com Moussa Traoré, que depois de ter chegado ao poder pela força, nos anos 60, foi deposto em 25 de março por um golpe militar.

A intervenção armada que pôs fim ao regime do presidente Traoré foi detonada por uma mobilização popular de quatro dias, violentamente reprimida, com um saldo de mais de 200 mortos. O exército assumiu o governo e criou o Conselho de Reconciliação Nacional (CRN), que prometeu a democratização do país.

O CRN, presidido pelo coronel pára-



Amadou Touré, líder do golpe

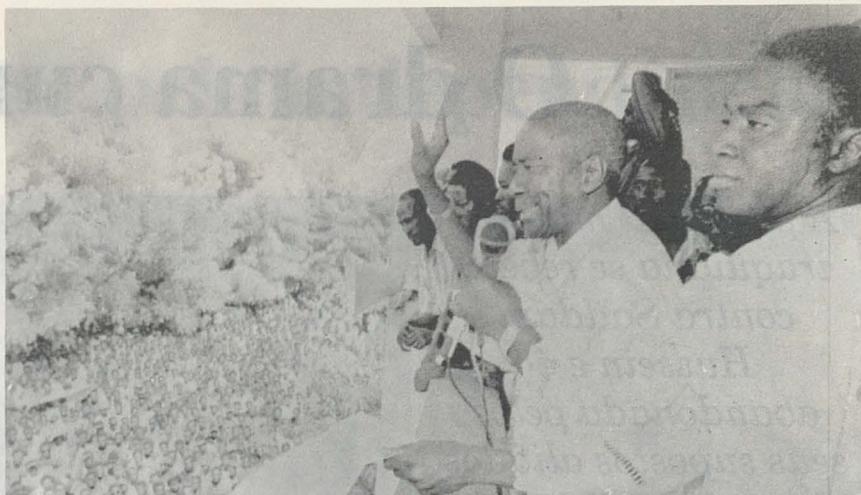
de rumo

quedista Amadou Touré, de 42 anos, foi integrado no início por 17 militares. Entre os principais assessores do novo governo se encontram o coronel Cafuguna Coné, chefe do estado-maior do exército; o coronel Tucuré, ex-membro do birô executivo do partido único, e Umar Diarra, que era diretor do gabinete do ministro da Defesa.

O Conselho dissolveu o governo e o único partido permitido no país, a União Democrática do Povo do Mali, além de revogar a Constituição. Em um documento firmado por Touré, poucas horas depois de normalizada a situação, em 27 de março, o novo governo declarou que o CRN governará por pouco tempo. Prometeu a incorporação de civis ao governo e afirmou que assumia "o compromisso de criar as condições para a implantação do pluralismo partidário no Mali, organizando eleições livres e limpas no momento certo".

O descontentamento popular em relação ao regime deposto vinha crescendo há muito tempo. Mas as mobilizações anti-Traoré mais recentes começaram em 21 de março, quando a União Nacional de Trabalhadores do Mali, apoiada pela Liga de Defesa dos Direitos Humanos e outros grupos que lutam pela democracia, decretou uma greve geral por tempo indeterminado. Em resposta, o povo ocupou as ruas e o governo tentou conter a revolta pela força. O resultado da repressão foi um saldo de centenas de feridos, dos quais muitos morreram nos hospitais, insuficientes para atender às vítimas.

Momento de renovação - Demba Diallo, presidente da Liga dos Direitos Humanos, afirmou que o país vive um momento de renovação. "Moussa Traoré nos tratava como imbecis. Tomou



Manifestação convocada por Demba Diallo, presidente da Liga dos Direitos Humanos

o poder pela força e se mantinha pela violência. Se os novos governantes tentarem se perpetuar no poder, vamos derrotá-los como fizemos com Moussa Traoré", prometeu Diallo.

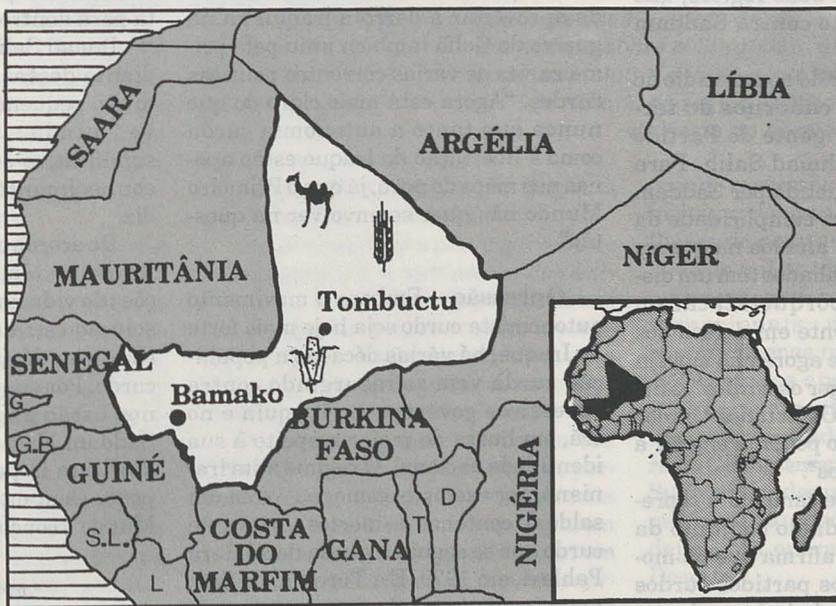
O presidente deposto do Mali, general Moussa Traoré, de 64 anos, tomou o poder em 1968 mediante um golpe de estado e sobreviveu a várias crises políticas e militares. Foi secretário geral da União Democrática do Povo do Mali, desde sua fundação, em 1979.

Em 1984, atuou como mediador para reconciliar as facções em luta no Chade e ganhou com essa iniciativa reputação internacional. Em julho de 1985, foi eleito para o terceiro mandato como chefe de estado, com 98% dos votos, em um pleito onde era o único

candidato. Em dezembro de 1985, Mali e Burkina Faso (ex-Alto Volta) tiveram um breve confronto armado que deixou um saldo de 100 mortos.

O Mali tem uma renda anual per capita de 200 dólares, um território de 1,2 milhão de quilômetros quadrados de extensão e sete milhões de meio de habitantes. A população é majoritariamente muçulmana e vive em estado de pobreza quase absoluta.

Encrustado na parte ocidental do Saara, entre a Argélia, Mauritânia, Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Burkina Faso e Nigéria, o Mali possui depósitos minerais de ouro, bauxita, cobre, ferro, urânio e fosfatos, intactos devido à falta de recursos para explorá-los.



O Mali tem uma área de 1.240.000 km². Sua população é de 7.620.225 habitantes, que pertencem a 23 grupos étnicos. A expectativa de vida é de 42 anos para os homens e de 46 para as mulheres. O analfabetismo atinge 89,9% da população

O drama curdo

A principal minoria iraquiana se rebela contra Saddam Hussein e é abandonada pelos seus supostos aliados da coalizão liderada pelos Estados Unidos na guerra do Golfo

Jaime Brener*

Dezenas de milhares de mortos, mais de três milhões de refugiados e centenas de aldeias destruídas. Estes são os primeiros dados sobre as consequências do esmagamento da revolta curda pelas tropas iraquianas de Saddam Hussein. Um saldo que deverá tornar-se ainda mais impressionante quando surgirem mais informações sobre o aniquilamento da rebelião xiita no sul do país. Sem contar as prováveis represálias do Iraque contra a população das duas regiões, que apoiou o movimento contra Saddam Hussein.

"Estamos assistindo ao genocídio do povo curdo", disse a **cadernos do terceiro mundo** o dirigente do Partido Socialista Curdo, Ihmad Salih. Para ele, "o massacre cometido por Saddam Hussein conta com a cumplicidade da Casa Branca e seus aliados na guerra do Golfo Pérsico. Os aliados têm um discurso hipócrita, porque atacaram Saddam supostamente em defesa dos direitos das nações, e agora não movem um dedo para proteger os curdos", afirmou. E completou: "Os Estados Unidos preferem Hussein no poder, a engolir a autonomia dos curdos".

Ihmad Salih, que também é representante na Holanda do conjunto da oposição iraquiana, afirma que no momento o objetivo dos partidos curdos não é criar um Estado independente.



Nos acampamentos, um dos maiores problemas é conseguir comida

"Defendemos o fim da ditadura de Saddam Hussein e a convocação de eleições livres", diz. Segundo o dirigente, "toda a frente iraquiana de oposição comprometeu-se a garantir a autonomia cultural, política e religiosa para os curdos e outras minorias nacionais".

O combate a Saddam Hussein uniu pela primeira vez as facções curdas, xiitas, nacionalistas, comunistas, alguns grupos sunitas e mesmo dissidentes do Baath, o Partido Socialista Árabe, que está no poder. Na verdade, a iniciativa de aproveitar a derrota iraquiana na guerra do Golfo também uniu pela primeira vez as várias correntes políticas curdas. "Agora está mais claro do que nunca que tanto a autonomia curda como a libertação do Iraque estão apenas nas mãos do povo, já que o Primeiro Mundo não quer se envolver na questão".

Opressão – Embora o movimento autonomista curdo seja hoje mais forte no Iraque, há várias décadas a população curda vem se insurgindo contra sucessivos governos na Turquia e no Irã, em busca de maior respeito à sua identidade nacional. O regime xiita iraniano, por exemplo, esmagou – com um saldo de centenas de mortos – o levante curdo que se seguiu à queda do xá Reza Pahlevi, em 1979. E a Turquia, de fato, nega a existência da população curda

(19% dos habitantes do país). Até há alguns meses, o governo de Ankara reconhecia como curdos apenas a pequena minoria que não fala turco.

Com a formação da frente anti-Saddam, os regimes do Irã e Turquia flexibilizaram suas políticas com relação aos curdos. Os iranianos apoiaram a rebelião contra o governo iraquiano, enquanto a Turquia anunciou a libertação de 40 mil presos e autorizou o uso dos seus dialetos em algumas regiões, temendo a expansão da onda separatista para dentro de suas fronteiras.

Ihmad Salih reage com indiferença diante dessas mudanças. "São passos muito pequenos. Na verdade, não houve ainda nenhum movimento significativo desses países rumo ao reconhecimento da nossa autonomia", diz.

De acordo com o líder curdo, "nossos irmãos só têm mesmo melhores condições de vida na Síria, URSS e Líbano. A solução estratégica do nosso problema está, sem dúvida, na criação do Estado curdo. Por enquanto, os curdos iraquianos estão engajados na luta contra Saddam Hussein. E a frente de oposição tenta impedir o genocídio do nosso povo. Com ou sem ajuda do Primeiro Mundo", concluiu.

**Jornalista brasileiro radicado em Amsterdã*

A longa luta pela independência

Os curdos descendem de tribos indo-européias que se estabeleceram há mais de quatro mil anos nas regiões montanhosas ao norte do rio Tigre. Convertidos ao islamismo durante a expansão muçulmana do século VII, eles se reconhecem como integrantes do mesmo povo, apesar de não falarem a mesma língua – há vários dialetos – nem pertencerem a uma mesma religião. Cerca de 85% dos curdos são muçulmanos sunitas, há minorias de xiitas e outros credos.

Hoje, cerca de 20 milhões de curdos estão distribuídos pelo Iraque, Irã, Turquia, Síria, URSS e Líbano. Eles são o quarto povo do Oriente Médio, em número, mas nunca passaram por períodos estáveis de independência, ou mesmo de autonomia. Apenas existiu o estado independente de Mahabad, no Irã, quando o norte do país foi ocupado pela URSS, em 1946.

A fase mais intensa da luta dos curdos pela autonomia começou com o colapso do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra. As potências vencedoras reconheceram a necessidade da autonomia política e cultural para os curdos, mas nenhuma medida concreta foi adotada. Daí em diante, as populações curdas da Turquia, Iraque e Irã se engajaram em inúmeras batalhas, em busca do respeito à sua identidade.

Devido ao caráter tribal da sociedade curda, por muito tempo suas lideranças estiveram divididas, às vezes aliando-se a um ou outro governo da área contra um regime vizinho, este contando com o apoio de tribos curdas rivais, e assim por diante.

Os governos da região e as potências do Primeiro Mundo sempre interferiram e manipularam as divergências entre líderes curdos, não pelo interesse que pudessem ter nas suas reivindicações, e sim para instrumentalizá-los em favor de suas políticas, numa região riquíssima em petróleo.

Assim, em 1929, um levante curdo, com o apoio do xá do Irã, desafiou o governo da Turquia. Os turcos fizeram concessões ao regime iraniano, que, sem maiores escrúpulos, rompeu sua aliança com os curdos, mesmo sabendo

que podia estar deixando a Turquia com as mãos livres para massacrar os rebeldes, como efetivamente aconteceu.

Mas foi no Iraque – onde eles são 23% da população – que o autonomismo curdo ganhou mais força. Em 1974, após vários anos de guerrilha, os curdos arrancaram do regime de Bagdá o primeiro estatuto de autonomia em sua longa história. Mesmo isso não foi suficiente para os rebeldes, que se engajaram em uma nova e sangrenta guerra contra o governo central, apoiados pelo então xá do Irã, Reza Pahlevi, a Casa Branca e Israel. Em 1975, os iraquianos cederam ao Irã o estreito de Chatt-el-Arab e assinaram um tratado fronteiriço. O xá abandonou os curdos, que foram derrotados militarmente por Bagdá, a um custo de 30 mil mortes.

Para consolidar a paz, o governo de Bagdá ampliou a autonomia dos curdos, com a autorização do ensino da sua língua nas escolas da região, investimentos em infra-estrutura e a designação de curdos para altos cargos da administração pública local.

Durante a guerra contra o Irã (1980-88), as principais lideranças curdas no Iraque apoiaram implicitamente Teerã, ao prosseguirem sua luta contra Saddam Hussein, em meio ao conflito. Quando a guerra terminou, Saddam Hussein lançou uma



Um marco nas relações entre os curdos e o governo de Bagdá foi a visita de Jalal Talabani (foto), líder da União Patriótica do Curdistão, à capital iraquiana, convidado por Saddam Hussein, à frente de uma delegação curda, da qual participavam dirigentes de outros partidos dessa minoria étnica. O motivo do convite foi discutir um acordo sobre o Curdistão, que entre outras medidas incluiria o importante centro petrolífero de Kirkuk, na região autônoma curda do norte do Iraque.

grande repressão contra os curdos, que incluiu a deportação de dezenas de milhares de pessoas, o aniquilamento de mais de mil povoados e o uso de armas químicas, que, segundo denúncias internacionais, mataram cinco mil pessoas apenas na aldeia de Halabja.

Os curdos aprenderam a lição e se mantiveram neutros durante o ataque aliado contra Saddam Hussein na guerra do Golfo, temendo novas represálias. Suas atividades militares contra o regime iraquiano só seriam retomadas depois da operação "Tempestade no Deserto".

JB

Unanimidade forçada

Mamoun Fandy

A oposição contra a monarquia absolutista da Arábia Saudita e seus métodos de governo tem aumentado desde que terminou a guerra do Golfo, segundo declarações feitas por jornalistas ocidentais, árabes não-sauditas e até mesmo alguns profissionais daquele país. A melhor prova disso, dizem eles, é a repressão movida pelo regime contra qualquer tipo de oposição no país.

Os jornais sauditas publicam anúncios oferecendo recompensa de um milhão de riales (350 mil dólares) a quem der informação sobre atividades

O pós-guerra está sendo muito difícil para a monarquia saudita, que enfrenta a maior contestação interna desde o sangrento episódio de 1979 na cidade de Meca

participar da coalizão internacional contra o Iraque.

Uma vez que muitos nômades sauditas vivem em ambos os lados da fronteira que divide os dois países e tradicionalmente têm-se oposto ao regime da família Saud, acredita-se que alguns chefes de tribos potencialmente rebeldes tenham sido incluídos entre os detidos e expulsos.

Oposição antiga – A atual onda de repressão deve ser vista no contexto de uma longa história de oposição e até mesmo de resistência armada que remonta aos primeiros anos da década de 50.

Mas foi em 1979 que ocorreu aquele que foi talvez o mais importante desafio ao governo da família Saud: um grupo islâmico dissidente invadiu a Grande Mesquita de Meca (uma das cidades sagradas do islamismo), com o apoio de chefes de tribos separatistas da região de Hejaz e militares sauditas. No outono daquele ano, grupos xiitas da região leste do país se rebelaram, inspirados pela revolução islâmica do Irã.



Entre os nômades, existem várias tribos que se opõem ao regime da família Saud

de oposição ao governo. Dissidentes sauditas exilados nos Estados Unidos declaram ter sido advertidos de que podem ser presos se tentarem voltar ao seu país de origem. Consta que certos liberais reformistas, religiosos dissidentes e chefes de clãs tradicionalmente contrários ao regime da família do rei Saud estão atualmente na prisão.

Segundo um homem de negócios saudita, o governo não faz qualquer distinção entre os que conspiram para deflagrar um golpe armado, os simples dissidentes e aqueles sobre os quais existem apenas suspeitas de criticarem o regime.

Em fins do ano passado, ficou claro que o governo saudita temia que a crise do Golfo viesse a provocar uma onda de distúrbios no país. Naquela ocasião, o governo prendeu e expulsou cerca de um milhão de trabalhadores e pequenos negociantes iemenitas, confiscando a poupança de milhares deles, ainda que fossem nascidos na Arábia Saudita, mas de pais iemenitas.

Aparentemente, os sauditas receavam que esses imigrantes, aos quais o governo jamais concedeu a cidadania saudita, pudessem se transformar em uma quinta coluna a serviço de um Iêmen democratizado que se recusasse a

Embora o governo saudita tenha feito o possível para impedir que os jornais ocidentais divulgassem notícias sobre a rebelião e suas consequências, muitas publicações internacionais logo passaram a noticiar e analisar os acontecimentos.

Em novembro de 1979, o *Economist* revelou “uma onda de detenções motivada pela distribuição de folhetos que promoviam a rebelião”. Tanto o *Afro-American Affairs* como a *Middle East Review* noticiaram em Londres que a repressão saudita contava com a colaboração de tropas norte-americanas e francesas. O *Foreign Report*, do *Econo-*

mist, afirmou em dezembro daquele ano que um avião paquistanês, a bordo do qual viajavam peregrinos que haviam testemunhado a sangrenta retomada da Grande Mesquita, tinha caído na cidade turística de Taif, na Arábia Saudita, em circunstâncias que sugeriam ter sido o aparelho criminosamente derrubado.

Em seu relato romanceado da rebelião de 1979, Muhammad L. Rashid, dissidente saudita exilado, narra a detenção, tortura e prisão do autor de um folheto contendo apenas ligeiras críticas ao regime.

Prisão e tortura - Há vários motivos pelos quais a atual situação representa para o regime saudita uma ameaça maior do que a revolta de 1979. Não só muitos sauditas educados no Ocidente estão perfeitamente informados da luta promovida pelas forças pró-democracia no Kuwait, como também existem hoje muito mais sauditas educados no Ocidente do que há dez anos. Somente nos Estados Unidos, o número de universitários sauditas aumentou de cinco mil para 20 mil, ou seja, um quarto do total de estudantes matriculados em universidades sauditas.

Mais ameaçadora ainda é a presença de soldados norte-americanos na Arábia Saudita, supostamente encarregados de introduzir uma "nova ordem mundial" em um país no qual qualquer pessoa pode ser presa sem julgamento. A ironia de tal situação não passa despercebida aos sauditas que tenham



Rei Fahd: acusado de reprimir qualquer oposição interna

alguma instrução.

De fato, vários grupos em todo o país receberam ameaça de prisão nas últimas semanas, inclusive membros das tribos *shammar*, *kharb* e *oteibi* que se rebelaram em 1979, bem como xiitas, parentes e amigos de membros da Frente Nacional Hejazi de Libertação e intelectuais não-sauditas suspeitos de alimentarem sentimentos contrários ao regime.

Nem mesmo os líderes religiosos podem se sentir seguros. Alguns clérigos que se opunham à guerra do Golfo estão atualmente detidos. Fala-se de tortura e execução de vários seguidores de Al-Sadi Mohammed Said Naaf, que denunciou a interpretação Wahabita¹ do Islã como contrária à verdadeira fé. E vários religiosos no âmbito da própria tradição Wahabita, como Safar al Hawali, Salman al Auda, Awad al Qumi e

Abdul Rahman al Ashmawi, estão presos por terem criticado o regime.

Sem dúvida, os liberais sauditas dissidentes são os alvos mais fáceis da repressão. Ao contrário dos xiitas e dos chefes de tribo, esses liberais são elementos desarmados, sem qualquer vocação para a violência. E, embora sejam muitos, não são organizados. Além disso, os movimentos separatistas tribais têm historicamente recebido ajuda do exterior, ao passo que os liberais jamais receberam sequer alguma forma de apoio simbólico das democracias ocidentais cujos ideais eles defendem.

O dilema desses liberais é descrito em uma carta assinada por uma mulher saudita educada nos Estados Unidos, atualmente sob prisão domiciliar por ter participado, em novembro último, de um protesto promovido por cerca de 50 mulheres contra o fato de

lhes ser negado o direito de dirigir um veículo. "É muito difícil viver em um país no qual ninguém tem direitos e onde qualquer pessoa pode ser submetida àquilo que o rei e seus agentes decidirem que é certo, como a detenção", diz ela. "Às vezes, eu preferiria não ter frequentado a escola. Assim, não perceberia a injustiça e os crimes, como percebo agora, sabendo que nada posso fazer para impedi-los".

¹Wahabitas: membros de uma seita muçulmana, fundada no século XVII na Arábia, que rejeita as inovações do Islã, desaprova o culto em excesso do profeta Maomé, assim como as obras arquitetônicas e rituais santuosos, e proíbe o uso do álcool, fumo, jogo e a usura



A presença de soldados norte-americanos é vista como uma ameaça aos costumes locais

Uma ordem democrática

Prestigiosas organizações discutem o futuro do Oriente Médio e as novas relações mundiais



Bagdá: as zonas civis foram duramente atingidas

O Encontro de Consultas sobre a Paz no Oriente Médio e a Nova Ordem Internacional, realizado em Brasília, concluiu que, assim como se adotaram “as sanções severíssimas” contra o Iraque para o cumprimento de resoluções da ONU, o Conselho de Segurança tem a obrigação de atuar com rapidez e eficácia – sem recorrer ao uso das armas – para impor:

a) o cumprimento, pelo Estado de Israel, das antiquíssimas resoluções, que ordenam a devolução dos territórios ocupados na Faixa de Gaza, Cisjordânia e das colinas de Golã, e a internacionalização de Jerusalém;

b) o direito de autodeterminação do povo palestino;

c) o cumprimento, por parte do Estado de Israel, das Convenções de Genebra

referentes à população dos territórios ocupados;

d) a retirada das tropas sírias e israelenses do Líbano, permitindo a autodeterminação, independência, integridade e soberania deste país;

e) o respeito, por todos os demais Estados da região, das fronteiras de Israel legitimadas pela ONU;

f) a autodeterminação do povo curdo.

O Encontro de Consultas foi convocado pela Associação Americana de Juristas e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Do encontro participaram ainda o Movimento Internacional de Juristas Católicos, Associação Internacional de Juristas Democratas, Comissão Internacional de Juristas, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e Núcleo de Estudos Estratégicos, da Universidade de Brasília, e as revistas **terceiro mundo** e **Ciência Hoje**.

A declaração final do encontro observa um “fato grave”: pela primeira vez, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso da força, delegando suas responsabilidades ao governo do Estados Unidos. A isto se acrescenta a falta de controle pela ONU sobre a condução daquela guerra.

Privilégio do veto – Os participantes consideram que é chegado o momento de democratizar o sistema das Nações Unidas, afirmando o princípio da igualdade soberana de todos os estados, o que requer, entre outras coisas, a supressão do privilégio do veto, estabelecido em favor de cinco países – qualquer um deles

com capacidade para impor sua decisão ao resto dos 170 países integrantes – e, ainda, a ampliação do número de membros do Conselho de Segurança e das atribuições da Assembléia Geral, outorgando a esta a decisão sobre o uso de força armada.

Preliminarmente, a Declaração de Brasília faz ver que a invasão do Kuwait pelo Iraque, independentemente da legitimidade ou ilegitimidade das suas causas, foi uma violação do Direito Internacional, provocou um perigo imenso à paz e segurança internacionais e afetou até as bases do sistema das Nações Unidas.

Todas as declarações do presidente George Bush – prossegue o documento –, desde a data da invasão do Kuwait, e a recusa às diversas iniciativas de paz indicam o objetivo de estabelecer o domínio militar permanente na região pelos Estados Unidos e, com isso, assegurar o controle das reservas petrolíferas, a liquidação da reserva de armamento, a monopolização da maior parte dos contratos de reconstrução e uma nova corrida armamentista, para gerar novos empregos naquele país sob aguda recessão. Além disso, a região conflagrada serviu de campo de provas para as novas e mais sofisticadas armas.

A manifestação do presidente dos Estados Unidos, de que seu país é o único com autoridade moral para assegurar a nova ordem mundial, expressa uma concepção de superioridade que repugna a consciência da humanidade. É inconcebível a existência de amos e súditos na comunidade das nações, diz o documento. •

Clóvis Sena

¹O Encontro de Brasília foi realizado em março, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e aberto pelo então presidente Ophir Cavalcanti (o atual presidente é o advogado Marcelo Lavanère, empossado em abril). Os trabalhos foram presididos pelo advogado argentino Beinusz Szukler, presidente da Associação Americana de Juristas, e a Declaração Final lida pelo representante da AMJ em Brasília, advogado e professor Sérgio Muxlaert.

O quarto poder

Aldo Gamboa

Há poucos anos atrás, sabíamos que a revista *Times* era só a revista *Times*, e nada mais que isso. Hoje, essa afirmação é impossível, devido ao acelerado processo de globalização monopólica dos meios de comunicação. As grandes empresas do setor atualmente são conglomerados, que produzem desde periódicos até frangos congelados e sorvetes, o que torna muito mais complicada a análise do papel que desempenham na sociedade moderna.

Em linhas gerais, este foi o núcleo da exposição do analista cubano Henrique González Manet em círculos acadêmicos e sindicais do Brasil, numa recente rodada de conferências.

Segundo González Manet – assessor da Unesco e um dos redatores do conhecido *Informe McBride*¹ –, para analisar esse “quarto poder” é preciso começar pelo estudo das estruturas do controle transnacional da informação. Isto é, a atual tendência da concentração financeira, que dá uma categoria de *supermonopólios* aos grupos que antes eram conhecidos como individualizados no setor da comunicação.

“Em 1989, o consórcio que representa a revista *Times* comprou a Warner Communications por 18 bilhões de dólares, uma cifra na qual ninguém podia pensar até há muito pouco tempo, pelo seu alto valor. Esta fusão entre as duas corporações dá ao consórcio o primeiro lugar a nível mundial em matéria de edição de discos, livros e publicações periódicas”, assinala o professor.

Desmontando o Estado – Esta concentração é, segundo González Manet, uma das características das transformações atuais da economia de países capitalistas industrializados, a partir de um fenômeno que começa na “era Reagan” (1980- 1988). “Quando Reagan disse que ‘os problemas não estão no governo federal, são o governo federal, e a empresa privada vai resolvê-los’, todo o papel de assistência do

Um especialista cubano alerta sobre a concentração monopólica dos grandes meios de comunicação

Estado começou a ser desmantelado, através de uma política de privatização e desregulamentação das funções públicas”, afirma.

Essa política visava não só a reforçar o neoliberalismo, como também à integração de grupos monopólicos que poderiam garantir a hegemonia norte-americana. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico permitia o crescimento de empresas fora das fronteiras dos Estados Unidos, em países com isenção de impostos e mão-de-obra barata.

Segundo informações recentes, os

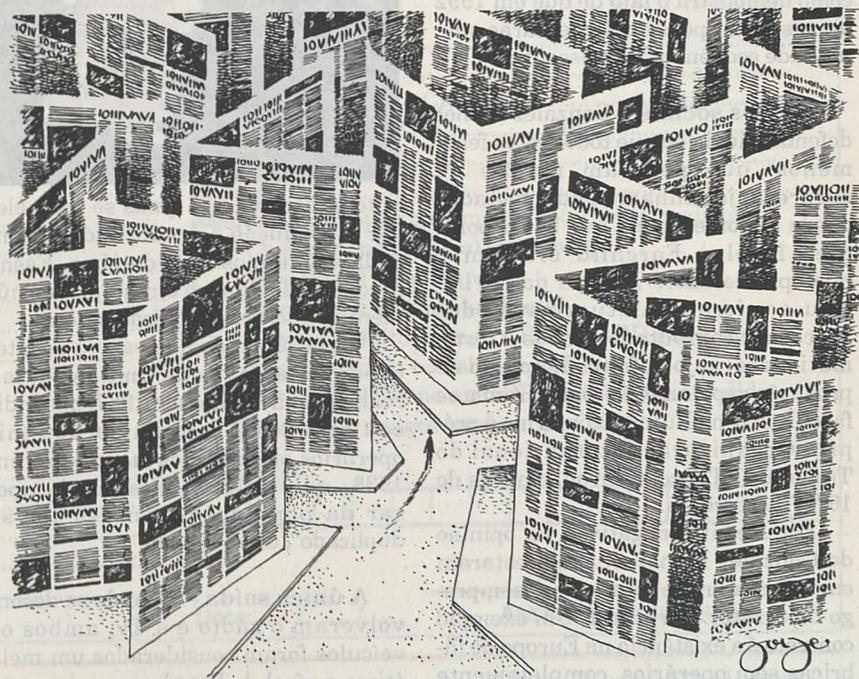
Estados Unidos geram no Japão, através de filiais de empresas norte-americanas, lucros de 17 bilhões de dólares somente com a venda de Coca-Cola e esse volume de negócios passa a 81 bilhões de dólares se forem incluídos os produtos da IBM.

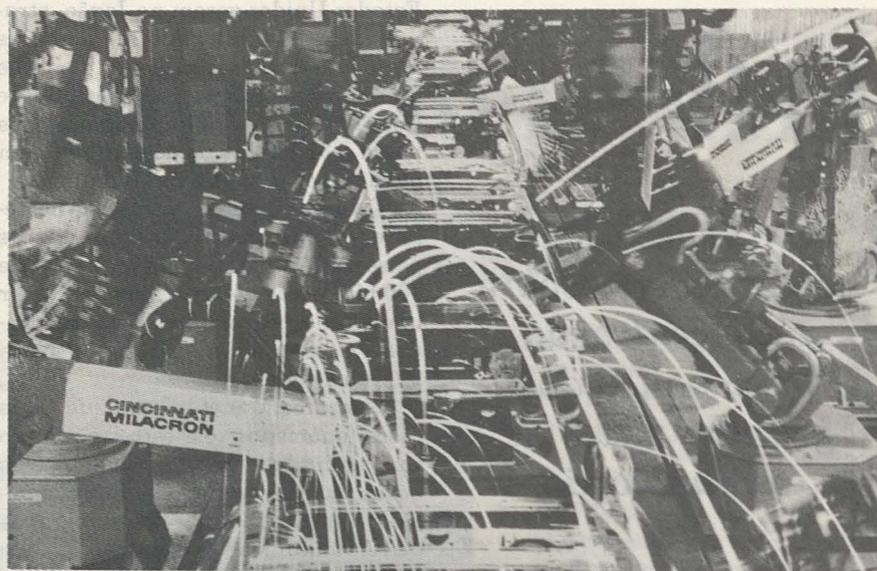
Calcula-se que as empresas norte-americanas instaladas em outros países obtêm lucros anuais no valor de 780 bilhões de dólares. Mas esse valor não é contabilizado nos Estados Unidos, e, portanto, ninguém paga impostos por ele.

González Manet afirma que todos esses fenômenos têm estreita relação com as mudanças introduzidas pelas novas tecnologias de informação: satélites, computadores e redes integradas de telecomunicação instantânea, que pretendem eliminar o tempo e o espaço e abolir as fronteiras, com o que afetam também a noção de soberania.

Essas transformações econômicas, que se produzem a partir das novas tecnologias, também têm implicações sociais, culturais e políticas. Analisando seus efeitos no Leste europeu, assinala o professor cubano, pode-se entender como a *glasnost* e a *perestroika* têm sua origem na crise produzida pelo impacto das novas tecnologias sobre as estruturas econômicas e de produção, tanto da União Soviética como no restante de ex-países socialistas europeus.

Assim, embora a URSS tenha conseguido um equilíbrio político,



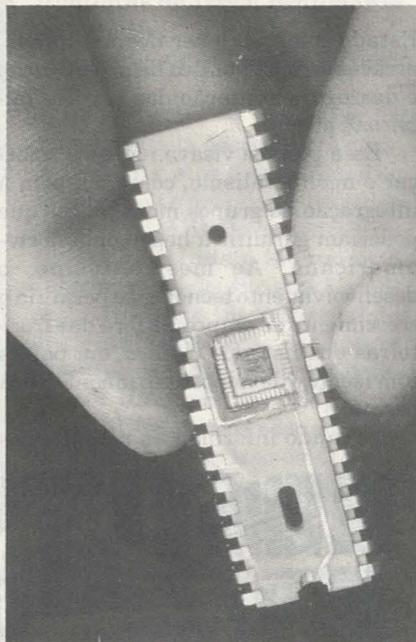


As inovações na área da informática (ao lado, um chip de computador) revolucionaram os meios de comunicação, provocando, ao mesmo tempo, profundas mudanças na produção industrial

científico e militar com os Estados Unidos, o mesmo não ocorreu na produção de caráter social, nem na administração do Estado, onde tinha um atraso de 20 a 30 anos, segundo cálculos de alguns especialistas. "Isto impedia a URSS de desenvolver um poder competitivo com a economia ocidental, uma economia em veloz transformação, como demonstra o fato de que em 1992 os países europeus implementarão uma unidade econômica", acrescenta.

Efeitos sociais – González Manet defende a idéia de que todos estes fenômenos, que pegaram muitos de surpresa, já vinham sendo gestados desde o momento em que as corporações Intel e Farchild criaram o microprocessador. "A partir daí, se iniciou a micro-miniaturização dos processos computadorizados e automatizados, cujos efeitos no plano de produção rapidamente começaram a se fazer sentir na Europa, conforme a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) comprovou, em fins de 1977", acrescenta.

Estes efeitos negativos, na opinião de González Manet, se manifestaram em um crescente e constante desemprego de caráter estrutural. Um exemplo concreto é a existência na Europa de fábricas sem operários, completamente



automatizadas, nas quais se pode elevar a produção e produtividade com cada vez menos mão-de-obra. Essas mudanças levaram à diminuição do número de operários sindicalizados.

"Uma prova do que estava acontecendo foi através de uma pesquisa realizada na França em 1987, que indicou que nesse ano havia 200 mil operários organizados *menos* que em 1938 – quer dizer, 50 anos antes –, apesar da população francesa ter se duplicado", disse Manet.

A única saída – Quando se desenvolveram o rádio e a Tv, ambos os veículos foram considerados um meio ótimo a nível de Estado, e por isso não

passaram para a iniciativa privada. Na Europa, os grandes meios de comunicação – rádio e Tv – estavam nas mãos do governo, de acordo com a política de interesse nacional com sentido de utilidade pública.

"Agora tudo isso acabou. O atual processo de mudança leva a marca da desnacionalização e da privatização, embora devamos observar que o papel do Estado continua sendo importante nos países subdesenvolvidos, principalmente na África, Oriente Médio e o sudeste da Ásia", afirma Manet.

Os meios de comunicação são o eixo de projetos de mudança econômica e são cobiçados pelas corporações transnacionais. O único setor que não sofreu queda em meio à crise econômica dos últimos 20 anos foram as agências de publicidade, segundo mostram as pesquisas do especialista cubano. "Essas agências sempre se mantêm, por seu papel de incentivar e diversificar o consumo", diz.

O professor González Manet é categórico ao afirmar que nos países subdesenvolvidos não existe outra possibilidade que a de atuar através de uma política pública de serviço social.

Um caso claro da tendência à privatização é o da recente venda da companhia telefônica argentina (Entel). A opinião pública argentina afirma que essa empresa foi comprada por uma outra estatal, a Telefônica Espanhola. Mas, apesar de bem-intencionado, esse argumento não é totalmente exato. "Não foi o Estado espanhol que comprou Entel, pois 50% do pacote acionário pertence à International Telephone and Telegraph, a famosa ITT. E 50% da companhia telefônica do México (Telemex) é da ITT", comenta.

Há dois anos, os jornais mexicanos publicaram uma foto na qual se via o representante da Telefônica Espanhola e o diretor da Telemex, assinando um acordo para a instalação de um cabo coaxial unindo ambos os países. "Os comentários foram elogiosos: dois países unindo-se através de suas instituições públicas. Mas os que iam unir-se eram a ITT da Espanha e a ITT do México, sob as ordens da ITT norte-americana", conclui Manet.

¹ Aprovado por consenso pela Conferência Geral da Unesco realizada em 1980, em Belgrado, o Informe MacBride é o mais amplo estudo da situação e do papel da informação e comunicação no mundo moderno

A união faz a força

A criação do mercado comum regional ajuda os países do Cone Sul a negociar em melhores condições com outros parceiros

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram, no final do mês de março, o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O objetivo do tratado é eliminar todas as barreiras à circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os quatro países. As taxas alfandegárias serão progressivamente eliminadas até 1º de janeiro de 1995, quando a integração deverá estar completa.

Situação do Brasil – Os quatro membros do Mercosul possuem, juntos, quase 190 milhões de habitantes e um poder de consumo equivalente a 5,5 bilhões de dólares. Desse total, o Brasil representa metade do potencial, com 45% da população e 51% do PIB. Mas também tem uma dívida externa e inflação maiores que as dos outros três somados.

O Brasil é ainda o que possui as tarifas de importação mais altas, garantindo até hoje quase nenhuma concorrência externa aos seus produtos. Agora, os empresários brasileiros prevêem grandes ajustes na produção, se não quiserem perder mercado. Com



Collor de Mello (Brasil), Andrés Rodríguez (Paraguai), Carlos Menem (Argentina) e Luis Lacalle (Uruguai): rumo a um mercado comum em 1995

o acordo assinado entre o Brasil e a Argentina em 1986 – e que serviu como uma prévia ao Mercosul –, por exemplo, se constatou que as fraldas argentinas, vendidas a menores preços, tiveram a preferência do consumidor brasileiro.

A Argentina é o segundo país mais forte do tratado e o que oferece maiores possibilidades de comércio. Paraguai e Uruguai são os que têm menores mercados consumidores. Os meios políticos e os empresários destes dois países es-

tão preocupados com as repercussões negativas que o acordo possa ter para suas economias devido às grandes diferenças entre os quatro participantes.

Por essa razão, procuram se adaptar da melhor maneira, negociando algumas vantagens no comércio com Brasil e Argentina. Por enquanto, a única concessão é quanto ao ritmo mais lento que o Paraguai e o Uruguai adotarão em relação ao corte de tarifas alfandegárias. Ambos elaboraram uma lista de exceções – 500 produtos no Paraguai e 900 no Uruguai – que somente terão tarifa zero um ano depois do acordo entrar em vigor.

Os idealizadores do Tratado de Assunção concordam que o Mercosul, pelo menos até 1995, não terá como papel principal a integração econômica entre os quatro participantes, mas a formação de um bloco negociador que possa ter mais poder frente a outros países, principalmente os credores e os maiores compradores de produtos da região.

Com esse objetivo se tentou, desde o início, a inclusão do Chile, que, no entanto, não se interessou em aderir. Este país tem uma economia estabilizada, com inflação anual inferior a 20%, e o governo não quer se expor às oscilações na política econômica, frequentes nos países vizinhos. (D.T.)

Indicadores econômicos

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
População (milhões)	32,5	150,0	4,0	3,1
Expectativa de vida	70 anos	65 anos	67 anos	71 anos
PIB*	79,4	323,6	6,0	6,7
Dívida externa*	67,5	121,0	2,1	6,9
Inflação em 1990	1.832,0%	2.359,0%	42,7%	129,8%
Saldo comercial*	7,3	10,5	0,2	0,3

*Em bilhões de dólares. Fonte: Cepal e Bird

Uma relação crucial nos anos 90

Os países do Sul serão muito afetados pela recessão dos anos 90 se continuarem a depender do Norte. O comércio Sul-Sul é agora uma necessidade, acarretando mudanças nas estratégias nacionais de desenvolvimento



O incentivo à produção de alimentos beneficiaria muitos agricultores e satisfaria as necessidades básicas da população

Chakravarthi Raghavan*

Uma nova estratégia de desenvolvimento voltada para a cooperação econômica entre os países do Terceiro Mundo constitui uma reação lógica à recessão econômica do Norte e às alterações do comportamento do comércio mundial. É, também, um meio de reduzir a dependência do Sul em relação ao Norte na área do comércio exterior.

Este é o tema de um relatório publicado pelo North-South Institute sob o título "Promovendo a auto-suficiência no Sul: o comércio como meio de escapar da crise".

O relatório é assinado por Chandra Hardy, uma ex-economista do Banco Mundial que hoje colabora com o International Development Training Institute, de Washington.

Na introdução, o relatório observa que, durante quatro décadas, os países do Terceiro Mundo dependeram fortemente do comércio com os países industrializados e dos fluxos de capital oriundos do Norte. O comércio com o Norte era a locomotiva do crescimento econômico do Sul, que produzia os alimentos e as matérias-primas necessárias aos países desenvolvidos. Além disso, usava suas receitas de exportação para adquirir produtos manufaturados e pagar os juros sobre os empréstimos que o Norte lhe concedia.

Declínio nos anos 80 - À medida que crescia o comércio com o Norte, aumentava também o Produto Nacional Bruto (PNB) do Sul. Mas, quando o comércio mundial declinou em termos reais, com um crescimento anual de apenas 2% na década de 80 em comparação com os 6% ao ano na década de 70, o crescimento da produção do Sul também diminuiu.

Privados das divisas de que necessitavam para pagar o enorme serviço da dívida externa, os países do Terceiro Mundo reduziram drasticamente os seus investimentos e o consumo interno. Em todos eles, o padrão de vida médio caiu assustadoramente.

A década de 90 poderá trazer dias ainda mais negros para aqueles países do Sul que persistirem em sua forte dependência em relação ao comércio com o Norte. As projeções da recessão econômica no mundo industrializado, bem como as mudanças do comportamento

do comércio mundial e da estrutura internacional de produção e preços, sugerem que as condições externas permanecerão difíceis para os países do Sul. Eles devem encontrar novas soluções para a crise que os ameaça.

Uma estratégia de desenvolvimento alternativa, que dê ênfase à cooperação econômica entre os países menos desenvolvidos, é uma reação lógica a essas tendências e também um meio de reduzir a dependência em relação ao comércio com o Norte.

Mudanças globais

No resumo do relatório, Chandra Hardy observa que o Terceiro Mundo envia dois terços de suas exportações para aqueles países industrializados responsáveis pela maior parte do seu ingresso de capitais e importações. Assim, os vínculos Norte-Sul continuariam a predominar durante muito tempo, "mas hoje existem as condições para importantes alterações nesse relacionamento, em virtude de mudanças ocorridas no Norte e no Sul".

Entre essas alterações estão o declínio da taxa de crescimento dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); mudanças na estrutura mundial de produção e preços; o declínio da hegemonia norte-americana; a perspectiva de novas alterações nos padrões de comércio e produção no Pacífico e na Europa Ocidental; o advento de novos centros de comércio no Sul; o surgimento de países como o Brasil, o México, a China e a Índia como economias mundialmente importantes; e o aumento da pobreza e da intensidade de conflitos sociais, cada vez mais violentos, no hemisfério Sul.



A liberalização gradual de algumas barreiras alfandegárias contribuiria para promover o comércio entre os países do Sul

Além desses fatores, os antigos modelos de desenvolvimento adotados pelo Sul têm sido questionados pela população por entrarem em conflito com valores tradicionais; e, em muitos países do Terceiro Mundo, tem-se verificado o surgimento de economias paralelas ou clandestinas, que adotam métodos tradicionais para produzir os bens e serviços que o governo local deixou de fornecer.

A preservação de valores indígenas em grande escala levará a mudanças na composição da produção, à criação de tecnologias mais adaptadas às condições locais e a novos sistemas de comércio.

A cooperação entre um grupo de países do Terceiro Mundo que tenha certos objetivos em comum permitiria o intercâmbio de experiências em muitas



Dois momentos da recessão no Norte: acima, fazendeiros protestam na França pela queda do preço da carne; ao lado, ato contra o fechamento de fábricas nos EUA

áreas, inclusive a prestação de serviços de saúde pública a baixo custo mediante o uso de remédios tradicionais, e a promoção de um papel mais importante para a mulher.

Apesar de ser enorme, o potencial para a cooperação Sul-Sul não vem sendo desenvolvido. Um dos motivos para isto é o fato de que, até recentemente, não existiam incentivos para a exploração dos mercados do Sul.

Os empecilhos à cooperação – Os principais obstáculos no caminho do comércio Sul-Sul, diz o relatório, têm sido as políticas comerciais e de investimentos (que prote-

gem os produtores nacionais), o baixo desenvolvimento das redes de transporte e comunicações, e o financiamento inadequado do comércio entre países do Sul.

Para vencer estes obstáculos, os países do Terceiro Mundo devem mudar os princípios que orientam suas estratégias de desenvolvimento:

* Uma política de incentivo à *produção de alimentos* beneficiaria diretamente um grande número de agricultores e satisfaria as necessidades básicas da população.

* Para promover o *aumento do comércio através dos canais oficiais*, os países do Terceiro Mundo teriam de tomar medidas destinadas a harmonizar suas políticas econômicas de longo alcance, especialmente no tocante a taxas de câmbio, incentivos e subsídios.

* Os países do Terceiro Mundo têm dispendido muito esforço na negociação de acordos comerciais que não chegam a ser implementados. Uma resposta mais pragmática seria *reduzir as barreiras tarifárias e não-tarifárias*, em escala limitada e entre um pequeno grupo de parceiros comerciais, e gradualmente expandir o alcance da liberalização – como, aliás, já foi sugerido pelo Grupo dos 15, que reúne países do Terceiro Mundo.

* Além disso, os países do Sul deveriam fazer um esforço concentrado para coordenar suas estratégias de investimento e instalar esquemas conjuntos de produção e marketing.

* Os doadores e as instituições financeiras internacionais deveriam destinar parte de sua ajuda e de seus empréstimos a programas que promovam a auto-suficiência e o aumento do comércio Sul-Sul.

* As agências e os doadores financiadores deveriam selecionar os projetos que melhor reflitam as prioridades dos países beneficiados e sua capacidade de absorção.

O relatório conclui afirmando que “a cooperação Sul-Sul não resolve o problema do subdesenvolvimento. Mas o comércio Sul-Sul pode crescer a uma taxa suficientemente rápida para compensar os efeitos adversos do esperado declínio do comércio Norte-Sul. Contribuirá também para a realização de outras metas de desenvolvimento, tais como a criação e transferência, no próprio Sul, de tecnologias e modelos de produção mais adequados às suas realidades”. *TWN

A cultura sagrada do arroz

William O. Beeman*

Uma lição que os norte-americanos ainda não aprenderam em sua tentativa de liberalizar os mercados do mundo é que um país pode impor certas restrições comerciais por motivos muito mais sérios do que eventuais vantagens econômicas. A proibição de importar determinado produto pode ter a ver com a identidade cultural do país – identidade tão arraigada e profunda que se torna indispensável à sobrevivência da sociedade.

Exemplo disso foi um incidente ocorrido há pouco tempo, em torno da exposição de um pacote de cinco quilos de arroz norte-americano em uma feira de amostras nos arredores de Tóquio. Ao ser informado de que a exibição violava a proibição japonesa de importar arroz e, portanto, tinha de ser cancelada, o representante norte-americano da indústria rizicultora não se conteve: "Mas isto é ridículo! Os agricultores do Japão, que produzem anualmente 10 milhões de toneladas de arroz, não podem sentir-se ameaçados por um simples pacote de cinco quilos de arroz norte-americano!", protestou.

O que ele não compreendia é que, no Japão, o arroz é bem mais que um simples produto básico. É um alimento sagrado, símbolo da essência religiosa e social da civilização japonesa. Consequentemente, o ato de importar arroz seria uma ameaça contra algo muito mais importante do que a economia agrícola do país. Ameaçaria a própria vida japonesa – a coesão social que muitos cidadãos do país, por todos os milagres modernos que o Japão vem realizando, temem estar se enfraquecendo.

Base da eficiência – Qualquer ocidental que visite um templo japonês ficará surpreso com a onipresença do

Em defesa das suas tradições, os japoneses resistem à importação de arroz dos Estados Unidos



Para os japoneses, o arroz é um alimento sagrado

arroz como símbolo religioso. Logo na entrada, é possível que se depare com a estátua de pedra de uma raposa: trata-se de Inari, o deus do arroz. Lá dentro, os deuses recebem ofertas de arroz e vinho de arroz e, sobre o altar, existem bolinhos de arroz amassado, chamados *mochi*. As vigas do teto são ornamentadas com palha de arroz. Bandeirolas de papel japonês – que os norte-americanos chamam de "papel de arroz", embora não seja realmente feito de arroz – prestam homenagem a Inari.

Mas os vínculos que prendem os japoneses ao arroz transcendem os ritos religiosos. Durante séculos, a vida nas aldeias japonesas foi organizada em torno do ciclo do cultivo do arroz. Os vi-

zinhos se reuniam para se ajudar mutuamente no plantio, cultivo e colheita do arroz – e esse trabalho cooperativo é a essência da organização social japonesa. É também a base da eficiência do esforço de equipe em todos os aspectos da vida do Japão – inclusive no moderno mundo dos negócios.

Hoje em dia, por mais sofisticados que sejam, os industriais japoneses tendem a manter seus arrozais particulares em algum ponto do interior do país, onde o produto é cultivado para atender às necessidades de toda a família.

O governo japonês oferece anualmente enormes subsídios agrícolas aos rizicultores. Estes, por sua vez, constituem um poderoso lobby na Dieta (Parlamento). Assim, o arroz se transforma também na base da política e da economia japonesas.

Por tudo isto, não é de estranhar que eles se oponham às importações de arroz norte-americano. Os japoneses sabem perfeitamente que o arroz dos Estados Unidos é bem mais barato que o seu e temem que a sociedade comece a desmoronar se o produto invade a ilha.

Agora que o Japão está na defensiva por não ter dado um apoio muito significativo à coalizão internacional que decretou guerra ao Iraque, Washington acredita que chegou a hora de forçar a questão do comércio de arroz. Uma vez que importar arroz, mais do que de qualquer outro produto básico, é algo que os japoneses se recusam a fazer, os norte-americanos supõem que, se houver um acordo sobre o arroz, outras concessões poderão vir.

Mas é improvável que os japoneses cedam neste ponto. Os esforços dos EUA seriam melhor empregados na promoção de outros produtos culturalmente menos sensíveis.

William O. Beeman, antropólogo da Brown University, reside e trabalha no Japão há vários anos.

Uma nova era colonial

A guerra do Golfo mostrou que no futuro o eixo dos conflitos se dará entre o Norte e o Sul e que entramos em uma época onde predominam os elementos característicos do século XVI, auge do colonialismo espanhol e português na América Latina

Beatriz Bissio

A atuação do Conselho de Segurança na guerra do Golfo continua merecendo comentários e análises. Por ser o único órgão executivo da Organização das Nações Unidas, lhe coube uma maior responsabilidade nas decisões tomadas em meio à crise. Na época, muitas vezes autorizadas se levantaram para questionar os limites de seu mandato e a forma como havia conduzido (ou deixado de conduzir) o conflito.

Dada a gravidade dos fatos vividos nos últimos meses e sua inegável importância no futuro para a convivência e a paz internacionais, é uma tarefa necessária e uma responsabilidade de toda a coletividade mundial analisar essa etapa e as formas jurídicas utilizadas.

O atual senador Porfírio Muñoz Ledo – de reconhecida atuação no campo da diplomacia – esteve à frente do Conselho de Segurança quando seu país, o México, ocupou a presidência desse organismo da ONU no final dos anos 70 até início da década de 80.

Naquela ocasião, Muñoz Ledo coordenou a atuação dos países do Terceiro Mundo. Pela pri-

meira vez, estes passaram a votar de comum acordo, negociando antes as posições que defenderiam publicamente nesse órgão executivo de ressonância mundial.

Esses antecedentes fazem de Muñoz Ledo um analista com credenciais muito especiais da recente guerra do Golfo e da atuação das Nações Unidas.

A seguir, transcrevemos suas principais opiniões em uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo**.

Na sua opinião, o que está por trás da guerra do Golfo?

– Em primeiro lugar, devemos ver a guerra como um ato político da direita norte-americana para solidificar sua popularidade interna. Um ato de nacionalismo barato, de afirmação do Partido Republicano. O êxito foi notável: tudo parece apontar para a reeleição de Bush.

Num segundo nível, a guerra foi uma mensagem intimidatória muito clara, que se resume na frase: “Os Estados Unidos são a única potência que tem a autoridade moral e política para impor uma *nova ordem*”. Não é um projeto a longo prazo, é uma atitude intimidatória dos Estados Unidos com todo aquele que infrinja as regras do jogo.

Como terceiro elemento (talvez deveria ter começado por ele), é importante destacar que deve se abrir, daqui por diante, uma época na qual o armamento convencional será usado pelos Estados Unidos segundo as suas conveniências, sem nenhum tipo de prurido. Creio que passamos da época da Guerra Fria para a da “guerra latente”, mais sutil, mais ameaçadora.

Outro elemento importante para nós: o deslocamento do eixo do conflito Norte-Norte para o eixo Norte-Sul. Eu diria que é um fenômeno característico dos séculos XVI e XIX, quer dizer, da época das conquistas espanhola e portuguesa e do domínio do colonialismo inglês e francês. Am-



“Não podemos pretender que nossos indígenas se tornem suecos”

bas foram épocas de violência entre o Norte e o Sul. Hoje, diríamos que se abre uma nova era colonial. Não somente de colonialismo econômico, mas também de violência física.

O sr. não acredita que houve outros interesses em jogo, como o petróleo e a falta de uma definição geopolítica da União Soviética?

– Sim, existiram outros elementos que podem ser analisados, como a questão do petróleo. Neste sentido, existe uma intenção evidente de dominar o cenário de maneira direta.

Cabe destacar, também, que essa guerra foi possível porque a balança de poder entre as superpotências se desequilibrou.

O sr. acha que poderia ter havido outro resultado, outra forma de conduzir o problema a nível internacional?

– Sim. Houve um grande desacerto, devo chamar assim, da diplomacia. Porque estavam acostumados a que sempre – ou quase sempre – houvesse um veto no Conselho de Segurança. Alguém sempre vetava uma iniciativa que pudesse ter desdobramentos, como ocorreu no caso do conflito do Golfo.

Um diplomata das Nações Unidas me disse, quando esteve em Nova Iorque, recentemente: “Antes, nos queixávamos do direito de veto no Conselho de Segurança. Agora, no entanto, temos saudade dele”.

Era uma piada, mas a verdade é que a diplomacia da maior parte dos países foi atropelada pelo poder intimidatório norte-americano. Porque toda essa adesão, sem uma visão crítica, à política neoliberal – e todas as manipulações que estão por trás, como a da dívida – tem debilitado a atitude independente das nações.

Mas há um elemento surpresa também, que se vê muito claramente na atitude de Javier Pérez de Cuellar. Os acontecimentos da guerra do Golfo “passaram por cima” desse diplomata profissional.

Houve diferenças com relação à atuação do Conselho de Segurança na época em que o sr. o presidiu?

– As diferenças já existiam. Na minha época conseguimos, por exemplo (o processo vinha de antes e coube a mim apenas consolidá-lo), que um grupo de países não-alinhados do Terceiro Mundo, representados no Conselho de Segurança, atuassem juntos. Quando saímos os votos se dividiram. Mas havia ainda um *sprit de corps* que se perdeu. Houve uma desmobilização diplomática que vai além do Conselho de Segurança. E isso não se analisa.

Que medidas poderiam ter sido tomadas?

– Eu afirmei naquela época que a saída era convocar uma Assembléia Geral. Existe um princípio chamado “União para a paz” (*Union for*

peace) que foi aplicado nos anos 50 e que nós utilizamos no caso do Afeganistão. Segundo esse princípio, quando o Conselho de Segurança falha, se pode convocar a Assembléia Geral, com a proposta de dois membros e o voto de nove deles.

Teoricamente, se supõe que a Assembléia Geral mantém seus poderes originais sobre a segurança internacional. Juridicamente isso é discutível, mas politicamente não. Em termos políticos, é claro que quando, por alguma razão – antes era o veto e agora a incapacidade do Conselho de Segurança –, não se encontra saída para o conflito, se deve convocar uma Assembléia Geral. Assim, poderia ter se obtido uma posição diferente dos governos.

Acho que o erro nessa fase foi permitir que se usasse o nome e a imagem das Nações Unidas para uma operação ilegal. A Assembléia Geral teria permitido, mediante uma resolução de princípios, desmascarar essa agressão. Porque nenhuma das duas resoluções do Conselho de Segurança autoriza o uso da força. Aí está a mentira descarada.

A primeira resolução se refere aos meios para garantir o embargo contra o Iraque. Mas nunca se estabeleceu que o meio para atingir esse objetivo fosse através do uso da força. Meios militares podem ser usados, sim, mas só para impedir a chegada de carregamentos.

A mim coube presidir a comissão de embargo de armas à África do Sul e posso dizer que jamais se cogitou a invasão daquele país para pôr em prática a resolução. Isso não existe.

A segunda das resoluções tampouco autoriza expressamente o emprego da força. Pode-se dizer que *implica* o seu uso. Porém, nestas questões não basta que esteja implícito. É necessário que esteja *expresso*. Um ultimato não significa uma ordem para disparar.

A questão da data limite...

– Sim, existiu uma data limite. Porém, entre um ultimato e uma agressão, há uma certa distância. Eu discordo do meu amigo Pérez de Cuellar, em uma declaração que ele fez, que me pareceu fatal. Disse que esta guerra foi “legal”. Que não foi uma guerra das Nações Unidas, mas foi legal.

Cuellar está errado. Segundo a Carta de São Francisco (com os fundamentos que levaram à criação das Nações Unidas) não há guerra legal. Toda guerra é ilegal.

Existe uma proibição absoluta do uso da força



Para o senador Muñoz Ledo, o Sela é a única instituição ainda preocupada com o problema da dívida



e da ameaça do uso da força. Está muito bem estabelecido. A única ação permitida pelo artigo 51 é a legítima defesa. Porém, agressão não é legítima defesa.

Tudo isso cria um novo cenário internacional. Qual seria sua proposta para resgatar o direito internacional e evitar que o conjunto de países do Sul seja submetido pelo uso da força?

– Temos que atuar com grande imaginação neste novo cenário. Estou propondo algumas idéias, em vários níveis. Para a América Latina penso ser urgente adotar iniciativas rápidas que levem a uma unidade da região. Estou propondo uma resposta coletiva à chamada “Iniciativa para as Américas”.

Fiquei feliz em saber que o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) também tem atuado na

mesma direção, apesar de, infelizmente, não se dar importância ao seu trabalho.

O Sela é a única instituição que continua preocupada com o problema da dívida, quando na linguagem oficial esse tema já desapareceu. Estamos sendo massacrados por uma propaganda que nos faz pensar que a dívida não existe mais. É como se estivéssemos muito doentes em um leito de hospital e toda a propagan-

da fosse dirigida no sentido de que nos esquecêsemos da nossa doença.

Até a questão do exercício da soberania está condicionada pelo problema da dívida.

O Grupo do Rio não ajuda no processo de unidade dos nossos países?

– Acho que o Grupo do Rio tem contribuído para o atraso no processo da unidade latino-americana. Ele tem sido um foro de diálogo útil para que os chefes de Estado se conheçam, mas por outro lado impede que se veja a necessidade de um organismo latino-americano institucional de caráter político.

Como se deveria conceber a unidade latino-americana?

– Como a da Europa ou de qualquer outra região. Para isso, é preciso criar organismos

políticos que a tornem possível; para começar, um parlamento. O ato fundamental da unidade latino-americana é um parlamento latino-americano de eleição direta e com autoridade política. Não esse que existe aí.

No Cone Sul existe uma grande preocupação – e também no resto da América Latina – porque o México parece caminhar rumo a um mercado comum com os Estados Unidos e o Canadá. Como o sr. analisa esse problema?

– Acho que o ingresso do México nesse mercado comum, juntamente com Estados Unidos e Canadá, é muito perigoso. Nós, como partido político¹, estamos contra uma integração desse tipo.

Considero, inclusive, que estamos falhando no aspecto mais importante: estabelecer normas gerais, enquanto América Latina, para as regras que regerão nossas relações com os Estados Unidos.

O único tema que está na mesa é o do comércio. Nos esquecemos das finanças, por exemplo, ou da questão da migração.

O tratado de livre comércio, tal como foi pensado, não é adequado. Nós estamos oferecendo nossos mercados a uma invasão de produtos norte-americanos em detrimento dos produtores mexicanos. Isso em troca de uma oferta, muito relativa e arriscada, de um aumento dos investimentos norte-americanos no México.

Também dentro dos Estados Unidos existe oposição a esse acordo. Muitos temem, não somente os sindicatos, mas também outros grupos sociais, que com o tempo se deteriore as condições de vida nos Estados Unidos. Sabem que o que temos a oferecer em abundância é nossa mão-de-obra barata.

O governo do México enche a boca dizendo que nosso país deve pertencer ao Primeiro Mundo, coisa que criticamos. Como eu disse no Senado, os que fazem esse tipo de afirmação pensam que as elites podem mudar-se para o Primeiro Mundo passando a viver em Nova Iorque ou Paris. Mas o povo não pode arrumar as malas e ir embora. É como pretender que nossos indígenas se tornem suecos.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, existe um temor no sentido contrário: de se tornarem terceiro-mundistas. Aí vem à tona a mentalidade racista norte-americana. Temem que, com essa iniciativa, serão gerados os mais baixos níveis de vida nos Estados Unidos. E acho que não estão errados.

Porém, depois de sua grande vitória no Golfo, George Bush vai encontrar uma forma de passar essa lei pelo Congresso, com um mínimo de oposição. Por isso, precisamente, nós estamos procurando formar uma frente comum latino-americana. O México necessita de uma base no sul.

¹O sen. Muñoz Ledo pertence ao Partido da Revolução Democrática, cisão do Partido Revolucionário Institucional (PRI) liderado por Cuauhtémoc Cárdenas



“Na guerra do Golfo houve uma clara intenção dos EUA de controlar de maneira direta a principal região produtora de petróleo do mundo” (acima, terminal de óleo cru na Louisiana)

Quem defende os índios?



Guatemala: indígenas protestam pelo sequestro de 240 camponeses em um ano

Durante mais de um século, os maias foram considerados uma etnia primitiva. O único representante deles com PhD, oferece aqui sua visão sobre o problema

Demetrio Cojti Cuxil

Eu sou maia. Apesar da maior parte da população da Guatemala ser de origem indígena, sou o único da minha raça que tem um curso de pós-graduação (PHd). Estudei no exterior, onde me doutorei, e é justamente pelo fato de ter saído do país que adquiri independência intelectual.

Na Guatemala somos obrigados a aceitar o modelo cultural colonial. Desde criança, os professores incutem esse

modelo nos alunos. Educam de acordo com uma determinada concepção da realidade e, se os estudantes questionam esse *status quo*, bloqueiam seu desenvolvimento.

Ter vivido no exterior, na Europa, me possibilita fazer comparações. Como, durante algum tempo, vivi fora da atmosfera de discriminação que reina na Guatemala, consegui uma certa liberdade de observação.

Vou dar um exemplo dessa discriminação: não faz muito tempo passeava por uma feira, num povoado do interior da Guatemala, com um amigo mexicano-norte-americano que me visitava, quando um policial pegou uma fruta na barraca de uma índia. Sem que ninguém tivesse a menor reação, mordeu a fruta duas vezes, cuspiu alguns pedaços e, finalmente, atirou-a no chão, reclamando que não estava suficientemente madura. Não pagou, lógico, e foi embora sem que ninguém dissesse nada.

Como é possível que tratem dessa maneira os índios?, perguntou, admirado, meu acompanhante. Como acadêmico, eu sei que a resposta à per-

gunta do meu amigo não pode ser encontrada nem na universidade, nem em outros círculos intelectuais. Nossas universidades privadas, cujos alunos são principalmente da classe média e alta, não se interessam por esse tipo de questão.

Mas, inclusive, na universidade do Estado – na qual a maior parte dos estudantes e do corpo docente provém da classe média e operária e têm fama de enfrentar com independência as decisões do governo – o estudo dos problemas sociais guatemaltecos não inclui o tema da discriminação étnica. Os pesquisadores o ignoram, os alunos não se interessam em abordá-lo, os docentes tampouco. É um tabu para os não-índios. Os guatemaltecos não querem analisar suas próprias origens.

Discriminação sem culpa – Um antropólogo que conheci, mestiço de espanhol e índio, me explicou o problema a partir de sua ótica. “Nós não queremos estudar esse tema – disse – porque nos deixa perturbados”.

Por quê? Porque nossa origem é triste, dolorosa. Somos o resultado da violência sexual do conquistador espanhol contra as mulheres índias. Ninguém quer aprofundar-se demais nessas questões, existe resistência em estudá-las e aceitá-las.

No meu país a mensagem do mestiço ao índio sempre tem sido: “Não queremos discriminá-los, por isso dizemos que não existem diferenças entre vocês e nós”. E, para continuar pensando que se comportam corretamente, se negam a discutir o tema das diferenças que inegavelmente existem. Por isso, se irritam quando o problema aflora. E nos dizem que devemos esquecer nosso idioma, abandonar nossa cultura.

No fundo, essa filosofia se resume a seguir a visão simplista do tema: “Têm que ser parecidos conosco, para nos liberarem da culpa de termos que discriminá-los”. Esse mito, possivelmente, nasceu em 1821, quando os *criollos* declararam a independência da Espanha. A nova “nação” foi representada pelo *criollo* e logo depois, pelo mestiço, mas nunca pelo índio. A nação

guatemalteca devia ter um único idioma, cultura e identidade étnica.

Amparado na força, criou-se um segundo mito, que tem peso de lei: o fato do mestiço, definido como uma síntese do espanhol e do índio, ser superior a cada um dos seus componentes, porque é uma mistura. Se é assim, não há razão para que exista um direito próprio dos índios que deva ser respeitado.

Para os mestiços, no momento em que os índios estão incluídos dentro dessa cultura sincrética, os que prefe-

riças maias ingressa nas escolas primárias, porque no campo, onde vivem, os estabelecimentos de ensino são muito escassos. Os poucos que chegam à universidade aprendem nos livros de texto que os antigos maias – magníficos, sem dúvida – fizeram importantes descobertas na matemática, astronomia e construíram lindas cidades.

O problema é que isso se ensina como se os maias fossem seres que viveram em outro planeta. A cultura indígena atual – a nossa, a que reflete nossa vida – é tida como atrasada e necessitando de modernizar (leia-se miscigenar). Essa é a mensagem dos livros escolares guatemaltecos.

Se, apesar de tudo, um acadêmico maia resiste e decide estudar os temas que se relacionam com sua própria civilização, deverá escalar um íngreme muro de dogmatismo e preconceitos acadêmicos. Estes tratarão de lhe mostrar que suas inquietações, na realidade, não têm nenhuma importância.

Dou um exemplo: um estudante propôs elaborar uma tese sobre o corpo de leis consuetudinárias dos maias, que estão em vigor em toda a comunidade indígena do país. Mas, como os professores que decidem sobre a orientação das pesquisas pensam que a única lei existente na Guatemala é a que ditam os mestiços, consideraram que a proposta do estudante era muito “indigenista”.

Nasce uma nova consciência – Apesar de tudo, nós resistimos. A cultura maia e o povo maia existem. Nossa situação, enquanto minoria, está ficando mais conhecida e se deram alguns passos que sugerem a existência de um certo interesse em conhecer nossos pontos de vista. Algumas organizações

não-governamentais (ONGs) começam a nos perguntar o que pensamos de seus programas de desenvolvimento e como eles nos afetarão.

Isso é importante, porque atualmente existem 700 ONGs, muitas delas estrangeiras, que desenvolvem diversas atividades na Guatemala. As melhores estão empenhadas em implementar planos de saúde e educação em áreas que são muito distantes para os ineficientes organismos de desenvolvimento do governo.

Na universidade, também se percebe uma mudança. Alguns professores começaram a convidar os poucos colegas índios que existem, oferecendo-lhes oportunidades nas áreas de antropologia ou de linguística.

Mas, fundamentalmente, o que está acontecendo é um despertar da consciência entre os próprios índios. As municipalidades administradas por maias e organizações juvenis cujos membros são índios começaram a se interessar em saber mais sobre o passado, sobre sua própria realidade. Desejam opinar e discutir sobre sua concepção de uma nação pluralista e autônoma.

Essa crescente tomada de consciência se deve a muitas razões. A nível mundial, existe uma mobilização em prol do respeito aos direitos das minorias étnicas que está chegando à Guatemala. As notícias vindas do Canadá, dos Estados Unidos e de outros países da América Latina, sobre as lutas dos índios também nos ajudam.

Também houve uma mudança na consciência étnica daqueles índios que conseguiram atravessar com êxito o sistema escolar. O primeiro dos maias que saiu da universidade há alguns anos atrás foi rapidamente assimilado pela cultura mestiça. Agora, a maioria dos índios que sai do ensino superior não quer ser assimilada.

Existe outra razão importante para esse despertar de consciência política dos maias. Durante os duros choques de 1978 a 1983, entre o exército e a guerrilha, foi ficando claro que os rebeldes lutavam em favor dos pobres, ainda que não necessariamente em favor dos índios, e o exército lutava para defender os ricos. Isso nos levou a perguntar uma coisa que só nós mesmos poderemos responder: quem luta em favor dos índios?

¹ Criollos: indivíduos de raça branca nascidos nas colônias europeias, particularmente da América



No interior, as aldeias estão sob forte vigilância do exército

rem aferrar-se às suas tradições ficam fora do universo nacional, se auto-excluem, aparecem como bárbaros primitivos – belos, sem dúvida –, mas inúteis para a vida moderna e, obviamente, para o país.

A cultura distorcida – Uma questão de tempo? As pessoas me citam como exemplo que é só uma questão de tempo, que no futuro outros maias poderão chegar a ter um nível de educação e participação com peso na vida nacional. No final, alegam, eu não sou dos que acreditam que a educação seja tudo.

Minha resposta é simples: em primeiro lugar, só uma ínfima minoria de

A imensidão do campo brasileiro e o pouco aproveitamento das terras não impede que milhões de camponeses continuem sem acesso à propriedade rural e enfrentando uma guerra para exercer o direito à sobrevivência.

O confronto, mais agudo nas áreas de expansão agrícola, provoca dezenas de mortes a cada ano, principalmente de lideranças dos trabalhadores rurais, enquanto outro tanto, incluindo padres e bispos, recebem seguidas ameaças. A desordem fundiária é mantida pela lei do mais forte

42

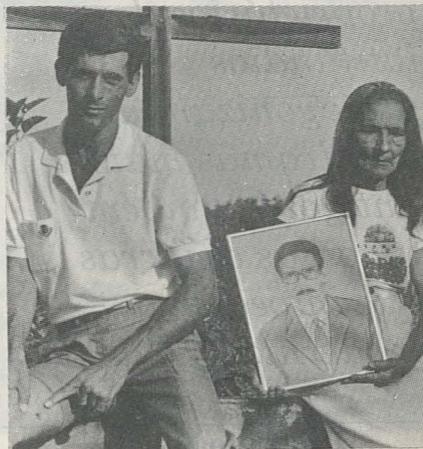
Sob o argumento da modernização, impulsiona-se um processo de privatização de empresas estatais do setor de infra-estrutura econômica, sem que se discutam os prejuízos e riscos dessa mudança.

O desenvolvimento já alcançado pelo país atesta a qualidade do desempenho de estatais fundamentais para a economia, como a Petrobrás, que tornou realidade a produção petrolífera no país e alcançou nível tecnológico de destaque mundial

46



A viúva mostra o retrato de João Canuto, sindicalista morto em 1986, enquanto Carlos Cabral, atual líder, exhibe a marca do tiro recebido recentemente, em atentado a mando de fazendeiros



Sangue sobre a terra

Qual queimada incontrolável, lavradores sem terra e verdadeiros ou pretensos proprietários de latifúndios protagonizam um dos dramas mais antigos e também uma das amarras que impedem a modernização do país

Procópio Mineiro

Procurado no meio da noite, Valdomiro foi atender os desconhecidos, fora da sala onde conversava com lavradores da localidade de Três Antas, no Maranhão. Foi e não voltou: seu corpo ensanguentado tornou-se a mais recente vítima do descompasso entre as legiões de trabalhadores sem acesso à terra e a especulação fundiária representada por fazendeiros insaciáveis ou simples aventureiros, que sabem ser muito simples estabelecer domínio sobre extensões rurais, com base sobretudo na audácia e na violência.

Cometido em meados de abril, o crime foi desvendado duas semanas depois: os autores das facadas que mataram o sindicalista rural Valdomiro Pereira Sales foram presos e apontaram como mandante o fazendeiro



O sem terra sofre todas as distorções do campo brasileiro e perde a vida quando resiste ao latifúndio

Armando Soares, que não foi localizado pela polícia. Uma rotina incômoda: lavradores mortos, assassinos às vezes detidos, mandantes em liberdade, escondidos até que passe a pressão sobre o caso. Neste recentíssimo caso do Maranhão, de novo um fazendeiro queria ampliar suas terras com a incorporação forçada de áreas, sobre as quais os posseiros já detinham o direito do usucapião. Para desarticular a resistência, o assassinato do líder dos lavradores.

Este processo de surda guerra camponesa tem hoje seu palco mais dramático na região amazônica, mas ocorre em todo o Brasil. Assassinatos por encomenda, trabalho escravo, milícias particulares, falsificação de certidões de propriedade, grilagem, cumplicidade de setores oficiais – estes são aspectos que envolvem a tragédia do campo brasileiro, que envolve também as cidades, onde acabam por desembarcar, desorientadas e desamparadas, as levas dos camponeses expulsos, de uma ou outra forma, do mundo rural.

Nos últimos anos, uma sigla paira sobre esse quadro de crimes: UDR.



Criada para impedir a reforma agrária no país, a chamada União Democrática Ruralista tem dado suporte político e jurídico aos fazendeiros, em casos de conflitos ou de crimes, ajudando a manter impunidades.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, houve, em 1990, conflitos sérios em 17 estados, nos quais trabalhadores, lideranças rurais e até padres foram ameaçados de morte.

Na mesma época, dezenas de tentativas de assassinato haviam ocorrido em 14 estados, enquanto, em dezoito, haviam sido consumadas outras dezenas de mortes, com destaques para o Pará e Bahia.

Distorções históricas – A situação agrária nacional é o acúmulo de quase 500 anos de esforços para a ocupação do território, ação em geral desorganizada e que privilegiou setores de influência da sociedade e figuras de ousadia especial. Assim, é que o campo brasileiro caracterizou-se, ao longo da história, por negar a propriedade da terra à imensa maioria dos que traba-



lhavam nas lavouras ou na mineração. Da mão-de-obra escrava do passado aos chamados volantes ou bóias-frias deste final de século, a terra é um valor vedado a milhões de lavradores, especialmente nas chamadas áreas de expansão agrícola, como são hoje o Centro-Oeste e a região amazônica, nas quais os índios se tornaram também alvo de expropriações.

Por questões de mentalidade e dos desvios políticos que caracterizam o Estado brasileiro – o qual não tem um plano coerente e de longo prazo para o uso da terra – esta tende a sofrer processo de concentração, ao contrário do que se deveria esperar ante a explosão populacional que se verificou no último século. Quem tem muita terra quer mais, quem tem pouca tende a perdê-la. A terra virou valor de especulação e não de produção, o que explica a existência de imensas propriedades improdutivas.

Um percentual mínimo de proprietários detém a maior parte das terras, enquanto a maioria dos que se dedicam à vida rural aperta-se em minifúndios. Nas áreas de expansão agrícola, esses lavradores avançam sobre terras livres, formam roças e estabelecem criações, para logo passarem a sofrer pressões de alguém que se intitula dono da área, em geral algum fazendeiro vizinho que quer ampliar suas posses. Não raro, esse processo de usurpação se estende a áreas trabalhadas há muitas décadas por gerações de lavradores. Com frequência, o fazendeiro exhibe títulos de propriedade, em geral falsificados, e junta a esperteza jurídica com a pressão violenta, invadindo ou destruindo as casas dos posseiros, prejudicando suas plantações e a criação, ou, simplesmente, convencendo pelo terror, através do assassinato de quem os enfrenta, em particular as lideranças que organizam a luta pela posse da terra.

Possuir, não produzir – Alcançado seu intento, o fazendeiro amplia as terras, mas não a produção, pois seu interesse é apenas o de “coleccionar” propriedades, para futuras vendas ou para melhor acesso a créditos bancários, particulares ou oficiais.

Os números da Fundação Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE (Anuário 87/88) comprovam que hoje os latifúndios acima de 500 hectares têm 54,7% (205 milhões de hectares) das terras agricultáveis do Brasil, mas empregam menos de 500 mil trabalhadores, o que atesta a intensidade do não-uso da terra. Basta ver que a relação, neste caso, é de 410 hectares por trabalhador.

Pouco mais de um milhão são os que trabalham em fazendas de 100 a 500 hectares, as quais ocupam 90 milhões de hectares (24%) do total. A relação, neste caso, é ainda assombrosa: 90 hectares por trabalhador.

Enquanto isso, quase 21 milhões de pessoas trabalham em propriedades de até 100 hectares, as quais, porém, correspondem a apenas 21,1% (79 milhões

empeços) à modernização do país, pois desequilibram a evolução econômica. É essa desorganização do campo a principal responsável pela fome que assola a maior parte da população, hoje concentrada em cidades, a maior parte vivendo em periferias desprovidas de tudo.

No campo, a única mudança sensível parece ser a crescente conscientização dos lavradores, que se organizam e passam a lutar de forma mais eficaz contra seus adversários. Dessa atitude, decorre a presença constante das denúncias dos camponeses e dos índios na imprensa dos grandes centros. Os camponeses e índios aprenderam a exercer a pressão moral.

“Considerados até então como cidadãos de segunda categoria, que jamais



A especulação fundiária expulsa da produção milhões de lavradores

de hectares) das terras agricultáveis do país. Ou seja, em apenas 21,1% das terras estão 91% das pessoas do campo. A relação, neste último caso, é de 3,7 hectares por trabalhador.

As distorções, portanto, saltam aos olhos, como um escândalo. Os dados de produção indicam, ao mesmo tempo, que é deste segmento menos extenso que sai praticamente toda a produção alimentar do país, enquanto as demais faixas, além da intensa ociosidade da terra, dedicam-se mais a produzir para exportar.

Ausência de política nacional – As distorções no campo brasileiro formam, assim, um dos mais fortes

participaram da *polis*, e como “marginalizados” ou personagens menores da periferia do capitalismo, que jamais usufruíram das vantagens de seu progresso material, os camponeses e os indígenas se colocam hoje como forças políticas com efeitos pertinentes sobre os centros de poder”.

A observação é do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em seu trabalho “Terra, Conflito e Cidadania”, no qual relatou a situação de conflitos na Amazônia durante a sessão do Tribunal Permanente dos Povos, em Paris, em outubro passado.

A crescente consciência da sociedade em relação ao problema e, sobretudo, a organização e disposição de luta dessa



massa de deserdados intensifica o debate em torno da crise da terra, que envolve não apenas o aspecto da propriedade, mas sobretudo o da produção, num país urbanizado que depende de seu campo para obter alimento suficiente e acessível.

O tema, porém, continua afastado das preocupações mais profundas das áreas oficiais. Em caso de crimes, a atuação policial ou judicial se faz de forma em geral insatisfatória, com raras punições para mandantes ou mesmo pistoleiros. Nas esferas administrativas, o alheamento é ainda mais intenso, o que impede que se esbocem providências adequadas, de ordem política, para a criação de um novo panorama agrário.

Berno de Almeida define esse quadro: "Os conflitos de terra na Amazônia, enquanto tema de reflexão, consistem, portanto, numa questão imposta pelos movimentos sociais à sociedade e ao

campo intelectual, não derivando de desdobramentos de domínios do conhecimento do mundo *savant*. A negativa dos aparelhos de poder em se debruçar sobre estes fenômenos de violência, que caracterizam os antagonismos, impede que na órbita de sua ação se desenvolvam noções aplicadas a elas adstritas. Talvez esta possa ser uma resposta à pergunta de por que os peritos sobre conflitos agrários na Amazônia não vão ser encontrados na burocracia estatal, nas práticas administrativas dos órgãos fundiários, dos órgãos indigenistas ou nas próprias práticas judiciais dos magistrados. Os aparelhos de poder deliberadamente se recusam a reconhecer relevância nos fatos trazidos a público pelos movimentos sociais. Desenvolvem, informalmente, uma interpretação positiva dos antagonismos sociais na Amazônia".

Tal interpretação é nada mais que a atualização daquela visão elitista, que

não admite a multiplicação do acesso à propriedade rural, como seria natural num país tão farto de terras.

Na opinião de Berno de Almeida, "prevalece uma representação oficial algo tecnocrática dos conflitos agrários e, particularmente, da violência, considerados como fatores inerentes à modernização da agricultura e ao desenvolvimento das forças produtivas na

Assassinados em 1990

Levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, da CNBB, registrou, no ano passado, um total de 79 assassinatos de posseiros e pequenos proprietários por fazendeiros ou pistoleiros a mando destes, tendo sempre por questão central a disputa pela terra.

O Pará, com 24% das mortes, a Bahia, com 15%, e Mato Grosso, com 12%, foram os estados que apresentaram os desfechos mais violentos. Por região, a Amazônia Legal concentrou 60,7% dos assassinatos por questões de terra (Pará, 19 casos; Mato Grosso, 10; Maranhão, 8; Roraima, 4, todos índios; Tocantins, Acre e Rondônia, 2; Amazonas, 1). O Nordeste - excluído o Maranhão - registrou 19 assassinatos (Bahia, 12 casos; Pernambuco, 4, sendo três índios; Paraíba, Ceará e Piauí, 1). No Sudeste, os crimes foram 9 (Rio de Janeiro, 4; Minas Gerais, 3; São Paulo e Espírito Santo, 1). No Sul, apenas o Paraná registrou mortes de camponeses: duas. Integrante do Centro-Oeste, Goiás apresentou um crime, com o assassinato de um peão.

Se os pistoleiros conseguiram eliminar 79 trabalhadores do campo, erraram em outros 83 casos, quando suas vítimas conseguiram escapar de atentados: só em Mato Grosso, as tentativas de assassinato chegaram a 17, no ano passado.



Fazendeiros de Rio Maria, Pará (ao alto) onde ocorrem crimes frequentes contra trabalhadores e suas lideranças. Ao centro, João Canuto, morto em 1986, e, à sua esquerda, Carlos Cabral, já ferido em atentado.



José Pereira, 18 anos, traz a marca de tiro recebido ao fugir do trabalho escravo na Fazenda Espírito Santo, Pará

Os que vão morrer

O título afirmativo deste quadro tem sua razão de ser: no campo brasileiro, ameaça de fazendeiro é para ser levada a sério, pois em geral se cumpre, a tiros ou facadas.

O levantamento da CPT, relativo ao ano passado, comprova que mais de 150 pessoas foram juradas de morte, em decorrência de questões fundiárias, algumas delas ameaçadas por diversas vezes. Na lista dos que podem morrer, além de trabalhadores e lideranças rurais estão dois bispos, três freiras e 20 padres envolvidos com a luta dos posseiros pelo direito à propriedade da terra.

Pará (36), Mato Grosso (27), Maranhão (14), Ceará (13) e Bahia (13) lideram os 17 estados onde há gente ameaçada de morte por fazendeiros. Por região, vivem na Amazônia Legal 60% (92) dos que têm a vida em risco, seguindo-se, em ordem de importância o Nordeste, com 30% (45).

região de fronteira. Interpretam de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos, num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção. A subjugação pela violência de diferentes segmentos camponeses, denominados regionalmente de posseiros, peões, colonos, seringueiros, juteiros e de diversos grupos indígenas, não obstante provocar declarações públicas de indignação moral, manifesta-se implicitamente, nos meandros desta lógica, como um "fato necessário" e peculiar aos processos econômicos e às estruturas políticas de uma situação de fronteira, delineando-se numa constante observável tanto em períodos ditatoriais (1964-85), quanto em conjunturas definidas como de "transição à democracia (1985-1990)", descreve o cientista social.

Visão colonial – No centro das distorções observadas, assinala Berno de Almeida, está um modo de interpretar a realidade que se sustenta numa visão colonial em relação a parcelas sociais do próprio país.

"Os aparelhos de poder desprezam índios e camponeses como antagonistas capazes de manter resistências permanentes a seus projetos. São vistos como contedores por demais frágeis para opor obstáculos fundamentais na estratégia de ocupação econômica da Amazônia. O desconhecimento é produto da desigualdade na relação de forças", assinala.

"Ignorando a realidade fatural, nega às "vítimas" o direito de serem consideradas parte. Desqualifica-as. As "vítimas" são apresentadas como fatores contingentes, incidentais, não constituindo propriamente uma parte em conflito. Reconhecê-las como parte implicaria em vê-las como adversários efetivos e sistemáticos. Isto, por si só, seria uma forma de equidade, equiparando forças que ideologicamente não são concebidas como situadas num

mesmo plano".

"As "vítimas" são enquadradas por categorias classificatórias, que marcam diferenças sociais e delimitações econômicas, políticas e culturais que são passíveis de transitividade. Trata-se de linhas demarcatórias de difícil superação, senão impossível, face ao conjunto atual de práticas jurídicas. Representam-nas como "minorias étnicas", "agricultores de subsistência", "nômades", "camponeses atrasados", "caboclos iletrados", "indolentes" e "vadios" que não se enquadram na disciplina do processo de trabalho. Os técnicos e planejadores governamentais reduziram a produção agrícola e extrativa de índios e camponeses à designação depreciativa de "agricultura irracional". Jamais consideram a relevância desta produção na economia regional e no abastecimento dos núcleos urbanos. O estigma, o racismo e os pressupostos colonialistas funcionam



Padre Ricardo Rezende, ameaçado, celebra à beira do túmulo do padre Josimo Tavares, assassinado há três anos

como símbolo de barreiras intransponíveis que os mantêm à margem da condição de cidadãos", analisa o estudioso. Pelos dados oficiais, mais de 400 mil áreas na Amazônia são de posseiros, num total de 9,5 milhões de hectares (média de cerca de 24 hectares), concentrados fortemente no Norte de Tocantins, Oeste do Maranhão e Sul do Pará. É a região conhecida como Bico do Papagaio, a mais violenta e a que maior número de mortes vem registrando nas últimas duas décadas.

É uma guerra em que a grande vítima é o país: a cada camponês morto, corresponde o triunfo das distorções da concentração fundiária, da improdutividade e do desamparo de milhões de famílias.

Privatização e desenvolvimento

Aponta-se para a privatização indiscriminada como única saída para uma modernização que ninguém define direito o que é

Para este mês de maio, está previsto o lançamento do edital que dá a partida para a privatização da Usiminas, a mais rentável siderúrgica nacional. O processo, que deverá estar concluído até o final do ano, passará ao controle particular um patrimônio estatal que, apesar de todas as políticas desfavoráveis praticadas no setor na última década, apresenta um desempenho invejável.

Quem comprar a Usiminas fará o chamado negócio da China, expressão, aliás, que está dando lugar à mais recente "negócio do Brasil". Comprará por 1,5 bilhão de dólares uma usina de aço, na qual foram feitos investimentos de 7 bilhões de dólares. Mais barato ainda sairá a compra da Companhia Siderúrgica Tubarão-CST, do Espírito Santo, que trocará de mãos por menos de 10% do total lá investido: a empresa de 3 bilhões de dólares vale, segundo a avaliação oficial do governo federal, somente 270 milhões de dólares.

Processo mundial – A onda privatizante faz parte de um ciclo, que não se relaciona apenas a dificuldades momentâneas do Estado brasileiro. Trata-se de um processo que se instalou no Terceiro Mundo todo, a partir da reestruturação econômica internacional, aguçada pelas crises do petróleo, nos anos 70, e pela inadimplência generalizada que assolou os países em desenvolvimento –, entre outras coisas, pelas flutuações dos juros determinadas pelos países credores.

Como consequência, o Terceiro Mundo assistiu ao estrangulamento de suas economias e à intensificação do processo de transferência de riquezas do Sul para o Norte. Os governos dos países em desenvolvimento mais avançados – no caso latino-americano, Brasil, México, Argentina, Venezuela – perderam a capacidade de investir em seus programas de expansão econômica, basicamente a infra-estrutura: in-

A industrialização brasileira deve muito a estatais como a Petrobrás e a Usina de Volta Redonda



dústria pesada, energia, comunicações. Perplexos ante uma dívida externa monstruosa, que as novas condições internacionais impediam de pagar, países como o Brasil (116 bilhões de dólares), México (110 bilhões), Argentina (50 bilhões), Venezuela (37 bilhões), atravessaram a já reconhecida "década perdida" dos anos 80 sob pressão externa (imposição de planos destinados a moldar suas economias aos interesses das economias líderes, que se ajustavam à nova situação internacional) e interna, decorrente da progressiva deterioração social e econômica.

Regressão salarial, altos índices de desemprego e fome, incapacidade de investimentos infra-estruturais, acentuadas quedas nos preços internacionais dos produtos do Terceiro Mundo (até mesmo do petróleo), manutenção das transferências de recursos, para as economias ricas – estes fenômenos marcam, desde então, a vida dos países em desenvolvimento.

A onda neoliberal surgiu como fruto

natural dessa situação: Estados desenvolvimentistas paralisados pela dívida deveriam transferir a função de organizadores dos investimentos à iniciativa privada – na prática, ao capital externo, uma vez que os empresários nacionais carecem de poder financeiro para assumir a tarefa. A história, assim, completa seu ciclo: na vitrine do mercado da privatização, exige-se que se ponham as melhores estatais, que são as responsáveis pela sustentação do nível de industrialização alcançado pelo país. De preferência, a preços módicos.

O processo entrará para a história e certamente provocará perplexidades e alguns risos, no futuro. Se, no caso brasileiro, sua mais eficiente siderúrgica poderá ser passada adiante por uma pechincha, na Argentina há casos, como o da Aerolíneas: em nome do neoliberalismo, foi passada, barato e até com algum financiamento do governo, para duas empresas européias, estatais.

O processo neoliberal deverá produzir, como consequência lógica, a desar-

ticulação dos projetos nacionais de desenvolvimento, no âmbito do Terceiro Mundo. O ritmo deixará de ser ditado pela vontade e disponibilidades internas, para ficar na dependência das conveniências das economias centrais. É o que temem os setores mais identificados com o desenvolvimento nesses países.

O caso brasileiro - No nosso país, as resistências se acentuam em relação a projetos de privatização ou sucateamento de megaempresas estatais, comprovadamente eficientes e estratégicas para a economia são as usinas de aço, as empresas de energia - entre estas a Petrobrás, de dimensão mundial - as de telecomunicações, mineração e financeiras.

Destaca-se a experiência acumulada pelo país, que pôde dar seguros passos no rumo do desenvolvimento, contando com um projeto nacional, que, apesar de certos desvios e má gerência, manteve um rumo e apresenta resultados, num esforço continuado de cerca de 50 anos. As estatais de infra-estrutura foram reconhecidamente vitais no processo. E ainda o são.

Tal importância não cerca uma série de empresas que vieram a se tornar

disso, não escapou de tentativas de enfraquecimento, que justificassem o rompimento do monopólio que detém ou mesmo sua privatização.

Em pronunciamento a uma CPI do Congresso Nacional, no ano passado, o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás destacou os equívocos das equipes econômicas governamentais, que levaram a empresa a momentos críticos. Diomedes Cesário da Silva destacou, por exemplo, que a empresa sofreu perdas de 1,2 bilhão de dólares, de janeiro de 1989 a fevereiro de 1990, apenas com a diferença de preços do petróleo importado e sua comercialização interna. Na ocasião, calculava-se uma defasagem real dos preços em 35,01%. 'A Petrobrás coube também viabilizar o Proálcool, subsidiando o programa, o que representava, há um ano, prejuízo de 650 milhões de dólares. As dificuldades só ajudam a destacar o papel da Petrobrás na história do desenvolvimento brasileiro.

Graças a ela e a seu modelo, foi possível descobrir abundante petróleo no Brasil, a ponto de se considerar certa a auto-suficiência no abastecimento, dentro de alguns anos, se os investimentos não forem cancelados. A empresa desenvolveu tecnologia de pesquisa e

Venda renderá quase nada

*Leilões serão pagos
com moedas
desvalorizadas, os
famosos "micos
pretos"*

José Maria Rabêlo

As privatizações, anunciadas como fonte de recursos para reforçar o caixa do Estado e combater o déficit público, podem transformar-se em mais uma frustração para os objetivos do governo e em sérios prejuízos para o patrimônio nacional. Experiências anteriores, como as da Sibra, da Celulose Aracruz e da Fiat - para falar apenas nestes três casos - mostram os riscos do processo privatista. O governo é quase sempre mau vendedor, favorecendo assim os grupos particulares que adquirem as empresas estatais. Tem havido, invariavelmente, um clima de escândalo e suspeição envolvendo estas operações no Brasil. Por outro lado, elas acabam se convertendo em poderosos fatores de concentração de renda, em benefício dos grandes interesses econômicos.

Avaliações controvertidas - A primeira avaliação da Usiminas e da Companhia Siderúrgica Tubarão, para efeito de privatização, está provocando fortes reações nos mais diferentes meios.

O valor de venda da Usiminas, estabelecido por um consórcio de firmas especializadas, constituído com esta



Usina de Volta Redonda

estatais por acaso, muitas por encampação, devido à falência de seus donos. São empresas, cuja permanência no âmbito estatal não se justifica.

Petrobrás - Fruto de uma das lutas desenvolvimentistas mais conscientes, a Petrobrás é um exemplo de empresa estatal indispensável ao país. Seu crescimento organizado, seu efeito multiplicador na criação da riqueza nacional e seu destaque tecnológico são reconhecidos, mundialmente. Apesar

extração de óleo e foi amplamente vitoriosa, quando se defrontou com empresas estrangeiras que entraram no país sob contratos de risco.

Sua importância estrutural na economia brasileira, semelhante à de outras estatais, é que tornam fracos os argumentos dos que pregam a privatização como o remédio para os males econômicos brasileiros.

Procópio Mineiro

finalidade e liderado pela Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda-Consemp, é de 1,5 bilhão de dólares. O preço da Cia. Siderúrgica Tubarão seria de 270 milhões de dólares.

Na Siderúrgica Tubarão, o Estado já investiu 3 bilhões de dólares: seu preço de venda deveria ser, no mínimo de 2 bilhões de dólares, ou seja, cerca de oito vezes o montante da avaliação anunciada.

O presidente da Usiminas, engenheiro Rinaldo Campos Soares, reafirma que o valor patrimonial da empresa é equivalente a 4 bilhões de dólares. Ele classifica de prematuras as avaliações divulgadas e espera que a palavra final seja dada pelo presidente da República, tendo em vista não só os investimentos feitos, como também as grandes possibilidades de lucros futuros das duas empresas.

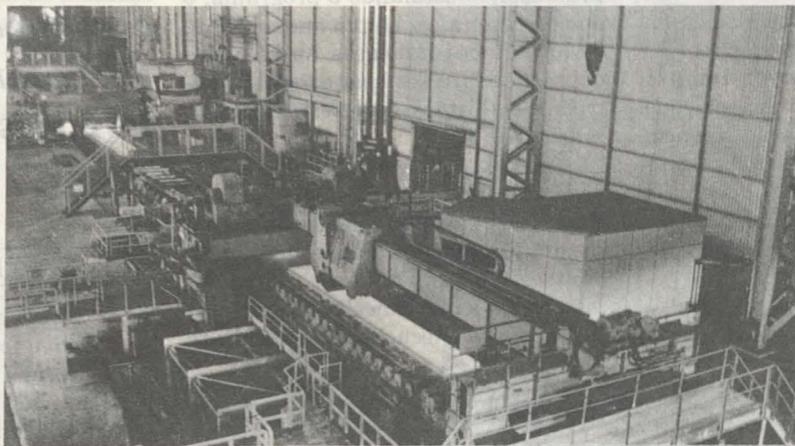
O presidente da Companhia Tubarão, Guilherme César Sarcinelli, é mais veemente ainda. Segundo o "Jornal do Brasil", através de reportagem de Janice Menezes e Ronaldo Lage, que revelaram em primeira mão o teor das avaliações, Sarcinelli "entende que o valor de venda da CST está aviltado e que não atende a qualquer interesse, nem mesmo o do governo, que quer fazer dinheiro com as privatizações". Ele diz, mais, que a sociedade não aceitará aquela avaliação.

Dinheiro podre - O governo corre o risco de receber muito menos ainda pela venda da Usiminas, da Siderúrgica Tubarão e de outras empresas estatais. Por decisão do BNDES, as privatizações poderão ser pagas com moedas desvalorizadas, conhecidas nos círculos financeiros como "moedas podres" ou "micos pretos". Cerca de 100 bilhões de dólares nestes valores depreciados, rejeitados no mercado, serão aceitos para pagamento das empresas privatizadas.

Segundo o economista Luís Nassif, da "Folha de S. Paulo", a admissão desses títulos na venda das estatais resultou da constatação de que "não há dinheiro novo disponível para bancar os

leilões, seja em cruzeiros ou em dólares". Com estas moedas desvalorizadas, o BNDES elevará, artificialmente, os preços das estatais leiloadas, dando a impressão de estar fazendo bons negócios. O governo, de alguma forma, conseguirá salvar o programa de privatizações e evitará o escândalo que seria a alienação daquelas empresas a valores reais excessivamente baixos.

O diretor da Consemp, David Casimiro Moreira, depondo perante a Comissão de Política Energética, Hídrica e Mineral da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sobre a avaliação da Usiminas e da Cia. Tubarão, foi incisivo: a privatização não resultará em moedas correntes, cruzeiros ou dólares, para os cofres públicos. O governo só receberá



Tubarão: avaliada em 10% do custo

mesmo os famosos "micos pretos". Segundo ele, "a venda, em dólares ou cruzeiros, será inviável".

Contrariando tudo o que o governo tem sustentado sobre os objetivos da política de privatizações, afirmou: "As privatizações não são uma opção para o déficit público".

O diretor da Consemp procurou ainda justificar as avaliações da Usiminas e da Cia. Tubarão, alegando que elas não se basearam nos investimentos realizados pelas duas empresas, mas, sim, nas possibilidades de lucro que os compradores possam vir a ter.

Micos disponíveis - O equivalente a 100 bilhões de dólares está disponível no mercado, na forma de moedas depreciadas (moedas "podres" ou "micos pretos"). Estes valores têm uma posição muito oscilante, mas, de um modo geral, valem menos da metade de sua cotação nominal.

Além dos 20 bilhões de dólares retirados no Banco Central, correspondentes à poupança e aos depósitos confiscados, são as seguintes as moedas podres que o governo aceitará nos leilões de privatização: 56 bilhões de dólares do principal da dívida externa, referentes aos credores particulares; 8,5 bilhões de dólares de juros em atraso, devidos no exterior; cerca de 12 bilhões de dólares, segundo cálculos dos credores, da dívida oficial com fornecedores e empreiteiras; aproximadamente 300 milhões de dólares de certificados de privatização já emitidos, e 2,5 bilhões de dólares a serem emitidos; 3,6 bilhões de dólares em debêntures da Siderbrás; 360 milhões de dólares em Títulos da Dívida Agrária (TDA), mais um valor não precisado de dinheiro depositado no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

Pago com estas modalidades de moeda, que serão aceitas pelo valor nominal, o governo irá receber, de fato, importâncias muito inferiores aos preços obtidos nos leilões.

No caso das TDA, por exemplo, o deságio hoje seria de 75%, pois estes títulos estão valendo apenas 25% de seu

valor de emissão.

Mercado saturado - Complicando o problema, o mercado mundial está saturado de ofertas de empresas estatais, que os respectivos governos pretendem privatizar.

De acordo com o último número da revista "Time", há nesta situação pelo menos 12 companhias aéreas, 30 empresas telefônicas, parques industriais inteiros, companhias petrolíferas, bancos, mineradoras, jornais e revistas, cadeias de lojas, restaurantes e hotéis. Na Alemanha, foi constituída uma sociedade, especialmente para cuidar da venda de estatais da antiga parte comunista. Só lá existem mais de mil empresas que serão vendidas.

O mercado hoje - conclui o "Time" - é francamente vendedor, o que constitui um fator incontornável de aviltamento desses milhares de ativos estatais colocados à venda. ●

A transparência necessária

A sociedade brasileira exige absoluta clareza no processo de privatização de estatais, para evitar negócios que tragam prejuízos à nação

Clovis Sena

“**A** Cosipa não é estatal por que tivesse de ser estatal. Mas, porque, no tempo em que foi criada, a iniciativa privada brasileira não tinha competência financeira para um projeto daquele porte”.

Com este ponto de vista, o presidente nacional do PSDB, senador Mário Covas, acentua sua perspectiva diferente de outros setores da esquerda e procura fazer ver que a posição progressista hoje seria aquela que liberasse o Estado de uma série de funções para a iniciativa privada, assumindo o papel que perdera no atendimento das necessidades da população, no campo da saúde, da educação, do transporte, enfim em toda a infra-estrutura de serviços.

Para ele, a corrente progressista é aquela, para quem todo o crescimento do país deve ser feito na direção dos menos favorecidos, com a melhor redistribuição da renda em benefício do conjunto da população.

Democratizar o capital – “Num primeiro instante, vamos deixar de lado o debate teórico em torno de privatização e estatização. Vamos admitir que a decisão esteja tomada. Passemos, então, a discutir o método que deve ser seguido, para evitar essa discrepância nas avaliações anunciadas”, propõe o senador.

O melhor, segundo ele, seria que a negociação, com vistas à privatização de estatais, seguisse mecanismos, pelos quais a avaliação do ativo real da empresa, de seu patrimônio líquido, de tudo o que vier a compor seu real valor, fosse feita de forma absolutamente transparente e isenta. Ele propõe a intervenção de todos os poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – a participação da sociedade civil e mesmo os mecanismos de natureza acionária, como as Bolsas de Valores.

“O objetivo deve ser democratizar o capital. Acho que uma maneira de aumentar essa potencialidade seria criar condições para que os trabalhadores das estatais em processo de privatização pudessem também ter certas preferências”, destaca.

“A posição progressista” – prossegue Covas – “é aquela para quem todo o crescimento do país deve ser feito em benefício dos menos favorecidos, com justiça social, com redistribuição de renda, enfim, com melhores condições de vida para o conjunto da população. O progresso brasileiro tem sido padrao com relação à grande maioria do povo. Embora o país tenha progredido extraordinariamente, a renda individual média tenha aumentado bastante e o Produto Interno Bruto possa ser considerado uma enormidade, ainda assim isso se faz com pouco proveito da população”.

Empresa eficiente – O debate em torno da eficiência da empresa estatal é outro ponto destacado pelo senador, para o qual o parâmetro para definir esse conceito deve ser o de pesar o crescimento econômico dentro do interesse da grande maioria da população. “Sempre disse e repito: uma empresa não é necessariamente eficaz, apenas por ser privada. Nem é verdade que a empresa estatal seja ineficiente e incompetente por natureza. Acho até que” – acentua Covas – “todas empresas tendem, cada vez mais, a adquirir um caráter público,



Senador Mário Covas

pelo controle que a sociedade deve exercer sobre elas, introduzindo na vida econômica o conceito de democracia”.

“Nós, progressistas, vemos o instante em que o Estado não precise mais ser o gerente da atividade econômica, como foi obrigado a ser em outra época. Vi, por exemplo, nascer a Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa. Seu capital era em 99,6% pertencente ao BNDE (hoje, BNDES). Era estatal, mas não por que tivesse sido escolhida para ser estatal. Poderia ter sido uma empresa privada. Mas, naquele tempo, não tínhamos, na área empresarial, competência financeira para um investimento daquele porte. Só o Estado o possuía. Portanto, para dar aquele salto qualitativo na nossa industrialização, foi preciso envolver o Estado. Chamado a essas tarefas do desenvolvimento econômico, o Estado acabou deixando de lado atividades com as quais tem compromissos fundamentais: educação, saúde, transporte, energia”.

Na análise do senador paulista, a posição progressista admite liberar uma série de setores para a iniciativa privada e, em sentido inverso, devolver ao Estado funções que perdeu, ao permitir que uma série de serviços de natureza estatal se deteriorassem.

“Parece-me uma questão secundária debater se o melhor é privatizar ou estatizar. O problema básico” – aponta Covas – “é buscar a eficiência, seja na empresa privada, seja na pública. A questão real é saber onde devem ser aplicados os recursos do Estado. Houve um período em que se voltaram para atividades produtivas. Hoje, acredito que o Estado pode abandonar grande parte dessas atividades, para que possa enfatizar os serviços essenciais de interesse da população, atividades, estas sim, absolutamente prioritárias e indispensáveis”, concluiu. ●

Negociar a Petrobrás é impatriótico

Aureliano Chaves, em entrevista exclusiva, considera um erro o eventual fim do monopólio e defende a presença estatal em setores essenciais da economia

Angela Carrato

O que tem de comum o Projeto de Reconstrução, o "Projetão" – enviado ao Congresso pelo presidente Collor ao completar um ano de governo – e as sugestões do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, que recomenda privatizações em diversos pontos do mundo? As semelhanças entre os dois, nesse aspecto, são tão grandes que o ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, acredita que, se não é verdade que o "Projetão" seja cópia dessas propostas, "isto está muito próximo de ser verdadeiro".

A revista norte-americana EIR-Executive Intelligence Service revelou, no final do ano passado, que a receita indicada à Secretaria de Estado norte-americana pela Kissinger Associates Incorporations era de que se encontrassem "alternativas criadoras", onde politicamente se apresentasse como impossível ou muito difícil a eliminação total e instantânea do controle estatal em matéria de petróleo, telecomunicações e energia.

A sugestão, no Brasil – onde a Constituição é um entrave à onda privatista do atual governo – se transformou na proposta de "desregulamentação", para concessão de serviços nas áreas de refi-



Aureliano: patrimônio a preservar

no, transporte de óleo e gás, energia e telecomunicações.

Para o ex-ministro Aureliano Chaves, o momento atual pode ser definido como o do "convívio entre uma Constituição democrática e um Estado autocrático". Convívio que se caracteriza pela aberta tentativa do governo para rever a Carta Magna, especialmente no que diz respeito às privatizações de empresas estatais e ao conceito de empresa nacional.

Obsessão economicista – Aureliano considera que a "obsessão economicista do governo e de alguns setores" está fazendo com que se perca a noção dos valores nacionais, e mesmo o sentido de nacionalidade. Situação que ele considera extremamente grave, pois "uma nação que não preserva seus valores pode ter sucessos momentâneos, mas conviverá com fracassos permanentes".

Indo além, ele define como falso dilema a oposição entre privatização e estatização, alimentada no país, em

grande parte, pelos meios de comunicação de massa.

A fim de respaldar seu ponto de vista, o ex-ministro recorre não só à história brasileira como às principais tendências do mundo contemporâneo. Recorda que "no Brasil, a presença do Estado na atividade econômica não nasceu em decorrência de ideologias, mas em função de diferentes conjunturas que a nação enfrentou. Há 50 anos, o Estado brasileiro estava completamente ausente de qualquer atividade econômica, e nela só ingressou em função do desinteresse do setor privado para atuar em várias áreas, e também devido à extremamente baixa capacidade nacional de capitalização", explica.

Se, para alguns, privatização está associada a capitalismo e estatização a tendência socializante, Aureliano lembra que o mundo contemporâneo já não dá mais lugar às ortodoxias. "O capitalismo ortodoxo exacerba as desigualdades, enquanto o socialismo ortodoxo mata a imaginação e destrói a criatividade", frisa. Motivo pelo qual assinala que os países capitalistas do Primeiro Mundo convivem com a presença do Estado numa série de atividades, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos.

Época inadequada – No Brasil, no entanto, o símbolo da modernidade, pelo menos da modernidade proposta pelo atual governo, é o da privatização, a todo custo e a qualquer preço. Aliás, essa "modernidade", parece não levar em conta que não passa de "utopia" pensar que o Estado brasileiro – sustenta Aureliano – possa afastar-se em definitivo de toda atividade econômica. "Admitir isso é alienar os nossos valores e comprometer o nosso desenvolvimento", enfatiza.

"Além das questões ligadas ao desenvolvimento do país e à posição estratégica que determinadas estatais, como a Petrobrás, têm nesse desenvolvimento – diz ele –, há ainda razões a

desaconselharem uma privatização apressada, sem nítidas definições de prioridades e métodos". Como se não bastasse o choque dessas propostas com a Constituição em vigor, Aureliano assinala que a época é a mais inadequada possível para se tentar vender qualquer estatal.

"Existem mais de 4.000 empresas desse tipo no mundo colocadas à venda. A economia brasileira está passando por uma fase difícil e a própria economia mundial não vai muito bem", explica. Dito de outra forma, significa que essas empresas, que no Brasil correspondem ao patrimônio de um povo pobre, sofrido, não teriam chance de encontrar bom preço nem junto ao empresariado nacional, nem internacional.

Referindo-se diretamente à Petrobrás, Aureliano classifica de "impatriótico o cerco que alguns setores procuram fazer à empresa, visando ao rompimento do monopólio estatal do petróleo". No seu entendimento, o monopólio estatal da Petrobrás deve ser preservado, no interesse do desenvolvimento e da soberania nacionais. "Ninguém desconhece que o setor petróleo é dominado no mundo pelos oligopólios. Não há que se estranhar o Estado brasileiro se fazer presente de forma exclusiva nessa atividade", observa.

Sucateamento – "A Petrobrás não é a única estatal vítima da incompreensão e da má fé de grupos, mais preocupados com seus negócios do que com o Brasil" – diz ele.

Outra empresa já colocada no rol das imediatamente privatizáveis é a Usiminas. "A se confirmarem as notícias em relação ao valor de seu patrimônio a ser alienado, o assunto adquire enorme gravidade, porque a privatização poderá se transformar no sucateamento de uma empresa altamente rentável, cujos padrões de produção se nivelam ao que há de mais representativo do setor, no mundo", garante. Exatamente por isso, o ex-ministro acredita que essa privatização não se concretizará nos termos anunciados.

"Afim", como ele mesmo diz, "privatização não pode ser colocada em termos simplistas. A redução do peso do Estado na economia não deve ser pretexto para a alienação de valores nacionais".

Casos exemplares

Três casos anteriores – Sibra, Aracruz Celulose e Fiat – foram denunciados como lesivos

Três exemplos concretos – Sibra, Aracruz Celulose e Fiat – mostram o tortuoso caminho das privatizações no Brasil.

O caso da Sibra, do sistema Siderbrás, sob o controle do BNDES, é o tipo dos maus negócios feitos pelo Estado. As ações da empresa – segundo denúncias da época – foram vendidas por um preço oficial de Cr\$ 500,00 (moeda de então), através da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, mas passaram, pouco depois da operação, a Cr\$ 2.050,00, com uma valorização, portanto, de mais de 400%. Este foi o lucro dos compradores, uma firma particular que controla, quase como monopólio, 80% do mercado brasileiro de ferro-ligas. Foi, igualmente, o prejuízo do governo.

No caso da Aracruz Celulose, com a venda de grande parte das ações pelo BNDES, em 1988, as críticas também foram muito fortes. Segundo parlamentares que acompanharam o processo de privatização, a alienação das ações da Aracruz foi feita a preço inferior ao valor real, lesando gravemente o patrimônio público. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose de Aracruz-Sinticel e da Federação Interestadual da Indústria de Papel e Celulose de Minas Gerais e Espírito Santo-Fititel consideraram a privatização uma negociata entre compadres.

As duas entidades denunciaram que o governo, além de vender suas ações por um preço inferior ao seu verdadeiro valor, concedeu aos compradores, o Grupo Safra, 600 milhões de dólares em financiamento, com "juros e condições privilegiadas". Estas condições e juros foram os seguintes: financiamento de 70% da operação, com juros de 12% ao ano, mais correção monetária, pagáveis em 8 anos – bases que eram muito mais favoráveis que as correntes no mercado. Dos 133 milhões apurados no leilão, o governo só recebeu 40 milhões, entregando a um grupo privado a empresa mais lucrativa do mundo em sua especialidade.

O terceiro exemplo é o da Fiat Automóveis. A venda das ações do governo de Minas Gerais na empresa ocorreu em duas operações distintas: a primeira, feita pela administração Hélio Garcia, e, a outra, logo depois da anulação da primeira, pela administração Newton Cardoso. Ambas questionadas desde o primeiro momento.

Uma transação, até hoje não devidamente explicada, acabou acontecendo nas últimas horas do governo Hélio Garcia. Através de ofício publicado no órgão oficial "Minas gerais", na véspera da posse de seu sucessor Newton Cardoso, o governo anunciava ao presidente da Assembléia Legislativa que tinha autorizado a finalização do processo de permuta das ações do Estado na Fiat Automóveis, no montante de 18,17%, por ações de uma empresa de componentes, no total de 49,1%, em fase de instalação pela Fiat S.A., em Minas.

Newton Cardoso, três dias após assumir o cargo, convocou a imprensa para formalizar sua intenção de "anular o negócio com a Fiat", por considerá-lo "lesivo aos interesses de Minas". Ele explicava que não via o menor sentido na troca das ações que Minas tinha na Fiat Automóveis por ações de uma empresa de componentes ainda a ser instalada, "uma empresa que pode ser considerada até fantasma".

Depois de muitas idas e vindas e atritos com a direção da Fiat, Cardoso optou por vender a preço de mercado a parcela de Minas no empreendimento. Negócio que, se realmente fosse realizado nessa base, renderia aos cofres do tesouro mineiro algo em torno de 360 milhões de dólares. A venda acabou se consumando por metade desse valor: 150 milhões de dólares. J.M.R e A.C

“O petróleo é nosso”

A consciência popular tornou histórica e triunfante uma luta de afirmação nacional

Osny Duarte Pereira

Quando se estuda a história nacional, fora dos critérios oficiais de narrativa de acontecimentos políticos contida em livros adotados nas escolas, logo se reconhece que o movimento pela emancipação no consumo de petróleo é a mais importante luta do povo brasileiro, como afirmação da nacionalidade e desejo de independência econômica e política.

O petróleo, como fonte de energia em substituição ao carvão, ganhou importância vital em 1859, quando E. L. Drake perfurou, casualmente, o primeiro poço na Pensilvânia, nos Estados Unidos. Generalizou-se a corrida ao subsolo. A Inglaterra e os Estados Unidos compreenderam que a hegemonia sobre o mundo repousava no controle sobre as regiões portadoras do precioso líquido. Enviavam geólogos para todos os continentes, em busca de sinais da existência de lençóis.

Em 1919, o engenheiro norte-americano Hamilton Rice explorou o território de Rio Branco (atual Estado de Roraima) e, deslumbrado com as riquezas, escreveu: “O Rio Branco basta para salvar da ruína qualquer país do mundo” (ver, a propósito, nosso “Desnacionalização da Amazônia”, ed. 1958, p. 37). A Standard Oil, de Rockefeller, enviou o engenheiro Pike, que servia na subsidiária Ganso Azul, no Peru. Este, em seu relatório, escreveu: “Não compreendo como se dorme tantos anos sobre uma riqueza como o petróleo. No Amazonas, há mais petróleo do que água.”

Como não existissem recursos financeiros nacionais, em 29 de julho de 1930 o governador do Amazonas fez concessões à subsidiária Standard Oil, para pesquisar e explorar petróleo.

Reserva estratégica – As concessionárias não tomaram qualquer

providência. Deixaram claro que, estando poços abertos e em plena exploração em outras partes do mundo, as jazidas brasileiras deveriam permanecer inertes e aguardar o esgotamento em áreas mais complicadas, como as do Oriente Médio, próximas da União Soviética, então adversária número um do cartel das empresas petrolíferas.

O governo brasileiro, mesmo depois da revolução de 1930, nos primeiros anos da ditadura de Vargas, era controlado pela plutocracia do café. Os cafeicultores pregavam a máxima de que o Brasil era um país de vocação agrícola, destinado a alimentar o Primeiro Mundo e a fornecer matérias-primas. Por isto mesmo, opuseram-se a que o Brasil montasse uma siderúrgica. Na década de 20, muitos intelectuais, que promoveram movimentos para a instalação de uma usina de produção de aço, sofreram prisões e

repressões. A tentativa de produzir aço poderia acarretar represálias na comercialização do café brasileiro e dificultar empréstimos para o serviço da dívida externa.

Todavia, a pressão de setores industriais obrigava o governo a vacilar.

Em relação ao petróleo, ocorreu a mesma postura. Havia uma pequena repartição, no Ministério da Agricultura, incumbida de pesquisar petróleo. Entretanto, logo que surgiam indícios de sua existência, a torre era desativada.

Em mesmo sou testemunha do lançamento de uma torre no lugar 'Água Verde, município de Canoinhas, em Santa Catarina. Surgiu petróleo. Um caixeiro-viajante das Indústrias Matarazzo revelou-me que recebera a estranha incumbência de ir ao local apanhar litros do óleo aflorado. Cumpriu a missão e, meses depois, a torre foi desativada.

Essa pressão das empresas forâneas, vendedoras de petróleo estrangeiro, repetia-se por toda parte.

Generalizou-se, portanto, a crença de que a corrupção oficial não permitiria ao governo pesquisar petróleo. Havia de confiar-se em empresas privadas, mediante coleta popular de recursos. Monteiro Lobato tornou-se um dos mais entusiastas propulsores desse movimento. Formaram-se dezenas de empresas, mas logo surgiu o malogro. Aventureiros montavam companhias, coletavam recursos e desviavam as receitas para o próprio bolso. Enriqueciam e o povo ingênuo e patriota perdia suas contribuições.

O monopólio estatal – Voltou-se a acreditar que só o Estado teria condições de coletar recursos e promover a pesquisa, o refino e a distribuição. Dois corretores de imóveis, João Augusto de Matos Pimenta e Gentil Fernando de Castro lançaram um periódico, o “Jor-



Petrobrás lidera exploração no mar

nal de Debates”, em que intelectuais e militares se manifestavam pró e contra o monopólio estatal. Nas Forças Armadas, Francisco Teixeira aliciava colegas, para adesão a um movimento em favor do monopólio estatal. A polêmica espalhou-se pelas universidades, sindicatos, escolas, clubes e jornais: “O petróleo é nosso”.

Logicamente, as empresas fornecedoras de petróleo, detentoras de altíssimo poder econômico, mobilizaram-se em sentido contrário. O Brasil era um dos mais importantes compradores de petróleo e, na medida em que se tornasse produtor, não apenas deixaria de proporcionar receita aos trustes, como se tornaria um precedente perigoso, pelo exemplo a outras nações do Terceiro Mundo, onde existisse petróleo suscetível de exploração comercial, enfraquecendo o comando da política energética sobre o mundo capitalista.

Assim, enquanto lideranças sindicais, jornalistas honrados e militares patriotas mobilizavam o povo em suas áreas de influência, as empresas multinacionais agiam nos gabinetes ministeriais, nos comandos militares, na grande imprensa, nas empresas com interesses vinculados ao capital internacional, no Congresso Nacional, etc..

Formava-se um grande divisor da opinião pública. Os partidários de “O petróleo é nosso” eram etiquetados de comunistas ou “inocentes úteis”, e amplos setores da Igreja tomavam posição conservadora e reacionária. A repressão policial abria espaço, inclusive no seio das Forças Armadas.

Todavia, criavam-se, por toda parte, centros de estudos e defesa do petróleo. Participei de todos esses momentos, glória que não é lícito esconder. Na eleição da diretoria do Centro Paulista, em junho de 1953, embora radicado no Rio de Janeiro, fui contemplado com um lugar de Presidente de Honra.

O desenrolar da campanha encontra-se descrito em profusa bibliografia, da qual o mais minucioso livro é “O petróleo é nosso – a luta contra o entreguismo e pelo monopólio estatal”, de autoria de Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica e destacada participante. O livro, de 552 páginas, foi prefaciado por Severo Gomes, com apresentação do almirante Alfredo de Moraes Filho e editado pela Vozes, em 1983.

A pressão resultou em atos governamentais importantes. Em 1938, Getúlio



A empresa produz óleo na floresta amazônica

Vargas, também convencido de que o Brasil não teria petróleo em seu subsolo, imaginou, com o presidente German Busch, da Bolívia, participar da exploração do óleo existente naquele país. A Gulf Oil detinha a concessão e Busch foi assassinado.

Militares nacionalistas – Nas Forças Armadas, Francisco Teixeira e um grupo de oficiais convenceram Getúlio, ainda em 1938, a reorganizar o Conselho Nacional do Petróleo, nomear o general Horta Barbosa para seu presidente e disciplinar a produção e distribuição do petróleo. Desgastado pela ditadura que alimentou, prendendo, torturando e matando adversários, Getúlio resolvera redimir-se perante a história, empreendendo iniciativas reclamadas pelo povo. Conseguira construir a Companhia Siderúrgica Nacional, vencendo a resistência das usinas do cartel mundial do aço. Em 1945, porém, quando baixou a Lei Antitruste, destinada a disciplinar os abusos das multinacionais, conspiração palaciana, promovida com o apoio ostensivo do embaixador norte-americano Adolpho Berle, destituiu Getúlio. Eleito o general Gaspar Dutra, este, por um lado, exerceu repressão atroz contra os militares que defendiam o monopólio estatal do petróleo, e, por outro, nomeou Mário Bittencourt Sampaio para superintendente do Plano Salte, que adquiriu refinarias, petroleiros e lançou oleodutos, abrindo caminho para a presença do Estado na política nacional do petróleo.

Getúlio Vargas voltou em 1951, eleito pelo voto popular. Aceita subscrever o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, para assegurar que não seria outra vez destituído. Entretanto, vai pouco a pouco, retomando a política de independência econômica. Criou a Eletrobrás, contrariando a Light & Powers, e colocou em seu gabinete o general Newton Estillac Leal, Jesus Soares Pereira e outros patriotas infl-

xíveis. Mandou ao Congresso Nacional um projeto de empresa estatal de petróleo, da qual poderiam participar capitais estrangeiros. Através de Euzébio Rocha e outros deputados do Partido Trabalhista Brasileiro, apoiou a tese do monopólio estatal. Uma parte da União Democrática Nacional, partido oposicionista, também se inclinava pelo monopólio estatal. Esses udenistas, onde estavam Gabriel Passos, Adauto Lúcio Cardoso e outros, por sua vez dividiram a UDN. Assim, surgiu a Petrobrás.

A Petrobrás não foi e não é a mesma sonhada pelos que a idealizaram. Resultou de negociações em que houve perda de parte do projeto. Essa perda gerou as vicissitudes que a empresa estatal tem suportado.

Getúlio Vargas, depois de promulgar a Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, escreveu: “A organização da Petrobrás foi concebida dentro de um ponto de vista nitidamente nacionalista. Ela dará o petróleo do Brasil aos brasileiros e tornará possíveis os recursos financeiros vultosos de que necessitamos para explorar uma das maiores fontes de riqueza da civilização. Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em toda a minha vida, e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos”.

Dez meses e vinte e um dias após, Getúlio se suicidava. Em sua carta-testamento, acusava os adversários da Petrobrás, entre outros, de levarem-no ao gesto extremo.

A história das sabotagens e entraves, opostos pelo cartel mundial do petróleo ao desempenho da Petrobrás, comporta vários volumes.

Assim, o petróleo ainda não é inteiramente nosso, mas temos fundadas esperanças de que um dia venha a ser. A luta do povo brasileiro, a mais bela de sua existência, não há de permanecer em vão. ●

Osny Duarte Pereira é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ex-professor de Ciência Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros-ISEB e autor de livros sobre problemas nacionais.

Quem é o chantagista?

Diomedes Cesário da Silva*

O senhor Roberto Procópio de Lima Netto, em artigo publicado em diversos órgãos da nossa imprensa, quando da última greve da Petrobrás, com o título "Petroleiro ou chantagista?", procura, de um lado, provocar os trabalhadores da Petrobrás e, de outro, somar-se a poderosos grupos econômicos e políticos, interessados em acabar com o monopólio estatal do petróleo. Não obstante aludir à contribuição da Petrobrás no desenvolvimento do Brasil passa, em seguida, a negar a influência do monopólio no excelente desempenho da empresa.

A Petrobrás é hoje consagrada, internacionalmente, como uma das companhias mais eficientes do setor. E o que não se pode negar é que a sua performance decorre, em grande parte, da circunstância de ser a executora de um monopólio estatal.

Quanto à sugestão do articulista, de que "a questão do monopólio tem que ser debatida já", não é possível que ele ignore ser este um debate de mais de quarenta anos. Debate o mais amplo e democrático, do qual resultou a convicção nacional de que, para exploração do petróleo em nosso país, se impunha, indiscutivelmente, o monopólio do Estado. Tanto é assim que essa orientação foi consagrada na Lei 2004/53, na Constituição de 1967, na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e na atual Constituição, de 1988, por 441 votos a favor, sete contra e seis abstenções.

Por outro lado, não há mal nenhum em ser a Petrobrás uma empresa estatal. Atualmente, sete entre as dez maiores empresas de petróleo do mundo são estatais.

Um dado apenas pode comprovar a eficiência da Petrobrás e dos benefícios trazidos pelo monopólio nos últimos onze anos: a sociedade brasileira economizou mais de 58 bilhões de dólares – metade de nossa dívida externa. Valor resultante da diferença entre os preços de realização recebidos pela Petrobrás e os vigentes no mercado de Rotterdam. Outro dado relevante é o fato da Petrobrás ter descoberto petróleo onde os contratos de risco nada encontraram, como nos campos de Tubarão e Coral, localizados na Bacia de Santos. O restante do artigo do senhor Lima Netto procura indispor a opinião pública contra dos trabalhadores da Petrobrás, de tal forma que classifica de "chantagistas" cidadãos que, na defesa de suas legítimas reivindicações, participaram de uma greve, um direito constitucional e consagrado universalmente. Isto não impede que estes trabalhadores tenham consciência de sua responsabilidade, não permitindo que o país seja desabastecido, conforme prevê a Lei 7783 (Lei de Greve).

E assim foi. Mesmo sem conseguir o atendimento das suas justas reivindicações, os petroleiros, demonstrando

maturidade, espírito público, suspenderam o movimento para manter o abastecimento do país. Cabe lembrar que, no período setembro/90-fevereiro/91, os salários do pessoal da Petrobrás foram reajustados em apenas 58%, contra uma inflação oficial, no mesmo período, superior a 120%.

Durante 37 anos foram estes petroleiros – insultados pelo senhor Lima Netto – que construíram a maior empresa do Brasil, uma das maiores do mundo. Neste período, não

obstante uma sucessão de crises, internas e externas, o suicídio de um presidente, a renúncia e a deposição de outros dois, as guerras de Suez, dos Seis Dias, do Yom Kippur, Irã-Iraque e o recente conflito do Golfo Pérsico, os petroleiros jamais deixaram o país sem abastecimento.

Este foi o objetivo maior de todos aqueles que lutaram pela criação da Petrobrás, conforme nos ensinam Barbosa Lima Sobrinho e Euzébio Rocha. Os inimigos do monopólio sempre esperaram o desabastecimento, para reforçar seus falsos argumentos contra esta conquista da nação. O monopólio privado do Pró-Álcool, que já deixou a população sem combustível, não nos servirá de exemplo.

Quanto à necessidade de demissões de petroleiros, é oportuno registrar que, no período 1980/89, o número de empregados cresceu apenas 24%, enquanto as reservas de óleo cresceram 109%, as de gás 121%; a produção de óleo, 228%, e as de gás, 177%. Na Petrobrás se ingressa por concurso público, a via democrática, que permite o aproveitamento dos mais capazes.

Nada temos contra as empresas privadas. Aliás, a Petrobrás tem dois mil fornecedores de materiais e equipamentos e cinco mil prestadores de serviços, gerando três milhões de empregos diretos e indiretos e comprando 93% em território nacional. As multinacionais não fariam isto.

Mas, o que não é possível aceitar como correto é ter atividades afetas à tecnologia de petróleo sendo entregues a trabalhadores destreinados e explorados por empresas gigolôs de mão-de-obra, comprometendo a segurança, a tecnologia e a produtividade da companhia.

Quanto aos níveis salariais, basta comparar os salários da Petrobrás com os de empresas privadas de porte similar. O senhor Lima Netto, ao propor a privatização da Petrobrás, posiciona-se contra os verdadeiros interesses do país.

Por fim, temos ouvido de autoridades governamentais que as empresas estatais, se quiserem ter seus produtos remunerados adequadamente, devem se livrar do Estado e privatizarem-se. Resta saber quem é o chantagista. ●

*Diomedes Cesário da Silva, engenheiro, é presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás-Aepet

A volta por cima



Autor de poéticas e criativas músicas que retratam a vida do povo, João do Valle planeja retomar a viagem, daqui a pouco

Com apoio dos seus admiradores e amigos, João do Valle se propõem a voltar ao palco depois de longa convalescência

Reanimado pelo calor do apoio dos inúmeros amigos, o poeta, cantor e compositor popular João do Valle convalesce do derrame que lhe afetou o lado direito do corpo, há mais de dois anos. Já andando com o apoio da bengala, João se diz redivivo e contando os meses para sua completa recuperação. "Aí vou voltar para os shows e para as noites no Forró Forrado, que já visito de vez em quando", programa o compositor, que surpreende pelo contraste entre seu porte de Mike Tyson e a delicadeza dos versos que cria.

Mais um exemplo acabado do artista brasileiro, merecedor de todas as homenagens, que só receberá depois da morte, João do Valle vive o dia a dia sacrificado do trabalhador comum: morador inveterado de Rosa dos Ventos, um bairro de Nova Iguaçu, o ainda jovem poeta de 58 anos recorda, como

uma dádiva que a vida lhe deu, as centenas de composições que produziu - 400 delas gravadas por nomes como Luís Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Marinês, Marlene, Ivon Cúri, Dolores Duran, Nara Leão.

"Faltam festivais de música popular brasileira", queixa-se o compositor maranhense, que lutou muito para ter suas criações ouvidas pelo grande público. "A música aparece na cabeça, eu fixo no assobio. Sempre fui musical, como existem tantos neste nosso Brasil", descreve ele a sua maneira de produzir.

Ele assinala que "compõe desde que se entende por gente" e calcula que isso foi aí pelos 12 anos de idade. Agora, sete filhos e dez netos depois, João do Valle garante que é só a saúde deixar, ele retoma o fôlego musical.

Procópio Mineiro

REVISTA POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

LEIA E ASSINE EM BAIXO

A Revista **POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**, do **IBASE**, é a opção para quem procura a verdadeira lógica dos fatos.

Todo mês, são analisadas as últimas medidas do governo federal e avaliadas as suas conseqüências na sociedade brasileira. Um resumo crítico do que acontece de mais importante, no Brasil.

Se você deseja algo mais do que a simples notícia, **assine POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**.

Peça um exemplar **grátis** para consulta.



IBASE - Rua Vicente de Souza, 29 • Botafogo • Rio de Janeiro • Cep: 22251
☎ (021) 286-0348

Rumo a 1994

Mal assentado o quadro político nacional, com a posse dos novos governadores, instalou-se no horizonte a Estrela de Belém de 1994, requisitando a atenção daqueles que esperavam apenas um pouco de sossego para a travessia de um caminho já naturalmente coberto de armadilhas.

Disposto a não ceder espaço ao tempo, o novo presidente do PMDB e ex-governador de São Paulo Orestes Quércia decretou que, para a política brasileira, 1994 começou agora em 1991. Contando com a combalida, mas, ainda, maior bancada do Congresso, a do PMDB, Quércia define as primeiras escaramuças, seguindo uma tática de ocupar o espaço de oposição ao governo federal e de revigoração da velha sigla nas áreas mais importantes para o pleito presidencial. Governadores em geral – e em particular aqueles com interesse específico na sucessão presidencial, como Leonel Brizola (RJ), Hélio Garcia (MG), Antônio Carlos Magalhães (BA), Joaquim Cavalcante (PE) – já não poderão dispor daqueles dois anos de graça para se concentrarem nas questões estritamente locais. Será um olho no padre e outro na missa. O próprio governo federal já não poderá ignorar que tem diante de si pelo menos um partido que se move, desde agora, dentro da estratégia sucessória. Um bem ou um mal?

Para o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), Quércia deflagra uma movimentação extemporânea, que pode ter efeitos negativos na administração geral do país, pois antecipa



preocupações que só deveriam aflorar na época já prevista pelo calendário eleitoral. Em suma, os interesses políticos de Quércia teriam sido colocados à frente dos interesses mais imediatos e presentes do país, onde o primeiro plano do palco está naturalmente reservado aos que têm missões administrativas: os governos federal e estaduais, que tanto mais farão, quanto mais despreocupados estiverem das questões meramente eleitorais.

Romper essa disposição é exatamente a determinação do ex-governador paulista, a quem estaria reservada uma cadeira num dos cantos do fundo do palco pelos próximos três anos, uma posição delicada que poderia fluir, imperceptivelmente, para as sombras das coxias. Ao agredir o enredo e invadir o prosaetório, ele interfere na história e começa a escrever cenas que não seriam escritas. A peça manterá o sentido? De qualquer forma, antecipando o calendário, está fazendo a hora.

Recursos financeiros parecem não ser problema para Quércia fazer e acontecer na mídia e na atração de aliados. O verdadeiro desafio se esconde na qualidade de sua munição política, ao longo destes três anos, sob crescente fogo dos adversários que ele chamou, talvez cedo demais, para o confronto. Sua retaguarda paulista, por exemplo, pode tornar-se um calcanhar-de-aquiles.

O pleito municipal

Marcado para outubro do próximo ano, o pleito municipal mobilizará a população em mais uma festa da cidadania, com seus debates, produzindo mudanças ou confirmações. Plantada entre as eleições parlamentares e de governadores e o pleito presidencial, sacramentará o costume de convocar o povo às urnas, a cada dois anos, pelo menos. Um calendário que tem tudo para se tornar educativo.

Mas, já se ouvem vozes – tantas vezes triunfantes na época da ditadura – que advogam a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores por dois anos, de modo a que se faça a coincidência de eleição em 1994. Quais os argumentos? São farisaicos: lembram os gastos de campanha, apontam supostas vantagens em se estenderem os mandatos em vigor, reclamam até de um excesso de pleitos, uma vez que haverá votações em 92 (municipal), 93 (plebiscito constitucional), e 94 (federal e estadual).

Os motivos reais são, naturalmente, partidários: pretende-se congelar o quadro político até o pleito presidencial de 1994.

As eleições municipais do próximo ano tendem a aproximar o quadro local do panorama desenhado pelas urnas de 1990, bem diferente daquele das urnas de 1988, ainda formado sob o impacto do Cruzado de 1986. Em ambas estas ocasiões, o PMDB beneficiou-se da aura da grande frente anti-regime militar e das esperanças do ciclo da redemocratização. Cinco anos de José Sarney e quatro de governadores pemedebistas, em geral mal-sucedidos, resultaram, em 1990, na drástica redução da bancada do PMDB no Congresso e nos governos estaduais. O próximo ano prenuncia mudanças no mesmo sentido, reafirmando a tendência à representação melhor distribuída entre as principais siglas.

Isto repercutirá, sem dúvida, no processo estadual em curso e na definição para 1994, particularmente a escolha presidencial, a partir da nova correlação das forças partidárias.

Quem prega a prorrogação de mandatos pretende não apenas congelar uma realidade que já passou, mas definir um campo impróprio para o pleito de 1994: as escolhas federais e estaduais ficarão submetidas aos interesses e aos discursos municipais. Perderão a prioridade que lhes cabe. Questiuínculas locais serão colocadas ao eleitor, em prejuízo das questões maiores que definem os rumos da nação.

A quem interessam a prorrogação dos mandatos locais e a municipalização do pleito de 1994, num quadro que representa ainda a situação política de 1988, já amplamente modificada nos dois últimos anos?

Voto de liderança

O Congresso está empenhado em exorcizar a má fama, à qual se atribui o desastre da última eleição, o pouco apreço demonstrado pelos eleitores na escolha de deputados e senadores. Uma Comissão de Modernização está em plena atividade, com a missão de apresentar um elenco de providências, para que a atividade parlamentar demonstre maior eficiência e obtenha o reconhecimento popular.

Um dos aspectos que a comissão almeja modificar é o chamado voto de liderança, pelo qual os líderes de bancadas decidem pelo conjunto da Casa. A prática, firmada durante o regime militar, é considerada uma das causas do esvaziamento do trabalho parlamentar. Além das votações nominais, em que cada parlamentar é chamado a pronunciar-se pessoalmente sobre cada tema votado — e, portanto, a comparecer ao plenário e a assumir seu voto — a comissão pretende reduzir o horário diário destinado a discursos, ampliando aquele das votações, com a finalidade de agilizar a produção efetiva do parlamento. Somente para citar uma das tarefas do Congresso, resta-lhe elaborar centenas de leis decorrentes dos preceitos constitucionais.

A Comissão de Modernização poderá entrar para a história como a grande reformadora do parlamento brasileiro. Se alcançar o intento, prestará a imensa contribuição de dotar o país de um Congresso atento e eficaz, garantia democrática.

A preocupação ecológica parece estar decretando uma *perestroika* mundial entre o homem e a natureza, e mesmo entre os países ricos e os subdesenvolvidos.

Alguns homens de negócio, porém, têm se dedicado a impedir que o excesso de otimismo mantenha inalterado este clima de sonho, embalado por promessas de ajudas, fundos verdes, cooperação. O que eles deixam antever, em resumo, é que a era da ecologia não chegou para modificar os padrões do comércio internacional, nem para alterar as relações de poder político e econômico entre os diversos blocos de países.

Segundo o presidente da Price Waterhouse, Joseph



Desabafo do coronel

Dez dias de prisão custou ao coronel da reserva Péricles da Cunha, de Porto Alegre, a entrevista que concedeu ao "Jornal do Brasil", publicada no Dia de Tiradentes, 21 de abril. Considerado um pronunciamento político inadequado para um militar, mesmo na reserva, a fala do coronel ao JB recebeu a punição determinada pelo general Bayma Denys, comandante militar do Sul.

Homem hoje ligado à área de telecomunicações e informática — é dono da empresa Teledata — o coronel Péricles pregou mudanças na postura funcional das Forças Armadas. Defendeu o emprego dos militares no trabalho do desenvolvimento nacional. Considerou que o trabalho puramente militar, tal como é desempenhado, "não traz nenhum retorno à sociedade", ficando imobilizados recursos humanos e materiais, que poderiam produzir resultados surpreendentes, se aplicados a atividades relacionadas com o desenvolvimento. "O militar pode dar um retorno à sociedade que só engrandecerá as Forças Armadas, se passar a ajudar no combate à miséria e à fome", declarou ao JB, pouco antes de receber a ordem de prisão, no dia 23 de abril.

O assunto não morrerá, provavelmente. Além de manifestações públicas a favor e contra, as teses do coronel Péricles irromperam num momento em que as próprias Forças Armadas estão sensíveis a tal debate, uma vez que o Congresso examina a lei complementar que definirá a organização, o preparo e as funções dos militares.

Protecionismo verde



Connor, diferenças de rigor na legislação ambiental poderão dar uma vantagem no comércio internacional aos países pobres, os quais, segundo sua suposição, tenderiam a ter leis ecológicas mais frouxas. Assim, poderiam lançar no mercado, a preços menores, produtos que os países ricos só comer-

cializariam em padrões apurados e, portanto, a preços mais caros. Connor exige atenção para este aspecto, de modo a se evitar a "deslealdade".

Diante da arena do comércio internacional, onde os países subdesenvolvidos se especializaram em desempenhar o papel de cristãos

ante os leões industrializados, pode-se temer que será contestada, sob o argumento de *dumping*, qualquer vantagem que a observância ecológica venha a dar aos países pobres.

Da mesma forma, serão combatidas as iniciativas que os subdesenvolvidos adotarem e que puderem ser interpretadas como formas de proteger seus mercados, sob pretexto ambiental. Quem fizer isso, sofrerá o "boicote verde", ameaça Joseph Connor, agora à frente da Câmara de Comércio Internacional. Será esta a versão verde de segmentos do mundo dos negócios para a velha esperteza das elites: mudar, para que tudo fique na mesma?

Corte aos consumidores

Um mês depois da entrada em vigor do novo Código dos Consumidores, que estabelece uma nova relação entre vendedores e compradores, a Fiat Automóveis sai na frente, com um bom exemplo: reconheceu a existência de problemas nos modelos Uno 1.5R, de 1989, e 1.6R de 1990. Vai trocar, de graça, as quatro rodas de liga leve desses dois carros.

A empresa calcula que gastará cerca de seis milhões de dólares no reparo dos prejuízos que já sofreram ou iriam ainda sofrer seus clientes. Segundo a Fiat, as rodas apresentam fissuras após 70 mil quilômetros e podem quebrar após 130 mil quilômetros rodados.

Se o Código do Consumidor for levado a sério, estará resolvendo um dos grandes problemas nacionais: o precário controle de qualidade da produção, um dos aspectos "antigos" das fábricas nacionais.



Ensino pago

Desencadeia-se, mais uma vez, o debate sobre o ensino universitário público e gratuito. Constatada a proliferação dos cursos privados e pagos, cujo alunado é basicamente pobre, concluiu-se que é injusto manter as universidades públicas gratuitas, as quais concentram os estudantes filhos de famílias de maior renda e que, por isso, tiveram condições de obter a classificação nos vestibulares dessas escolas superiores. Enfim, por que manter a universidade gratuita para os ricos, e a paga para os pobres?

A resposta poderia ser: então, que o ensino seja grátis para todos. Mas, a resposta que se quer impor é: então, que todos paguem.

Assim é que recomeçou a temporada de condenação da universidade pública e gratuita. Mas, qual é a verdade, por trás do arrefesado desses argumentos privatistas? Em primeiro lugar, os defensores dessa tese confundem o debate, ao identificar a universidade estatal como ninho dos ricos. O país não tem tantos ricos, a ponto de que sejam maioria em qualquer lugar. Segundo, em qualquer lugar deste país – até mesmo na carís-



sima universidade paga – inevitavelmente a faixa pobre será dominante. Tão dominante, que foi preciso, para garantir o funcionamento da escola superior privada, inventar o chamado crédito educativo, na verdade um subsídio mensal da Caixa Econômica Federal a essas entidades particula-

res. Na Universidade Federal Fluminense, de Niterói, no Grande Rio, somente um em cada seis alunos é de família considerada de classe média ou rica (com renda acima de 20 salários mínimos). A maioria absoluta (56%) procede de famílias que não passam de dez salários mensais de renda, nível que sequer pode ser considerado remediado, se o grupo familiar passar de quatro pessoas. Ou seja: também na universidade pública, a maioria é formada de estudantes pobres.

A discussão do ensino superior totalmente pago está, assim, mal colocada: deve-se, na verdade, é ampliar a gratuidade para os jovens pobres, estudem onde estudarem. Os ricos não optam por escolas públicas por causa do fator gratuidade, mas por identificarem nelas os centros de melhor ensino. Quando as universidades privadas oferecerem o melhor formação (por que não têm o melhor ensino?), os ricos irão emprestar-lhes o prestígio de sua preferência.

E como essas escolas pagas – muito bem pagas, queixam-se os estudantes – não oferecem o melhor nível de ensino, resta uma perplexidade final: a campanha contra a gratuidade não estaria visando, afinal, a baixar o nível das escolas superiores federais e estaduais?

O toque político

As recentes negociações sobre a dívida externa polonesa, no Clube de Paris, revelou o toque político que cerca a questão, a mais dramática para o Terceiro Mundo, pois envolve suas possibilidades de crescimento econômico e menor desconforto social. Na terceira semana de abril, os credores da dívida polonesa brindaram aquela nação com um acordo de recomposição dos débitos, que distribui os pagamentos por suaves 18 anos, com três de carência, significando, ao final das contas, um perdão real de 50% no valor global da dívida de 35 bilhões de dólares daquele país.

A questão política foi fundamental para o acordo: tratava-se, argumentaram os países integrantes do Clube de Paris, de facilitar a virada polonesa para o regime capitalista.

Primo pobre da mesa de negociações, como uma das nações credoras do governo de Varsóvia (4 bilhões de dólares em *polonetas*), o Brasil era o único país em desenvolvimento entre 16 nações industrializadas. E pela primeira vez fora do banco dos réus, sentando-se ao lado de seus próprios credores, para cumprir um ritual de magnanimidade internacional que lhe é sistematicamente negado, por mais dramáticas que sejam suas razões para atrasar pagamentos.

O toque político do benefício à Polônia não ficou evidente apenas na comparação de tratamento sobre a dívida. Segundo integrantes da delegação nacional, os industrializados não queriam deixar sequer o Brasil manifestar-se durante os debates, como numa censura tácita a uma espécie de mau elemento. Foi surpreendente, igualmente, ouvir o relatório do Fundo Monetário Internacional, nosso mais temido xerife, a respeito da situação econômica polonesa e das condições que lhe deveriam ser impostas. Descobriu-se que o FMI guarda lá no fundo um lado humano: o relatório concluía pela total impossibilidade de Varsóvia, até o final do século, pagar um *zlotich* sequer a quem quer que fosse. Como bom e dedicado advogado, recomendava, além do perdão de 50%, oito anos de carência e mais 25 anos para o pagamento do restante, em condições facilitadas. Um FMI irreconhecível...

Talvez o segredo de tudo esteja na avaliação de que é impossível extrair alguma coisa da Polônia, a curto prazo. Já no caso do Brasil, o jogo duro do FMI e do clube dos industrializados não considera o desastre social, que só faz aprofundar-se. Os olhos talvez estejam voltados apenas para as inúmeras coisas que o país ainda pode dar em troca.

Buraco negro

As investigações no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não deverão acabar tão cedo. De denúncias cheias de certeza, evoluiu-se para a única certeza de que, como na vida, tudo na Previdência é relativo. Os marajás constam, mas não o são, propriamente. Bilionários devedores também constam, e até o são, não porém bilionários nesta época posterior a tantos planos econômicos, que cortaram carradas de zeros da moeda. Ou seja, os computadores da Previdência estariam ainda falando em cruzados, ou cruzados novos, quiçá no cruzeiro, o antigo, ou até em cruzeiros novos. Há mesmo quem suspeite que alguns zeros remontam ao mil-réis.

De maneira espetacular, um novo diretor foi incorporado à cúpula do instituto, por ser considerado de fina pontaria para essa caçada. Mal empossado, sua fama de atirador cedeu a denúncias de que sequer conhece armas. O ministro da área foi ardentemente convocado a manter-se longe do assunto. O que hoje é, amanhã, com certeza, pode não ser. Enfim, o caso das pensões da Previdência Social virou galhofa. Os pensionistas, aliás, já viviam dizendo que era isso mesmo.

A realidade é que ninguém duvida que haja problemas muito sérios na Previdência, e que seja preciso saná-los com a máxima rapidez e eficácia.

Um temor, porém, que começa a avolumar-se é o de que o atual abalo na credibilidade do INSS não esteja totalmente alheio a interesses empresariais, que sonham em explorar uma Previdência Social totalmente privatizada no país. A comédia de erros, com que a população já começa a divertir-se, só tende a dar razões aos que argumentam que o filão de mais de 60 milhões de pessoas seguráveis só pode ser adequadamente atendido pela previdência privada. Especialmente se surgir alguma lei ou medida provisória que imponha a aposentadoria não por tempo de contribuição (30/35 anos), mas por limite de idade, como aquela de 65 anos, frequentemente citada. Seria mais fácil, então, controlar as pensões, pois o número de sobreviventes aposentados a partir daquela idade seria mínimo.

No entanto, espera-se que o pior não aconteça, que seria privatizar-se o sistema. Quanto às fraudes, acredita-se que existam medidas adequadas, capazes de ordenar o funcionamento do setor.

O "vison" da Zélia

Neiva Moreira

Acho que está absolutamente correto receber bem o príncipe e sua encantadora princesa. Sem dúvida, é um casal simpático, sobretudo quando o príncipe está sinceramente engajado na luta pela preservação do meio ambiente. Também nada deveremos ter contra o acoadamento das chamadas "socialites" que mobilizaram pistoões para entrar na lista dos banquetes e recepções do casal real. E não era porque a "boca" fosse livre, pois, fazendo as contas, os astronômicos preços dos vestidos não compensariam o menu mais refinado e apetitoso.

Não dá para entender, no entanto, todo esse escândalo com o mini-casaco aparentemente de *vison* da ex-ministra Zélia, se ela já disse que não era couro e que nem um só bicho foi morto para compor a controversa peça. Se fosse só a preocupação com clima, afinal, nem sempre aquele tipo de indumentária aumenta o calor. A primeira vez que vi, nos desertos africanos, beduínos vestidos de peles (verdadeiras ou sintéticas) com um calor superior a 50º graus, perguntei se aquela gente não estaria torrando de calor. Depois me explicaram: a partir de certa temperatura, aquela vestimenta impede que o aumento do calor seja sentido. É uma espécie de regulador térmico a partir dos 40º.

Essa história de roupas adequadas pode se transformar numa complicação, mas também dar ibope. Recém-desembarcado de um "ITA" na praça Mauá e já engajado na turbulenta redação do "Diário da Noite", fui mandado pelo secretário Eiras, representar o jornal num desses banquetes protocolares da embaixada argentina.

Naquele tempo as roupas eram mais pesadas do que hoje e pode-se imaginar o zum-zum quando, com um impecável branco H-J, da melhor tradição nordestina, entrei na sala, seguramente pensando que iria "abafar". Todos me olharam, acho que com os mesmos olhos que fuzilaram a nossa ex-ministra ao penetrar de *vison* às costas, nos maravilhosos salões do Itamarati.

Naquele episódio distante, foi um consolo verificar que não estava só. Deslizando suavemente no meio dos longos e dos *black-ties*, outro violador da etiqueta se aproximou de mim, com seu impecável terno branco, de puro linho inglês. Ele queria que juntássemos nossas "cafonices" para enfrentar aqueles olhares de reprovação e de escândalo. Ainda hoje me recordo com gratidão do gesto solidário do homem de branco, que logo descobri ser o ministro Apolônio Sales, egresso das caatingas do São Francisco, onde aquela fatiota era o luxo máximo e, também, símbolo de poder.

Mas nem sempre a gafe é negativa quando apenas se pensa nos dividendos publicitários. Tenho na memória um episódio que ocupou as colunas dos jornais à época, na festa de inauguração de Brasília. Num clima de descontração, o deputado cearense Bonaparte Maia criou um comentário problema de etiqueta. Desembarcou de casaco e calças de listra, ofuscando o justo estrelismo de Kubitscheck.

E, falando de gafes, vale destacar alguns aspectos da visita do príncipe de Gales. Os jornais insistem que ele não tem poder mas influi muito, sobretudo ajudando a econo-

mia inglesa, combatida pelos desacertos da sra. Thatcher. Em geral, se destacou o relevante trabalho do príncipe em favor da ecologia. Mas, na hipótese da inspiração ecológica da visita, Sua Alteza não deve ter sido advertida de alguns problemas para a solução dos quais sua intervenção seria benéfica. Poderia ter chegado aqui com a notícia prévia de que puxara a orelha de algumas empresas inglesas, que nos ajudam fraternalmente a poluir o ambiente. A população de São Luís, por exemplo, ficaria muito grata ao príncipe se ele já antes de sair de Londres conseguisse da multinacional anglo-canadense Alcoa compromissos respeitáveis de preservação do meio ambiente da encantadora ilha, ameaçada pela lama vermelha do processo industrial.

Outro fato igualmente comentado: não pareceu adequado que o príncipe fosse prestigiar a Aracruz Celulose que, com a sua política de ocupação de terra, mediante o plantio de seus eucaliptos predadores, está contribuindo para destruir a agricultura e o meio ambiente do Espírito Santo. Seguramente, graças ao poderoso *lobby* da Aracruz, deram ao príncipe o endereço errado do "santuário ecológico" que só existe na propaganda. Foi, sem dúvida, uma gafe. Nossa ou da diplomacia inglesa.

Achou-se simpático que Sua Alteza plantasse um solitário pau-brasil na visita ecológica a essa empresa que, na semana anterior, fora multada pelos insuportáveis níveis de poluição de suas chaminés. Mas como era um visitante ilustre e, além do mais príncipe, reservou-se a crítica à gafe de Zélia, canalizando-se para o seu falso *vison* a bronca contra os cruzados bloqueados e os salários comprimidos.

Sua Alteza revelou-se rápido também na preocupação com os negócios. Ao agradecer o justo elogio do governador do Rio de Janeiro à precisão do seu desempenho como piloto, sugeriu ao interlocutor, que nada tinha a ver com o problema, a compra daqueles aviões ingleses para substituição dos velhos e eficazes Electras da ponte aérea.

Como somos sempre desprevenidos e benévolos no julgamento, nunca pensamos que numa viagem marcada pelos ideais ecológicos e a solidariedade humana houvesse lugar para negócios. Mas há. E como há! Segundo registros da época, Sua Alteza em sua viagem anterior ao Brasil teria andado querendo vender equipamentos para a Ponte Rio-Niterói e, se não fosse possível, pelo menos que se reservasse às empresas inglesas o suculento seguro de homens e máquinas daquele imenso empreendimento.

É evidente que as gafes e a "petite histoire" são inseparáveis do mundo fantasioso e movediço da "alta sociedade" e, também, das cortes, mesmo as mais tradicionais e protocolares, como a inglesa.

Mas os críticos foram impiedosos com Zélia e sua costureira. Não alteraria que a ex-ministra invocasse em seu favor o antecedente dos beduínos. Os costureiros e as senhoras da "alta" pouco se importariam com a transgressão ecológica. Prefeririam alguns *visons* mortos à gafe imperdoável da túnica de frio no calor de Brasília.

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)

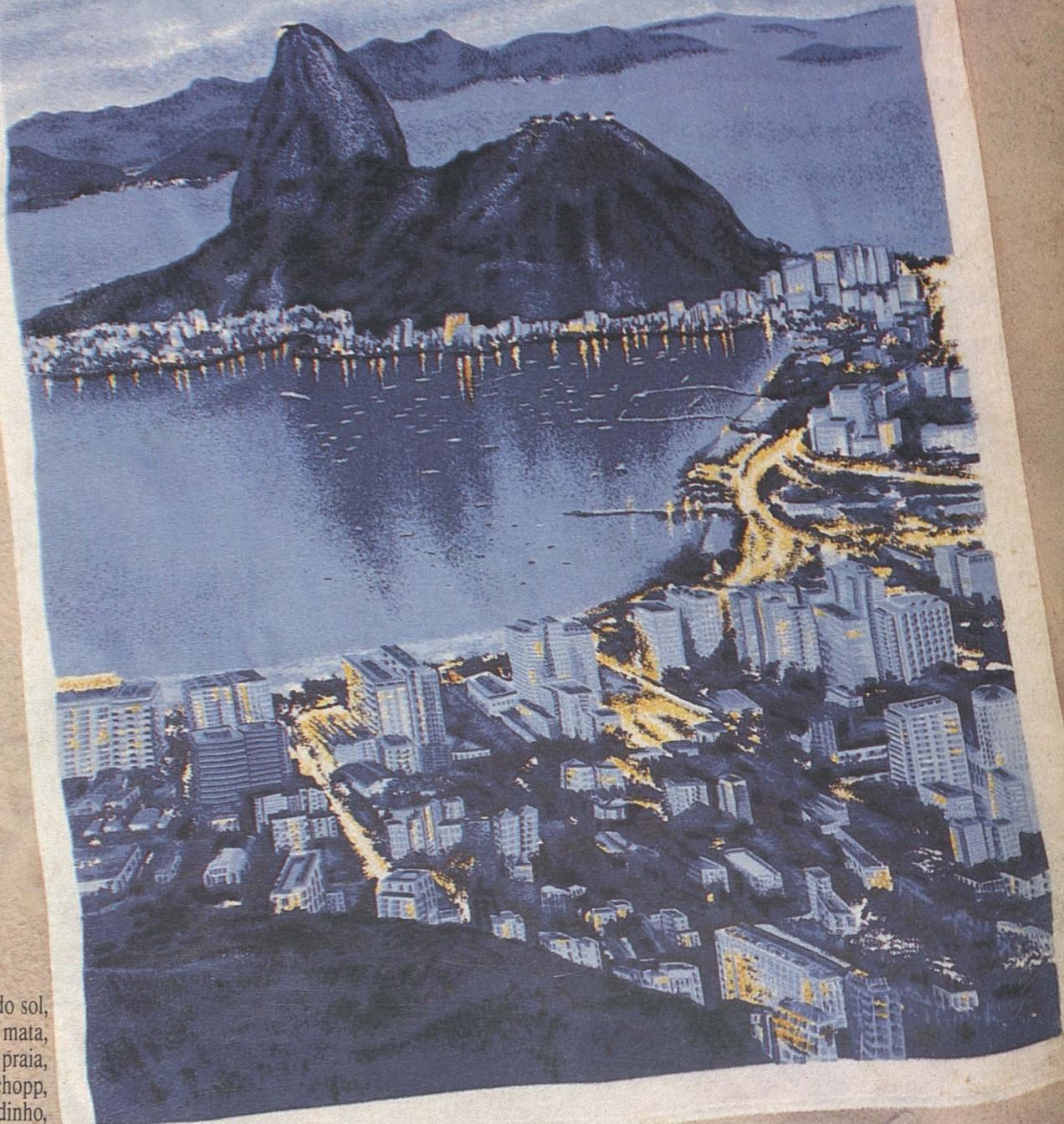


TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO-A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade